



CYNTHIA TOMOE YANO

UM ESTUDO SOBRE O EMPREGO DE VÍRGULA ANTES DE ORAÇÃO COMPLETIVA NO
PORTUGUÊS EUROPEU CLÁSSICO: SINTAXE, DISCURSO E GRAMÁTICA NORMATIVA

CAMPINAS,
2013



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

CYNTHIA TOMOE YANO

UM ESTUDO SOBRE O EMPREGO DE VÍRGULA ANTES DE ORAÇÃO COMPLETIVA NO
PORTUGUÊS EUROPEU CLÁSSICO: SINTAXE, DISCURSO E GRAMÁTICA NORMATIVA

Orientadora: Profa. Dra. Charlotte Marie Chambelland Galves

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de
Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de
Campinas para obtenção do título de Mestra em
Linguística.

CAMPINAS,
2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR

TERESINHA DE JESUS JACINTHO - CRB8/6879 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM - UNICAMP

Y17u

Yano, Cynthia Tomoe, 1985-

Um estudo sobre o emprego de vírgula antes de oração completiva no português europeu clássico : sintaxe, discurso e gramática normativa / Cynthia Tomoe Yano. -- Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador : Charlotte Marie Chambelland Galves.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Língua portuguesa - Pontuação. 2. Vírgula. 3. Discurso relatado. 4. Língua portuguesa - Português clássico. 5. Língua portuguesa - Normalização. I. Galves, Charlotte, 1950-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: A study about the use of comma before complete clause in classical portuguese: syntax, discourse and prescriptive grammar.

Palavras-chave em inglês:

Portuguese language - Punctuation

Comma

Reported speech

Portuguese language - Classical portuguese

Portuguese language - Standardization

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Mestra em Linguística.

Banca examinadora:

Charlotte Marie Chambelland Galves [Orientador]

Maria Bernadete Marques Abaurre

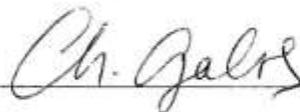
Flaviane Romani Fernandes Svartman

Data da defesa: 26-02-2013.

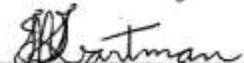
Programa de Pós-Graduação: Linguística.

BANCA EXAMINADORA:

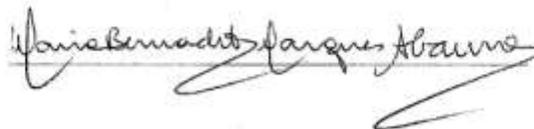
Charlotte Marie Chambelland Galves



Flaviane Romani Fernandes Svartman



Maria Bernadete Marques Abaurre



Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Maria Carlota Amaral Paixão Rosa

IEL/UNICAMP
2013

AGRADECIMENTOS

À Profa. Charlotte, pela orientação, ajuda, amizade e paciência durante o desenvolvimento deste trabalho.

À minha família pelo apoio e pelo incentivo.

Aos colegas de trabalho do Projeto Tycho Brahe: Pablo, Livia, Aroldo, Tatiane, Juliana.

Aos amigos que, mesmo um pouco longe, sempre me apoiaram e me incentivaram: Sabrina, Hugo, Flávio, João, Caroline, Arthur, Mayui, Denise, Mariana, Fernanda e João Ricardo, que também me ajudou na análise de dados obscuros e na organização e revisão do texto.

Ao CNPq pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

À todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste trabalho.

À banca examinadora, por aceitar o convite em participar e contribuir com este trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender melhor o funcionamento do sistema de pontuação do português europeu do período do século XVI ao século XIX, focalizando a análise do emprego da vírgula antes de oração completiva verbal e oração completiva nominal. A escolha desses contextos de uso da vírgula não foi fortuita e se deu por duas razões: primeiro, pela dificuldade dos gramáticos, até o início do século XVIII, em definir as diferenças entre as orações completivas e as relativas restritivas e explicativas e, portanto, o uso de vírgula nesses tipos de construções também, e segundo, pela variação no uso de vírgula que se observa em textos literários escritos e publicados na época.

Para a análise foi realizada a leitura de gramáticas e tratados de ortografia publicados do século XVI ao XIX e foi selecionado um corpus composto por quatorze textos de autores portugueses nascidos no mesmo período, do século XVI ao XIX, no qual foram realizadas buscas por todas as sentenças em que ocorrem os tipos de construções citados acima, precedida e não precedida por vírgula, com o auxílio da ferramenta de busca *Corpus Search*. Todos os dados, posteriormente, foram classificados segundo dois critérios: o primeiro de acordo com o ano e a presença ou não de vírgula antes da oração completiva, e o segundo de acordo com a presença ou não de um elemento interpolado entre o verbo e a oração completiva.

Após a análise dos resultados, observou-se que a maioria dos dados tinha como verbo regente um verbo dos tipos de discurso, de pensamento ou de opinião, típicos de discurso relatado. Isso levou à hipótese e à confirmação de que a vírgula possuía mais uma função: de introduzir discurso relatado, além das descritas pelos gramáticos e ortografistas, que foi corroborada pelo fato de haver, nos mesmos textos, ocorrências com os mesmos verbos seguidos de dois pontos, que tem como função primeira introduzir citações e discursos indiretos na escrita. Além disso, notou-se também que, a partir do século XVIII, há uma queda progressiva na porcentagem de ocorrências com orações completivas precedidas por vírgula. Apesar do que as gramáticas da época mostram e alguns estudos, como o de Rocha (1997), afirmam, o modo de empregar a vírgula teria sofrido modificações desde a primeira metade do século XVIII, e não a partir do século XVII e nem mais tarde, a partir da segunda metade do século XVIII.

Outro resultado interessante a que se chegou com este estudo, ainda que não seja categórico, foi o de que a variação no uso da vírgula entre uma oração completiva e o verbo que a rege nos textos quinhentistas e seiscentistas, embora à primeira vista pareça aleatória, poderia ter como motivação a presença ou não de um elemento seguindo o verbo. A análise pareceu mostrar que, quando não há nenhum elemento interpolado a preferência é pela não colocação de vírgula antes

da oração completiva e quando há um elemento, a colocação de vírgula é mais frequente. Já quanto aos textos setecentistas e oitocentistas, foram poucos os casos com vírgula encontrados e desses, a maioria apresenta uma configuração bastante diferenciada, ou com uma oração relativa, uma oração parentética ou um vocativo, que devem obrigatoriamente ser isolados por pontuação, ou são ambíguos, podendo a oração completiva ser interpretada como complemento do verbo que a precede imediatamente ou como complemento ou adjetivo do verbo ou nome da oração anterior.

Palavras-chave: pontuação, vírgula, sintaxe, gramática normativa, discurso relatado, oração completiva, português clássico.

ABSTRACT

The objective of this study is to gain a better understanding of how the punctuation system of European Portuguese worked from 16th to 19th centuries, focusing on the analysis of the use of the comma before completive clauses selected by verb and noun. These contexts of use of the comma were chosen for two reasons: first, because of the difficulty the grammarians had in defining the differences between completive clauses and restrictive and explicative relative clauses and, therefore, the use of the comma in these contexts; and second, because of the variation in the use of the comma in literary texts written and published in the same period of time.

For the analysis, we read grammars and orthography treatises published from 16th to 19th centuries and built a corpus composed of fourteen texts written by Portuguese authors born in the same period of time, in which we searched for all the sentences with a completive clause preceded or not by a comma with the help of the program *Corpus Search*. All data collected were, afterwards, classified according to two criteria: the author's birth year and whether there was a comma before the completive clause and whether there was an element interpolated between the verb and the completive clause.

After analyzing the results, we observed that in most of the data the regent verb was a verb of discourse, thought or opinion, typical of reported speech. That led to the hypothesis that the comma had one more function, besides the one described by grammarians and orthographers: to introduce reported speech. That hypothesis was corroborated by the fact that in the same texts there are instances of the same type of verbs followed by a colon, whose main function is to introduce quotations and indirect speech in written texts. Moreover, we also noticed that from the 18th century on the percentage of instances of a completive clause preceded by a comma declines progressively. Besides what grammars and some works, like Rocha (1997), say, it seems that the use of the comma changed in the first half of the 18th century, and not from the 17th century on nor later, from the second half of the 18th century on.

Another interesting result of this research, even though it is not categorical, was that the variation in the use of the comma between a completive clause and the regent verb in the 15th and 16th century texts is not random, but could be motivated by the presence or not of an element following the verb. The analysis showed that when there wasn't an element interpolated, the preference was not to put a comma before the completive clause, and when the element was present, the use of the comma was more frequent. In the 18th and 19th centuries texts only a few data with comma were found, of which most have a relative clause, a

parenthetical clause or a vocative that must be isolated by a comma, after the verb, or are ambiguous and the completive clause may be interpreted as a complement of the preceding verb or as a complement or adjective of the verb or noun of the preceding clause.

Keywords: punctuation, comma, syntax, prescriptive grammar, reported speech, completive clause, Classic Portuguese.

SUMÁRIO

1. Introdução	1
2. Sobre a pontuação	5
2.1. História da pontuação.....	5
2.1.1. Antiguidade clássica	5
2.1.2. Da idade média ao século xvi.....	8
2.1.3. Séculos xvii ao xx	18
2.2. Sobre a pontuação nas gramáticas do português	14
3. Metodologia	33
3.1. Constituição do corpus.....	33
3.2. Coleta e organização dos dados.....	38
3.3. Sobre as orações completivas	42
3.3.1. Oração completiva ou integrante	42
3.3.2. Oração completiva finita	43
3.3.3. Oração completiva com valor de objeto direto	44
4. Apresentação dos dados.....	45
4.1. Organização dos dados.....	45
4.2. Resultados quantitativos preliminares.....	46
4.2.1. Sentenças com vírgula antes de oração completiva ou integrante selecionada por verbo	46
4.2.2. Sentenças com vírgula antes de oração completiva ou integrante selecionada por nome	59
4.3. Sentenças com dois pontos	62
4.4. Reanálise dos dados	71
4.4.1. Os verbos introdutores de discurso relatado no corpus.....	71
4.4.2. Sentenças com vírgula antes de oração completiva ou integrante selecionada por verbo	72
4.4.3. Sentenças com vírgula antes de oração completiva ou integrante selecionada por nome	75

5. Discussão dos dados.....	77
5.1. Sobre o discurso relatado	77
5.1.1. Tipos de discurso - direto e indireto.....	77
5.1.2. Verbos introdutores de discurso relatado.....	79
5.1.3. Pontuação no discurso relatado no húngaro	80
5.2. Sentenças sem vírgula antes de oração subordinada completiva ou integrante selecionada por verbo.....	82
5.3. Comparação entre sentenças com e sem vírgula antes de oração completiva	86
5.3.1. Tipos de verbo regente	86
5.3.2. Presença de outro elemento	96
5.4. Relação com as gramáticas portuguesas.....	105
6. Considerações finais	109
Bibliografia.....	113

1. INTRODUÇÃO

Nos estudos linguísticos do português poucos ainda são os trabalhos que têm como enfoque a pontuação e que se preocupam em descrever e explicar o funcionamento dos sinais no decorrer da história da língua. Os que existem, na sua grande maioria, se concentram apenas na análise de documentos do Português Medieval, dos séculos XIII a XV, sendo raros os que se dedicam ao Português Clássico, dos séculos XVI a XVIII.

Além disso, o Português Clássico é importante também, pois será nesse período que ocorrerão mudanças significativas no sistema de pontuação e nas regras de uso dos sinais nas gramáticas normativas, que culminarão no sistema do português moderno.

Os gramáticos, do século XVI até a primeira metade do século XVIII, continuavam a seguir a tradição latina da oratória e a tratar as funções dos sinais para a marcação de pausas menores ou maiores para auxiliar na leitura em voz alta e na compreensão das partes do texto pelos ouvintes. É importante ressaltar que a função sintático-semântica já estava presente nas gramáticas e nos tratados de ortografia, no entanto, quando ela aparecia, geralmente os autores se limitavam a apenas mencionar que a pontuação servia para dividir as partes do discurso, mas nunca discutiam tal função a fundo.

Já a partir da segunda metade do século XVIII, a função sintático-semântica passará a ocupar o primeiro plano e a função prosódica se tornará menos predominante. Apesar disso, as regras dos sinais continuarão as mesmas, bastante calcadas nos discursos das gramáticas anteriores. Será somente no século XIX que ocorrerá de fato uma mudança no sistema de pontuação, como se observa no português moderno. Nesse período, os gramáticos começaram a dar maior importância à estrutura das sentenças e às relações internas entre os elementos das sentenças e, conseqüentemente, várias mudanças foram realizadas nas descrições e nas regras de uso dos sinais.

Uma das mudanças mais significativas observadas sobre a gramática e o sistema de pontuação do português será sobre as orações relativas restritivas e explicativas e as orações completivas. Nos séculos XVI e XVII esses tipos de construções representavam um desafio para os gramáticos explicarem, especialmente as relativas, e apenas a partir do século XVII é que os autores começam a apresentar nas suas gramáticas regras de colocação de vírgula antes de “relativos” e de “conjunções”, mas ainda não discutem e nem explicam as diferenças das estruturas das orações e sempre mostram apenas exemplos para relativas. Já no século XIX, com a incorporação de análises mais voltadas à estrutura sintática e às relações semânticas entre os elementos das

sentenças, as distinções entre essas orações se tornam mais claras e, com isso, os autores passam a apresentar regras mais específicas para o uso da vírgula nesses contextos, se aproximando da gramática do português moderno.

Desse modo, tendo em vista a carência nos estudos do sistema de pontuação no português clássico, referente ao período do século XVI ao XIX, e os problemas e as mudanças nas regras da gramática normativa da época, a partir dos séculos XVIII e XIX, esta pesquisa buscou analisar o comportamento do uso de vírgula antes de orações completivas em textos do português clássico para se observar e compreender melhor a periodização da mudança do uso do sinal e as possíveis razões pelas quais se utilizava o sinal do modo que era utilizado na escrita e por que e como a mudança teria ocorrido. É importante apontar aqui que, no decorrer da pesquisa, decidiu-se abandonar a análise das orações relativas pela dificuldade em classificá-las e definir com clareza se era uma oração do tipo restritiva ou explicativa.

Além disso, através da observação dos dados levantados nos textos, observou-se que, na maioria deles, o verbo que regia a oração completiva era do tipo discursivo, como, por exemplo, “dizer”, “afirmar”, “mandar”, “pensar”, o que levou a pensar também na hipótese de que a vírgula possuía uma função a mais; de delimitar e introduzir um enunciado relatado em construções de discurso indireto, que era predominante na escrita, mas desconhecida ou ignorada pela gramática normativa.

Esta dissertação se organiza em quatro capítulos. O capítulo 1 se divide em duas partes: na primeira será apresentada uma periodização da história da pontuação, com alguns fatos históricos referentes à história da escrita e do desenvolvimento de gramáticas e como isso implicou na criação e na evolução da pontuação, desde a antiguidade clássica até o século XX; e na segunda parte serão apresentados os conceitos e as regras de pontuação como aparecem nas gramáticas portuguesas do século XVI ao século XIX.

No capítulo 2 serão apresentados o corpus de trabalho utilizado nesta pesquisa, o método de coleta dos dados, com o auxílio da ferramenta *Corpus Search*, e algumas considerações sobre orações completivas ou integrantes selecionadas por nome e verbo.

No terceiro capítulo, subdividido em duas partes, serão apresentados os dados e a análise quantitativa deles: na primeira parte será descrita a análise inicial dos dados, e na segunda parte, a reanálise dos dados e a teoria do discurso relatado, tendo em vista observações feitas a partir da primeira análise, de que a vírgula, até meados do século XVIII, possuía um valor semelhante ao dos dois pontos, ou seja, servia também para introduzir um enunciado relatado ou

uma citação. Já na segunda, serão apresentados os dados obtidos nas buscas do corpus e a análise deles, com base nos objetivos desta pesquisa e na leitura de gramáticas e outros estudos sobre o assunto.

E no quarto e último capítulo será apresentada a análise qualitativa dos dados, com a comparação dos dados com e sem vírgula entre a oração completiva e o verbo que a rege, a fim de tentar estabelecer e compreender os motivos por trás da variação no uso da vírgula nesses contextos. Será feita, também, e uma discussão sobre a relação entre os resultados obtidos sobre o uso da vírgula e as regras e definições que as gramáticas portuguesas antigas propunham.

2. SOBRE A PONTUAÇÃO

A respeito da periodização da história da pontuação há, na literatura, algumas controvérsias no que concerne, especialmente, à função aplicada ao uso da pontuação durante o período clássico. Dentre essas diferentes propostas, serão destacadas as de Rocha (1997) e Catach (1994), que trazem com elas argumentos interessantes à pesquisa.

Rocha, por um lado, diz que nos séculos XVII e XVIII ambas as orientações - oral e lógico-gramatical - estavam em vigor, mas que a segunda já passara a ser mais predominante, e, por essa razão, divide os dois últimos períodos da história da pontuação em Idade Média, do século XIII ao século XVI, e Idade Moderna, do século XVII ao século XX. Catach, por outro lado, afirma que no século XVII a pontuação ainda tinha uma função exclusivamente oral e que somente no início do XVIII ela passaria a ser mais lógico-gramatical e, com isso, divide os períodos em antigo, do século XII ao XVII, e moderno, do século XVIII ao XX.

Como se verá mais adiante, as leituras das gramáticas e os resultados obtidos nesta pesquisa parecem convergir mais para a proposta de Catach e mostram que o século XVIII teria sido uma espécie de transição para o que conhecemos hoje como a pontuação moderna e, portanto, que nesse período as regras de uso da pontuação, especialmente da vírgula, já teriam se modificado.

Desse modo, parece mais certo afirmar que a história da pontuação pode ser dividida em três grandes períodos: Antiguidade Clássica, com a tradição greco-latina, da Idade Média (séculos XII-XIII) ao século XVII e do século XVIII ao século XX.

Este capítulo consiste de duas seções. Na primeira, serão apresentados alguns fatos históricos referentes à história da escrita e do desenvolvimento de gramáticas e tratados de ortografia e como isso implicou a criação e a evolução da pontuação, desde a antiguidade clássica até o século XX. E na segunda, serão apresentadas as definições e regras de pontuação tais como aparecem nas gramáticas portuguesas do século XVI ao século XIX.

2.1. HISTÓRIA DA PONTUAÇÃO

2.1.1. ANTIGUIDADE CLÁSSICA

De acordo com Malcolm B. Parkes, em seu livro *Pause and effect - an introduction to the history of punctuation in the West*, a antiguidade clássica era dominada pelo ideal do *vir eloquentissimus*, que surgiu quando, nas democracias antigas, a habilidade de fazer um bom

discurso em tribunais e assembléias públicas era considerada essencial ao homem. A escrita, nessa época, era vista mais como um registro da fala e a eloquência e a leitura expressiva em voz alta eram cultivadas e enfatizadas no ensino nas escolas. A leitura em silêncio era algo tão raro que se conta na história que, certa vez, Santo Agostinho se surpreendeu ao se deparar com Santo Ambrósio lendo uma obra sem emitir som algum. (cf. Parkes, 1993)

Antes do século VI há poucas evidências sobre a existência de textos em que os próprios autores inseriam sinais de pontuação. Tal falta é atribuída à prática dos autores de ditar seus textos - cartas, livros, notas -, a amanuenses ou escribas que tentavam reproduzir a fala ao papel da forma mais fiel possível. Com isso, os textos resultantes eram sempre bastante difíceis de serem lidos à primeira vista. Os escribas apenas marcavam divisões maiores como capítulos e parágrafos e qualquer outro tipo de sinal era acrescentado pelos autores na leitura em voz alta.

Segundo Halliday (apud. ROCHA, 1997), na Grécia antiga, a escrita, além de ser como uma sequência de letras seguidas, sem espaços e qualquer marca de pausa, era feita em forma de ziguezague, ou seja, ia da esquerda para a direita e, ao fim da linha, voltava da direita para a esquerda, e assim por diante. Como já dito acima, a pontuação não era inserida juntamente na composição do texto, mas posteriormente pelo próprio leitor.

Os gregos, acredita-se, faziam uso de diferentes sistemas de pontuação, por vezes até mesmo alguns simultaneamente. Havia um sistema mais simples de dois termos (*distinctio* e *subdistinctio*), em que eram marcados dois tipos de descontinuidade: a primeira, para *separar* dois enunciados completos, e a segunda, para *subseparar* ou *separar levemente* partes de um enunciado. Além desses, também coexistiam a *diastole*, ou disjunção, um tipo de vírgula para separar enunciados, e um outro sistema de três pontos com duas funções distintas: semântica, para indicar completude maior ou menor dos enunciados, e prosódica, para indicar pausa para respiração. Os três pontos eram desenhados no alto (*plena distinctio*), no meio (*distinctio media*) ou no pé da linha (*subdistinctio*) e marcavam, respectivamente, quando o enunciado estava completo, quando o enunciado estava incompleto e quando era necessário respirar. (ver figura no anexo A1¹) (cf. ROCHA, 1997)

Quanto à prática da escrita na Roma antiga, em manuscritos latinos mais antigos, do século I, é possível encontrar palavras separadas por *interpuncti*. (ver figura no anexo A2) No entanto, tal prática desapareceu por volta do fim do século I e os escribas Romanos passaram a imitar os Gregos e a copiar os textos em *scriptio continua* (ver figura no anexo A3), isto é, sem nenhuma

¹ Para visualizar os anexos, com as figuras e as listas completas dos dados, ver o CD-ROM que acompanha o texto.

separação entre as palavras ou qualquer indicação de pausas entre sessões maiores do texto, o que exigia uma preparação maior antes dos textos serem lidos em voz alta com a expressão e a pronúncia adequadas. (cf. PARKES, 1992)

A vantagem de se escrever em *scriptio continua* era a de que, ao final, os leitores tinham em mãos textos neutros e cabia a eles a interpretação dos escritos e a inserção das devidas pausas. Tal tarefa era, normalmente, deixada para um leitor individual que inseria ou não as pausas nos textos, a depender do seu grau de dificuldade de compreensão. Nas escolas, os professores (ou *grammatici*) utilizavam o método da *praelectio*, em que os alunos - leitores inexperientes - eram expostos a textos pontuados por eles mesmos, ao longo do curso, ou por outra pessoa para aprender a ler com maior facilidade e precisão. Os sinais utilizados para marcar separação ou junção de palavras eram *hyphen* ou *diastole*², para marcar vogais longas, *apice*, e para indicar duração de pausa, outros sinais (*positurae*). Entre esses últimos, o mais comum era o ponto, que possuía diversas funções: para indicar abreviaturas, separar sílabas, palavras ou grupos de palavras, para marcar uma letra de que se estava falando ou rasura - com o ponto colocado em cima ou embaixo da letra. Nesse período, portanto, tanto a *scriptio continua* como a forma segmentada coexistiam na prática da escrita latina, porém os sinais de pontuação, ainda que já empregados, não eram unificados e a forma do signo e a sua função nem sempre correspondiam. (cf. PARKES, 1992; ROCHA, 1997)

Por fim, no período da Antiguidade Clássica, apesar de os sinais de pontuação, suas formas e funções, ainda serem bastante instáveis, não se pode negar que os sistemas propostos pelos Gregos e Latinos trouxeram, gradualmente, diversas inovações. De acordo com Halliday (apud. ROCHA, 1997), essas inovações foram as seguintes:

1. A direção da linha foi padronizada e os Gregos adotaram a direção esquerda-direita;
2. Foram introduzidos os espaços entre as palavras;
3. Foi introduzida a primeira marca de pontuação, o ponto, para separar as sentenças;
4. Foram sistematicamente distinguidas as letras maiúsculas e as minúsculas, com a maiúscula tendo várias funções;
5. Surgiram símbolos especiais para indicar ligações, interpolações e omissões - hífen, parênteses, apóstrofe;

² Apesar de não haver relação direta, acredita-se que a *diastole*, ou disjunção, é uma herança do sistema de três pontos dos Gregos e servia, de forma semelhante, para reforçar a sintaxe, indicar sentido e possibilitar a respiração. (DESBORDES, apud. ROCHA, 1997:88)

6. Outras marcas de pontuação mais detalhadas foram adicionadas: vírgula, dois pontos, ponto e vírgula e travessão;
7. Mais adiante mais símbolos especiais passaram a fazer parte do sistema: aspas, ponto de interrogação e ponto de exclamação, sendo os dois últimos na Idade Média.

2.1.2. DA IDADE MÉDIA AO SÉCULO XVII

Na Idade Média, em diversos países da Europa, o sistema de pontuação adotado era ainda baseado no sistema grego de três pontos, mas com a adição de novos sinais como a vírgula, o ponto e vírgula, os dois pontos e o ponto de exclamação e o ponto de interrogação, além de outros sinais de correção e acentos. (cf. CATCH, 1994) Quanto ao emprego desses sinais, Rocha (1997) afirma que é uma progressão em sentido a um emprego mais lógico-gramatical, isto é, enquanto na antiguidade a pontuação servia exclusivamente para marcar a cadeia melódica e as pausas respiratórias da fala na escrita, a partir da Idade Média, ambas as funções lógico-gramatical e prosódica passam a ser difundidas. Ademais, o autor também ressalta que no período medieval, dificilmente se encontram gramáticas que definem ou descrevem a pontuação mais detalhadamente, ao invés disso, o que há são listas de sinais com seus nomes e indicações de uso.

Entre os textos mais informativos do início do século XI ao século XIII, Nina Catches (1994) aponta os trabalhos de Papias, Hughes de Saint-Victor e o *Catholicon*, inspirado nos dois primeiros. O primeiro, Papias, lexicógrafo do século XI, discute, no seu trabalho, a questão dos sinais e dos seus diferentes nomes atribuídos por gramáticos, oradores, poetas e músicos, e aponta a existência de três tipos de pontos: 1. *suspensivum* (vírgula forte) - (!) ou (?); 2. *constans* (média) - (·) ou (:); 3. *periodus* ou *finitiva* (ponto final) - (;). Já Hugues de Saint-Victor, no século XII, retoma o trabalho de Isidoro de Sevilha, os usos empregados nos mosteiros e os diversos *notae* utilizados pelos Gregos e Latinos: diacríticos, sinais de pontuação e de anotação etc. Entre esses últimos, há os de parágrafo, no início e no fim, sinal de final de capítulo (*hedera*, em forma de folha de hera), a *virga jacens*, como um travessão, e diversas formas de *diplè*, que servem para separar partes em histórias sagradas. E, por último, o *Catholicon*, de Johannes Balbus, escrito no século XIII (entre 1286 e 1298), cita somente os três sinais básicos com, assim como os dois autores anteriores, uma descrição gráfica, melódica e gramatical. Isto é, ele reforça que o *colon* designa os membros ou divisões maiores da frase e a *coma*, as divisões menores da frase, as palavras e grupos de palavras. Além disso, Balbus também afirma que deve se empregar a *coma* (pausa fraca) quando nem a sentença e nem a construção estão perfeitas e o *colon* (pausa média), quando a construção está perfeita, mas não a sentença.

Já nos séculos XIV e XV é possível observar mudanças significativas no sistema de sinais de pontuação das línguas ocidentais. O tratado de Gasparino Barzizza (c. 1370-1431), intitulado *Doctrina punctandi* e publicado no século XV, ainda se refere ao sistema de três pontos antigo (*plena distinctio*, *distinctio media* e *subdistinctio*) e à obra *Catholicon*. Porém, de modo inovador, ele também aponta a existência de nove sinais novos utilizados na Itália: dois novos usos do ponto - para marcar enumeração e abreviatura -, dois tipos de ponto de interrogação, dois tipos de vírgulas - barra oblíqua (/) e sinal “deitado”, em forma de travessão -, sinal de divisão, semi-ponto (*semipunctus*) - para marcar elipse de um nome, em forma de um til (~) alongado - e parênteses. (cf. CATACH, 1994)

Além do tratado de Barzizza, o *Compendiosus dialogus de arte punctuandi*, escrito por Jean Heylin e publicado em 1471, também traz uma lista com novos sinais que até meados da Idade Média ainda não eram empregados. Entre esses estão a *virgula* (,), o *colon* (.) - o ponto a meia-altura -, o *periodus* (;), a *comma* (.), o *punctus interrogativus* (?). Heylin, no seu texto, também fazia uso de *parenthesis* e da barra oblíqua simples (/) ou dupla (//) para marcar divisões de palavras no final da linha. (cf. TOURNIER, 1980)

Sobre o português, particularmente, Machado Filho, em seu livro *A pontuação em manuscritos medievais portugueses* (2004), afirma que a pontuação no período medieval, embora tratada em diversas gramáticas latinas antigas, é comumente apontada por filólogos como sendo pouco sistemática ou irregular e normalmente associada à pausa respiratória da fala. Desse modo, o interesse pela pontuação em textos medievais portugueses sempre foi menor e começou a ganhar espaço no campo da pesquisa em linguística moderna apenas recentemente. Como exemplificação, o autor cita três trabalhos sobre o assunto: o de Martins (1986), em que a autora analisou manuscritos dos séculos XIV e XV e encontrou, majoritariamente, a ocorrência de ponto (.), seguido ou não por uma letra maiúscula, e outros sinais como o ponto de interrogação (?) e o (□) - algo semelhante a uma vírgula com um ponto embaixo; o de Ferreira (1987), em que o autor analisou o *Foro Real*, de Afonso X, e entre 5.611 ocorrências, encontrou apenas os sinais (.) e (.-); e o de Mattos e Silva (1989), em que a autora analisou os *Diálogos de São Gregório* (século XIV) e observou a ocorrência de três sinais, o caldeirão (¶), o ponto (.), precedendo ou não uma letra maiúscula, e o ponto de interrogação (?).

Já no seu estudo, particularmente, Machado Filho fez a leitura de três códices manuscritos: os *Diálogos de São Gregório* - uma versão da coleção particular de Serafim da Silva Neto e duas versões alcobacenses -, o *Livro das Aves* e um *flos sanctorum*. E nesses textos foram encontradas 3.737 ocorrências de sinais de pontuação, sendo eles o ponto, que é mais comum e aparece em um pouco mais que 74% das ocorrências, a *virgula suspensiva* (/), em 11,8% dos casos, o *punctus*

elevatus (!), o *punctus interrogativus* (?), o *colon* (:) e variantes de sinais antigos, como (:-) e (:.), que não representam mais que 5% dos casos. Ademais, também foram encontradas ocorrências de sinais compostos, como o *punctus* simples antes do caldeirão (. ¶) e antes do sinal de fim de texto (. SFT³).

A passagem do século XV ao século XVI, com o surgimento da imprensa e, portanto, com a descoberta da composição e impressão com caracteres móveis, pode ser considerada um grande marco na história da escrita no Ocidente. A possibilidade de trabalhar e aprimorar o layout do texto no papel trouxe maior legibilidade e permitiu que espaços reservados no interior do texto dessem conta de grandes divisões, como capítulos e parágrafos, deixando os sinais de pontuação aos níveis inferiores, como as sentenças. Quanto às palavras, o espaço em branco entre elas fez com que o uso de maiúsculas *legibiliores* se tornasse supérfluo e, assim, caísse em desuso. (cf. CATCH, 1994) Ademais, tal inovação provocou a padronização do texto escrito e a massificação da leitura visual e, com isso, a imposição do uso de um sistema de pontuação mais estável e de domínio público.

Quanto aos sinais de pontuação, Nina Catach (1994) apresenta os tratados de Lefrève d’Etaples, Geoffroy Tory e Estienne Dolet. O primeiro, intitulado *Grammatographia* e publicado em 1529, aponta a existência de nove sinais: os três pontos básicos, o ponto de exclamação, o ponto de interrogação, o de divisão (sinal duplo), os parênteses, a vírgula oblíqua (*suspensivum*) e a *comma*, ou *dois pontos*. Já o segundo, chamado *Champ Fleury*, também de 1529, traz, além dos três pontos de base, onze novos valores de sinais, a saber: ponto suspensivo (/), ponto duplo (:), semi-ponto (oblíquo, sinal de divisão), ponto em forma de gancho (,), *comma* (:), *colon* (ponto médio), *periodus* (.) (ponto embaixo), interrogativo (?), afirmativo (em forma de 3), exclamativo (!) e parênteses (()). Nota-se, aqui, pela primeira vez, a substituição do sinal de ponto no alto (*plena distinctio*) do grego e do latim para o *periodus* ou ponto final atual, situado ao pé da linha. E quanto ao terceiro, intitulado *La maniere de bien traduire d’une langue em aultre*, de 1540, pode-se dizer que é o primeiro tratado destinado aos impressores e aos textos impressos e foi considerado como uma bíblia para os tipógrafos. Dolet, logo no início, afirma que a pontuação é universal e que os nomes dos sinais devem indicar os seus efeitos e suas propriedades. Mais adiante, ele define o que seria o *período* e retoma os três pontos de base, porém com algumas modificações nos seus valores: o *periodus* é eliminado - dando espaço para o que virá a ser o atual ponto e vírgula -, o ponto final, ou *colon*, serve para marcar a frase, a *comma*, ou *dois pontos*, continua sendo um ponto médio e a *virgula* serve para separar as partes menores. Além desses, o autor também traz o ponto de interrogação, o ponto de exclamação e os parênteses, com duas formas diferentes () e [].

³ A abreviatura STF significa “fim de texto”.

Já no século XVII, o que se observa nas gramáticas e nos tratados da época é que a função lógico-gramatical - já de certo modo presente nas gramáticas do século XVI - passa a ganhar espaço, apesar de a função prosódica, para marcar pausas maiores ou menores e auxiliar na leitura em voz alta, ainda ser a principal. O *Dictionnaire universel*, de Furetière, publicado em 1690, por exemplo, traz definições para os sinais antigos e modernos, ainda bastante calcadas em noções prosódicas, mas já trata da relação entre o valor de cada sinal de pontuação com o grau de dependência entre as partes das sentenças:

“Marques qui sont la division des membres d’une période, ou d’un discours (...) Um *point* marque um sens complet, & que la période est achevée. Deux *points* marquent ordinairement le milieu d’un verset, ou la pause où on peut reprendre haleine. Le *point* avec la virgule s’appelle *comma*, & il marque une pause plus grande que la virgule, & est plus petite que celle des deux *points* (...)” (apud. CATACH, 1994:33)

Além disso, como será mencionado na seção seguinte, nas gramáticas portuguesas desse período, o tratamento dado às definições e regras de cada sinal mostra que os gramáticos, ainda que não o afirmem explicitamente, passaram a olhar mais de perto para as diferentes relações sintáticas entre os constituintes das sentenças e para como a pontuação pode marcar essas diferenças.

2.1.3. SÉCULOS XVIII A XX

No século XVIII, de acordo com Catach (1994), Buffier (1709), Grimarest (1707), Girard e outros gramáticos fundadores da *Grammaire générale* passaram a dar atenção especial aos problemas da pontuação e da sintaxe. Desse modo, a partir de então, a função primordial da pontuação passou a ser a lógico-gramatical, deixando a função prosódica em um segundo plano. Apesar da separação teórica, essas duas funções mais se complementavam do que se opunham. Tal concepção fica bastante clara no seguinte trecho, extraído de um dos 135 artigos escritos por Nicolas Beauzée, intitulado *Ponctuation* (1765), para a *Encyclopédie*, de Denis Diderot:

“La choix des ponctuations dépend de la proportion qu’il convient d’établir dans les pauses; et cette proportion depend de la combinaison de trois principes fondamentaux: 1° Le besoin de respirer; 2° La distribution des sens partiels qui constituent le discours; 3° La différence de degrés de subordination qui conviennent à chacun de ces sens partiels dans l’ensemble du discours.” (apud. CATACH, 1994:37)

Esses três princípios são válidos para os sinais usuais: a vírgula, o ponto e vírgula, os dois pontos e o ponto. Os demais, como os parênteses, as reticências, as aspas, a alínea, a interrogação e a

exclamação, eram normalmente tratados separadamente. O sistema de pontuação no século XVIII, como é possível observar no artigo de Beauzée, já é relativamente próximo do utilizado atualmente - a diferença maior está nos dois pontos, que era empregado como sendo um intermediário entre o ponto e vírgula e o ponto. (cf. ROCHA, 1997)

Além disso, é interessante apontar que Beauzée é o primeiro a apresentar uma regra para uma das questões mais debatidas entre os gramáticos da época: a diferenciação e a pontuação das orações relativas restritivas (ou determinativas) e as orações relativas explicativas (ou não-determinativas). Assim, o autor afirma que

“Il faut mettre entre deux virgules toute proposition incidente purement explicative; et écrire de suite, sans virgules, toute proposition incidente déterminative’ (*Grammaire*, II, 597, 6^e règle).

Les déterminatives, en effet, sont ‘intimement unies à ce qui précède’, alors que dans l’explicative apparaît une ‘diversité d’aspects’ pour la même idée, et ‘le peu de liaison avec l’antécédent’ d’où les virgules, ex.(19b): (déterminative, avec article ou démonstratif attaché à l’antécédent) ‘*La gloire des grands hommes se doit toujours mesurer aux moyens dont ils se sont servis pour l’acquérir*’ // (explicative) ‘*Les passions, qui sont les maladies de l’âme, ne viennent que de notre révolte contre la raison*’.” (cf. CATACH, 1994 :38-39)

Já no século XIX, o que se nota, através dos tratados e manuais da época, é que a função lógico-gramatical da pontuação tomou de fato o espaço da função prosódica e regras mais rigorosas de aplicação dos sinais, com base na sintaxe, passaram a ser instituídas.

Segundo Tournier (1980), foi nesse período que apareceu na França, pela primeira vez, um livro inteiramente dedicado à pontuação: o *Traité de ponctuation*, de Ricquier (1873). Apesar de inovador no formato, no seu conteúdo, nada de original sobre o assunto é apresentado, apenas alguns sinais novos para enriquecer a lista já existente, como pontos condutores, hífen ou travessão, traço de união, aspas, colchetes, alínea, apóstrofe, etcaetera, asterisco, parágrafo, sublinhado e chave. Mais adiante, Tournier também cita o capítulo do *Grand dictionnaire universel du XIX^e siècle*, escrito por Pierre Larousse, que acreditava que a pontuação tinha um papel lógico determinante, na dependência de suas funções respiratórias, isto é, ambas as funções sintáticas e prosódicas passaram a ser consideradas nas regras de uso da pontuação, porém com a primeira ocupando o primeiro plano, como o principal critério.

Além desses estudos, existia na época o jornal *L’imprimerie* (1876), que trazia definições sobre as

novas normas da gramática, também bastante calcadas no pensamento lógico, instauradas nas escolas:

“La ponctuation est l’anatomie du langage ou de la pensée (...). Ponctuer, c’est disséquer les phrases (...). Basée sur la logique, elle est universelle, c’est-à-dire pour les idiomes de tous les temps et de tous les pays (...)” (apud. CATACH, 1994 :43)

Por fim, quanto ao século XX, neste período, apesar dos estudos sobre o assunto ainda se atermem bastante a aspectos da gramática normativa, as suas questões e os seus problemas passaram a ser tratados de forma mais profunda, sob um olhar mais científico, com base em teorias lingüísticas.

Da mesma forma que os estudos históricos mais recentes sobre a língua escrita e, mais especificamente, a pontuação - como os mencionados acima -, os estudos de caráter teórico são relativamente escassos. Grande parte das publicações é calcada em aspectos normativos e falham em descrever e discutir o assunto com maior profundidade. A pontuação, de acordo com Rocha (1997), “tem sido apresentada de maneira ingênua e impressionista, sem se considerar a complexidade do assunto e as contradições que a envolvem.” A contradição mais básica é a resultante das divergências entre a linguagem oral e a linguagem escrita, problemática corrente nas línguas ocidentais desde a Antiguidade Clássica.

Ainda segundo Rocha, outra questão paralela bastante discutida na literatura atual é se a pontuação é determinada pela gramática ou pela fonologia. Para essa questão, há três teorias correntes: a primeira, de caráter contrastivo, que toma a escrita como sendo atrelada à linguagem oral, a segunda, que separa a escrita do oral como dois sistemas lingüísticos completamente diversos, e a terceira, um intermediário entre as outras duas, que vê a escrita como sendo parcialmente autônoma do oral. Sobre isso, até os dias de hoje nunca se chegou a um consenso, há quem defenda que a pontuação é dependente da fala e há quem defenda o contrário.

Em relação às duas últimas teorias, que tomam a pontuação como sendo parte da grafia e, em um grau maior ou menor, separada da fala, Nunberg (1990) afirma que a pontuação é como um subsistema lingüístico e, por isso, a ser visto como parte do sistema mais geral da escrita e Tournier (apud. PERROT, 1980) acredita que a pontuação está inserida na escrita, e não na fala, uma vez que os seus signos não são pronunciados. Já sobre a teoria de que a pontuação estaria vinculada à grafia e também à fala, Halliday (1989) diz que a pontuação está inserida em ambas as linguagens escrita e oral, pois apesar de serem diferentes em alguns pontos, elas têm a mesma

gramática subjacente e as unidades gramaticais podem estar associadas às unidades prosódicas. Catach (1980), seguindo a mesma linha de pensamento de Halliday, afirma que há correspondência com o oral, pois “Syntaxe, pauses, intonation et sens sont absolument inséparables, même si nous les distinguons pour l’analyse.”

2.2. SOBRE A PONTUAÇÃO NAS GRAMÁTICAS DO PORTUGUÊS

Nesta seção serão apresentados definições e conceitos a respeito da pontuação em algumas gramáticas do português publicadas no período do século XVI ao século XIX, focalizando, mais especificamente, os sinais da vírgula e dos dois pontos.

Na *Grammatica da lingua portuguesa*, publicada em 1540, João de Barros afirma que

“Uma das cousas principais da ortografia, pela qual entendemos a escritura, é o apontar das partes e cláusulas em que os latinos mostraram muita diligência. Esta não temos nós, principalmente na letra tirada, sendo cousa que importa muito, porque às vezes fica a oração anfibológica sem eles, donde nascem dúvidas.

E, por a nossa gramática, nesta parte, não ficar escassa, diremos dos pontos que podemos usar, se quisermos doutamente escrever. Os latinos tem estes pontos e sinais com que distinguem as partes e cláusulas da oração: coma, cólo, verga, parênteses, interrogação. Coma é vocábulo grego a que podemos chamar cortadura, porque ali se corta a cláusula em duas partes. Estas duas partes se cortam em vírgulas que são umas distinções das partes da cláusula. (...) As vergas são estas zeburas, ao modo dos gregos. Na coma parece que descansa a voz, mas não fica o entendimento satisfeito, porque deseja a outra parte, com que a oração fica perfeita e rematada com este ponto, cólo. Estão entre as cortaduras que são estes dois pontos (:) umas zeburas assim (,) a que chamamos distinções das partes da cláusula. (...) E, dado que o entendimento, pela maior parte, quando imos lendo qualquer escritura, ele vai fazendo os pontos que se requerem sem os ter, muitas vezes os mesmos pontos lhe fazem sentir a verdade dela, como se pode ver nesta dicção anfibológica: Ler as obras de Lutero; nunca obedecer ao Papa é o mais seguro para a salvação. Como julgaremos estas palavras não serem heréticas? Com os pontos, porque a parte nunca tem força, neste entendimento e, onde se acosta, ali, cai, aqui destrói a precedente e não a sequente, cá dizemos: Ler as obras de Lútero nunca; obedecer ao Papa é o mais seguro para a salvação. Estas orações anfibológicas usavam muito os oráculos dos gentios, cá por elas os enganavam, como

se conta da resposta que houve Pirro do oráculo de Apólo que os gramáticos trazem mui comum: Aio te Aeacida romanos vincere posse. Da qual resposta Pirro ficou enganado, porque entendeu que havia de vencer os romanos e ele ficou vencido deles, por a resposta ser anfibológica.”⁴

Como se pôde notar no trecho acima, Barros, seguindo os preceitos da gramática latina, afirma que existem cinco sinais para dividir as partes das sentenças e do texto: a *coma* (:) para marcar onde “descansa a voz, mas não fica o entendimento satisfeito, porque deseja a outra parte”, o *cólo* (.) para marcar final de sentença, a *uerga* (,) para distinguir as partes da sentença, os *parêntesis* () quando necessário interpor uma informação, e o *ponto de interrogação* (?) para marcar sentenças interrogativas. O autor também diz que a pontuação é indispensável na escrita para que o texto seja bem construído, garantindo, assim, que interpretações errôneas sejam evitadas.

Ao tratar da vírgula (ou *vergas*) e os dois pontos (:), Barros as classifica como “cortaduras”, que servem para separar e distinguir partes de uma sentença a fim de auxiliar no ritmo de leitura e na construção de sentido. Além disso, não é apresentada nenhuma regra específica de como e onde os sinais devem ser empregados no interior de um texto e uma maior importância é dada para o fato de a pontuação ser indispensável na construção do sentido “perfeito” de uma sentença ou um texto todo.

É interessante apontar também que Barros já traz, nas suas definições, tanto a função prosódica como a função sintática da pontuação ao afirmar que esta serve para marcar o ritmo da leitura e separar as partes da sentença. Contudo, ainda que já presente aqui, a função sintática da pontuação será mais predominante e explorada apenas em fins do século XVIII, como se verá adiante.

Seguindo os mesmos passos de Barros, Pero Magalhães de Gândavo, em seu livro intitulado *Regras que ensinam a maneira de escrever a ortographia da língua Portuguesa*, de 1574, afirma que

“(...) no discurso da escriptura auerá tres maneiras de diftinções, pera que o lector faiba melhor paufar & entender o fentido da sentença, ou claufula, conuemafaber, auerá virgula, dous pontos: hum ponto. (da maneira que fica significado)

⁴ BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa. Cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*. (ed. M. L. C. Buescu) Lisboa: Fac. de Letras da Univ. de Lisboa. 1971. (www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/b_002)

Da virgula se usará quando quizerem distinguir hũa parte da outra indo proseguindo pela sentença adiante todas as vezes que for necessario. Dos dous pontos em algũs lugares, onde se fezes mais pausa. De hum ponto no fim da claufula, onde se acaba de concluir algũa coufa. E logo a diante do mesmo ponto a primeira letra que se seguir será maiuscula: porque hum ponto sô tem mais força que dous, & os dous mais que a virgula. (...)⁵

Gândavo afirma que para que o leitor possa marcar as pausas e compreender o texto de forma clara deve-se fazer uso de três sinais de distinção: a *vírgula* (,) para dividir as partes da sentença “prosequindo pela sentença adiante todas as vezes que for necessario”, os *dois pontos* (:) para marcar uma pausa mais longa que a da vírgula, e o *ponto* (.), que tem mais “força” que os outros dois sinais e marca final de sentença - e sempre após o ponto final deve-se começar a palavra seguinte com uma letra maiúscula. Além desses, mais adiante, o autor também apresenta o *ponto de interrogação* (?), os *parênteses* () e o sinal de divisão das palavras (=). No entanto, nenhuma regra ou exemplificação mais específica é dada, ficando, assim, o emprego dos sinais de pontuação um tanto vago.

Ademais, novamente, nota-se que o autor faz menção à função sintática da pontuação na escrita, mas não aprofunda e mantém o conceito da marcação das pausas para auxiliar na leitura.

Já no século XVII o que se observa é que a função sintática da pontuação começa a ganhar maior espaço, apesar de a função prosódica ainda se manter em primeiro plano, e novos sinais e definições e regras mais específicas começam a surgir nas gramáticas e nos tratados de ortografia portugueses.

Na *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua portuguesa*, de 1631, Álvaro Ferreira de Véra escreve:

“Assi como no proceſſo da oração, ou pratica, que fazemos, naturalmente usamos de hũas diſtinções de pausas, & silencio, affi para o que ouve entender, & conceber o que se diz, como para o que falla tomar eſpiritu, & vigor para mais dizer: affi da meſma maneira usamos, quando eſcrevemos. Porque como a eſcrittura he hũa representação do que fallamos, para nos darmos a entender nella, usamos de pontos, como de balifas, que dividão as ſentenças, & os membros de cada claufula. Porque

⁵ GÂNDAVO, Pero Magalhães de. *Regras que ensinam a maneira de escrever e Orthographia da lingua Portuguesa, com hum Dialogo que a diante se segue em defensam da mesma lingua*. Lisboa: Officina de Antonio Gonsalvez. 1574. (purl.pt/12144)

com aquelles certos finaes tiramos, & diftinguimos a muita confusão, que costuma aver no que escrevemos sem aquelles finaes. Os quaes ordinariamente são fette, em que se divide a clausula, ou periodo, a saber: Incifio , Colon imperfeito ; Colon perfeito : Ponto final . Interrogação ? Admiração ! Parenthefis () (...)

Esta varinha, se diz Virgula, Coma, Incifio, Meio ponto. Della usamos para distincção do escrito, & respiração do que lee: porque nella descança para dizer mais. Põe antes de conjunção, & relativo, & depois de cada verbo com seus casos, que he no fim de cada oração.

Põe tambem depois nomes adjettivos, quando concorrem muitos em hum mesmo caso, como aqui: O que quizer ser verdadeiramente nobre, ha de ser virtuoso, prudente, liberal, & constante.

Tambem se põe entre substantivos, como: As virtudes são quatro, Prudencia, Justiça, Temperança, & Fortaleza. E põe outro si depois verbos simples sem algum caso, que rejeão, como se vê neste exemplo Pequei imaginando, fallando, obrando. O mais commum he (como fica ditto) depois de cada verbo com seus casos, diftinguindo hã oração da outra.

De dous pontos (a que se diz Colon perfeito) usamos quando temos cheia a sentença, sem ficar mais, que dizer. Polo que se chama Colon perfeito, que quer dizer Membro: porque elle he parte do periodo, que he a clausula, ou matéria acabada. Assim que he diferente de ponto, & virgula, que deixa suspenso o sentido (por não estar ditto tanto, que basta) até ouvir a partícula indeclinavel, ou relativa, que se segue.

Usamos tambem de dous pontos quando na pratica, que fazemos, referimos palavras de outrem, como: Boecio diz: Nenhã coufa ha nesta vida, a qual não falte, ou lobeje algã coufa, com que todo não fica perfeita. (...)⁶

Além de apresentar novos sinais, como o ponto de interrogação e o ponto de exclamação, o mais interessante de se apontar no texto de Véra é a mudança nas regras propostas por ele para o uso dos sinais. Ele afirma, na sua definição de pontuação, que a escrita é uma representação da fala e que, portanto, para se poder compreender o texto escrito é necessário utilizar sinais ou pontos que marquem as pausas e o silêncio entre as sentenças e no interior delas. No entanto, mais adiante, ao apresentar os sinais separadamente, não ignora a função da pontuação para separar

⁶ VERA, Alvaro Ferreira. *Orthographia, ou modo para escrever certo na lingua portuguesa*. Lisboa: Mathias Rodriguez. 1631. (purl.pt/45)

partes da sentença e vai um passo além, apresentando definições mais detalhadas e escrevendo que a vírgula, por exemplo, “Poêfe antes de conjunção, & relativo, & deſpois de cada verbo com feus caſos” ou que os dois pontos introduzem o discurso direto.

Os sinais de divisão, entre outros, são a vírgula (ou coma, inciso) (,), o colon imperfeito (;), o colon perfeito (:) e o ponto final (.). A respeito da vírgula, particularmente, o autor escreve que serve para marcar as pausas maiores para respiração e que devem ser usadas antes de conjunções, relativos, depois de cada verbo com seus complementos e para separar adjetivos, verbos e substantivos em enumerações (ex.: *O que quizer fer verdadeiramente nobre, ha de fer virtuôfo, prudente, liberal, & conſtante*). Já no caso dos dois pontos, Gândavo traz um novo uso, o de introduzir citações e discurso direto - o que passou a constituir as definições de todas as gramáticas posteriores, como se verá adiante.

Além de Véra, no período do século XVII, há também a *Ortografia da língua Portugueza*, de João Franco Barreto, publicada em 1671. Nela Barreto afirma que

“Neceſſario he para a boa pronunciaçã, & darmos a entender o que dizemos, como também para tomar folego, eſpírito, & vigor, fazer ã o proceſſo da oraçã, ou pratica, aſi fallando, como eſcrevendo, algumas paufas, as quaes ã a eſcritura aſſinalamos cõ diferentes figuras, porque cada uma dellas tã tambem diferente officio: & he tã importante; que por falta dellas, fe ignora muytas vezes o verdadeyro fentido: como acerca da pontuaçã, fe conhece deſte verſo Latino, que certo Letrado deyxou, como por teſtamento, ã a porta de ſua livraria.

Porta patens eſto nulli clauderis honeſto.

O qual cõ dous pontos antes, ou deſpoys de nulli, faz tã contraria ſentença, como qualquer que ſouber pouco Latim, poderã entender, eſperimentandoo.

Servem também eſtas clauſulas, balifas, ou marcos, para melhor ſe confeber o que ſe le; & fervem como de imagens, & figuras para a memoria, ſegundo as regras, que para a artificial ſe dão. São poys tres as principaes, virgula, colon, periodo.

A virgula, que tambem ſe chama coma, inciſo, & meyo ponto, he uma varinha, ou riſquinha torta neſta forma , (...)

A diferença entre eſtes finaes he agora a dificuldade: figuindo aos que deſta maneyra eſcreveram, digo; que a virgula, ou coma, ſe poem, para a diſtinçã, quando ainda nã eſtã dito tanto, que baſte para o fêtido, màs deſcança, para fizer mays. O mays

comũ, & ordinario he porfe deſpoys do verbo cõ feus caſos, exemplo: *Quem ama a Deos, ama ao proximo*. Tambẽ deſpoys de conjunçã, antes de relativo, como; *A ruim arvore ſe chega, & rrima, o que ſe eſtribana Fortuna*. Poemſe tambẽ deſpoys de nomes adjetivos, quando concorrem muytos ã ã caſo; como.

Deo final a trombeta Caſtelhana
Horrendo, fero, ingente, & temeroſo.

O meſmo lugar tẽ entre nomes ſuftantivos, como. *Tres males ha, o mar, o fogo, a mulher*.

(...)

Colon perfeyto, ufaremos quando temos cheya a ſentença, màs nã acabado o periodo; & parece que o animo do que ouve fica ſuſpenſo, eſperando outra coufa mayſ, que depende do que eſtã dito, como; *O medo da ley nã encobre a maldade, màs tira o atrevimento a licença. As coufas Chriſtans, deſde o principio tẽ as leys & os Profetas: & nas coufas novas tẽ os Evangelhos, & as Epiſtolas Apoſtolicas. O claro ſangue de outrem nã te faz nobre, ſe tu o nã tens*.

Tambẽ ufamos de dous pontos, quando na pratica que fizemos referimos pãlavras de outrem, como; Diz S Agostinho; *Ignorancia he blasfemar das coufas nã entendidas*.⁷ Ariſtoteles diz: *Melhor he ſer pobre que ignorante*. As quaes palavras começam ſempre por letra grande.”⁸

Barreto trata da pontuação de forma semelhante ao ſeu contemporãneo, como ſendo um conjunto de ſinais neceſſãrio para auxiliar na leitura e na compreensão apropriadas do texto, marcando pausas para respiraçaõ e organizando o texto eſcrito, mas não deixa a funçaõ ſintãtica de lado ao apresentar as regras de uſo de cada ſinal. Alẽm de outros ſinais como o ponto final, o autor dã destaque à vírgula (ou coma, inciso, meio ponto) e aos dois pontos (ou colon perfeito). O primeiro ſinal ſerve para indicar quando o ſentido da ſentença ainda não eſtã completo e que há uma pausa para respiraçaõ antes do que vem a ſeguir. Ela deve ſer usada depois de verbos com os ſeus caſos (ex.: *Quem ama a Deos, ama ao proximo*), depois de conjunçaõ, antes de relativo (ex.:

⁷ É interessante notar que no primeiro exemplo “Diz S Agostinho; *Ignorancia he blasfemar das coufas nã entendidas*.” Barreto utiliza o ponto e vírgula ao invés dos dois pontos para introduzir a citação. Não há como saber se foi uma falha do próprio autor, mas parece, pela leitura geral do livro, que os sinais fluuavam. Alẽm desse caſo, tambẽm há ſentenças em que o autor emprega o ponto final com a funçaõ da vírgula.

⁸ BARRETO. João Franco. *Ortografia da lingua portugueza*. Lisboa: Officina de loam da Costa. 1671. (purl.pt/18)

A ruim arvore *le chega, & rrima, o que le e ftribana Fortuna*) e entre substantivos listados (ex.: *Tres males ha, o mar, o fogo, a mulher*). Já o segundo serve para marcar quando o sentido de uma oração está completo, porém a sentença toda não, e para introduzir citações e discurso direto.

Tais considerações a respeito do sistema de pontuação se mantêm praticamente as mesmas nas gramáticas portuguesas até fins do século XVIII, com algumas modificações pequenas, como o acréscimo de alguns sinais na lista, como o hífen (-), o parágrafo (§), entre outros.

Desse modo, no capítulo *Da pontuação das claufulas, notas, e accentos da Orthografia*, no livro *Nova escola para aprender a ler, escrever e contar*, publicado em 1722, Manuel de Andrade Figueiredo escreve que

“Asfim como no difcurfo da oração, ou pratica que fazemos, naturalmente ufamos de humas diftinçoens de paufas, e filencio, affim para o que ouve, entender, e conceber o que se diz, como para o que falla tomar e fpirito, e vigor para mais dizer; affim também da mesma maneira ufamos, quando e fcrevemos; porque como a e fcriptura he huma representação, do que fallamos, para nos darmos a entender, ufamos dos finaes, que adiante mostro. Esta he a materia das mais difficeis da Orthografia, e com diffiuldade a poderá o Mefre enfiar toda aos meninos, porém fervirá para os curiofos.

Sinaes, ---- e feus nomes.

, Virgula, por outros nomes, *Coma, Incifo, meyo ponto*.

; Ponto, e Virgula, por outro nome, *Colon imperfeito*.

: Dous pontos, por outro nome, *Colon perfeito*.

. Ponto final.

? Ponto, e interrogação.

! Ponto, e admiração.

() Parenthesis.

- Divisão.

§ Paragrafo.

Accentos, ´ Agudo, ` Grave, ^ Circunflexo.

Exemplos para usarmos deſtes ſinaes.

, *Virgula.*

A virgula ufamos della para diſtincão do eſcrito, e reſpiração do que lê, porque nella deſcanſa para dizer mais.

Poem-fe a virgula depois do verbo, e ſeus caſos: a ſaber, no fim de cada oração. Verbi gratia: *Quem ama a Deos, ama o proximo.*

Poem-fe antes da conjunção, v. g. *O amor, e o odio, não ſaõ bons para juizes.*

Poem-fe antes do relativo, v. g. *As flores, que o campo cria, duraõ pouco.* Donde vemos que antes da conjunção, e, ſe poem virgula, e antes do relativo, que, ſe poem a meſma.

Poem-fe tambem depois de nomes adjectivos, quando concorrem muitos em hum meſmo caſo, v. g. *O que quizer ler verdadeiramente nobre, ha de ler virtuolo, prudente, liberal, e conſtante.*

Tambem ſe poem entre ſubſtantivos, v. g. *As virtudes Cardeaes ſaõ quatro, Prudencia, Juſtiça, Fortaleza, Temperança.*

Tambem depois de verbos ſimplices ſem algum caſo, que rejaõ, v. g. *Pequey imaginando, fallando, obrando.*

(...)

: *Dous pontos*

De dous pontos ufamos, quando temos chêa a ſentença ſem ficar mais que dizer: pelo que ſe chama, *colon perfeito*, por ſer parte do periodo, que he a clauſula, ou matéria acabada: aſſim que he diferente de ponto, e virgula, que deixa ſuſpenſo o ſentido, por não eſtar dito quanto baſte, até ſe ouvir a parte da ſentença que ſe ſegue. Uſamos tambem de dous pontos, quando allegamos palavras de outro, v.g. Diz Seneca: *Aquelles a quem a fortuna favorece, priva pela mayor parte do juizo. (...)*⁹

Como ſe pode observar no trecho acima, Figueiredo afirma que a eſcrita é uma representação da fala e, portanto, ſe faz neceſſário usar a pontuação para diſtinguir as pausas e auxiliar a leitura e o entendimento do texto. Entretanto, não deixa de fazer menção à função ſintática, de ſeparar partes do texto, ao apresentar as regras de uso de cada ſinal. Assim, indo mais adiante, o autor

⁹ FIGUEIREDO, Manoel de Andrade. *Nova escola para aprender a ler, escrever, e contar*. Lisboa: Officina de Bernardo da Costa de Carvalho. 1722. (purl.pt/107)

aponta, entre outros sinais de divisão, a vírgula, que deve ser usada depois de verbos e seus casos (ex.: *Quem ama a Deos, ama o proximo*), antes de conjunções (ex.: *O amor, e o odio, não faõ bons para juizes*) e relativas (ex.: *As flores, que o campo cria, duraõ pouco*) e depois de enumerações de adjetivos, substantivos e verbos simples (ex.: *Pequey imaginando, fallando, obrando*), e os dois pontos, que devem ser usados quando o sentido de uma oração está completo, mas a sentença não, e para introduzir citações e discurso direto (ex.: Diz Seneca: *Aquelles a quem a fortuna favorece, priva pela mayor parte do juizo.*).

Jerônimo Contador de Argote, dois anos mais tarde, publicou *Regras da língua portugueza*, de 1724, em que apresenta os sinais de pontuação e as suas regras de aplicação em forma de um diálogo, entre um mestre (M) e um aluno (D):

Mestre. Diffeftes que o efcrever com acerto confítia tambem na Pontuação. Que coufa he Pontuação?”

D. Pontuação faõ huns rifquinhos, ou pontos, com que se apartaõ entre fi as palavras, e mostraõ que cafta de sentido fazem.

M. Quantas caftas ha deffes rifquinhos, ou pontos?

D. Sete.

M. Quaes faõ?

D. Saõ os seguintes. Virgula, Ponto, e virgula, dous pontos, Ponto, Ponto admiraçaõ, Ponto interrogaçaõ, Parenthesis.

M. Que coufa he virgula?

D. He huma figurinha defta forte ,

(...)

M. Dizey as regras, que enfinaõ quando se haõ de pôr as virgulas.

D. Primeyra regra. Todas as bezes que na Oraçaõ vem palavras, que per fi fazem algum sentido, mas muyto imperfeyto, se poem virgula.

M. Dizey exemplo.

D. *Se hoje fizer Sol, ferà bom dia.* Nefta Oraçaõ as palavras *Se fizer Sol*, fazem per fi algum sentido, mas muyto imperfeyto, e por iffo entre ellas, e as palavras *Sera bom dia* pomos virgula.

Segunda regra. Antes dos nomes relativos fempre se poem virgula.

M. Dizey exemplo.

D. *Aos soldados, que faõ valerosos, se lhes daõ premios.* Onde antes do relativo *Que* eftà virgula.

Terceyra regra. Antes das conjunçoens copulativas, e disjunctivas fempre se poem virgula.

M. Dizey exemplo.

D. *Pedro, e Paulo aqui eſtaõ*. Onde antes da conjunção copulativa *E* eſtã virgula. Da meſma forte *Pedro, ou Paulo chegou de França*, onde antes da conjunção disjuntiva *Ou* eſtã virgula.

Quarta regra. Todas as vezes que na Oração vem nominativo abſoluto, depois delle fe poem virgula.

M. Dizey exemplo.

D. *Poſto em à menza, me deraõ as cartas*. Onde depois do nominativo abſoluto *Poſto em à menza* eſtã virgula.

Quinta regra. Quando na Oração vem muytos nomes, ou Verbos por modo de differença, ainda que per ſi naõ façã ſentido, fe poem virgula em cada hum.

M. Dizey exemplo.

D. *Os Portuguezes venceraõ Indios, Mouros, Turcos, Francezes, Caſtelhanos, e outras naçoens*. Onde entre os nomes *Indios, Mouros, &c.* fe poem virgula. Da meſma forte neſta Oração *Os Portuguezes descobriraõ, domaraõ, conquiftaraõ as Indias*. Onde entre os Verbos *Descobriraõ, domaraõ, &c.* fe poem virgula.

(...)

M. Quando fe devem pòr dous pontos?

D. Quando a Oração he grande, e huma parte della faz ſentido quaſi perfeyto. Os exemplos fe podem ver em qualquer livro.”¹⁰

Publicada apenas dois anos após a gramática de Figueiredo, Argote propõe a mesma definição para a pontuação e sobre a vírgula e os dois pontos afirma que o primeiro deve ser empregado quando a sentença não possui sentido completo, isto é, antes de nomes relativos (ex.: *Aos soldados, que faõ valerosos, fe lhes daõ premios*) e conjunções copulativas (ex.: *Pedro, e Paulo aqui eſtaõ*) e disjuntivas (ex.: *Pedro, ou Paulo chegou de França*), depois de nominativo absoluto (ex.: *Poſto em à menza, me deraõ as cartas*) e entre substantivos e verbos listados (ex.: *Os Portuguezes venceraõ Indios, Mouros, Turcos, Francezes, Caſtelhanos, e outras naçoens*), e o segundo deve ser usado quando o sentido da sentença está “quase perfeito”. É interessante observar que Argote não faz qualquer menção ao uso dos dois pontos para introduzir citações e discurso relatado, como o fazem os outros autores contemporâneos a ele.

Desse período há também o tratado de ortografia de João de Moraes Madureira Feijó, intitulado *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza* e publicado em 1734. Na seção *Da Pontuaçam*, no capítulo *Segunda Parte da Orthografia*, o autor descreve o que

¹⁰ ARGOTE, Jeronimo Contador de. *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*. Lisboa: Officina da Musica. 1724. (purl.pt/10)

é a vírgula e os seus usos:

“Ufo da virgula.

Virgula he huma breve rifquinha, quafi da figura de hum e pequenino virado para traz, da qual se ufa na efcripta, para diftinção das oraçoens, e defcanfo, ou pauza no ler, para não perturbar o fentido do que eftá efcripto. (...)

O ufo mais frequente da *Virgula* affim no Latim, como no Portuguez, he depois dos verbos com os feos cafos: ou para melhor dizer, no fim de cada oraçãõ, em que se faz fentido imperfeito no que dizemos; ,as não se pára, e o que se diz, depende do que vay adiante, athe fazer fentido perfeito: v. g. *Servir a Deus, he reynar : Servire Deo, regnare eft.* Aqui o *servir a Deos*, he huma oraçãõ, que faz fentido; mas fentido, que fica fufpenfo, e depende da oraçãõ, qua vay adiante; e por iffo tem fo *Virgula*. E o mefmo se vê em quantas aqui vão efcriptas.

Sempre se põem *Virgula* antes dos relativos, e antes das conjunçoens, tanto no Latim, como no Portuguez: v. g. *Pedro, o qual he fabio, e prudente, ama a Deos : Petrus, qui eft fapiens, ac prudens, diligit Deum.* Neftas oraçoens eftá virgula, depois de *Pedro*, porque se fegue o relativo *Qual*; e eftá virgula, depois de *Sabio*; porque se fegue a conjunção *E*: O mefmo se ve no Latim.

Tambem sempre se põem *Virgula* entre adjéctivos, quando concorrem muitos no mefmo cafo: v. g. *O que he verdadeiramente nobre deve fer bom, prudente, confiante, liberal &c. Qui uere eft nóbilis, debet effe probus, prudens, confians, liberalis.* O mefmo se ufa entre vozes copuladas, ou fubftantivos juntos com conjunção, ou sem ella: v. g. *O entendimento, a razaõ, e o confelho eftá nos velhos : Mens, ratio, & confilium in fenibus eft.* Mas não se porá virgula entre os fubftantivos continuados, que faõ pertencentes a huma fo coufa: v. g. *Marco Tullio Cicero.*”¹¹

E mais adiante, Feijó descreve o que são os dois pontos e os seus usos:

“Quando se há de ufar de dous pontos.

Ufamos de dous pontos no fim de alguma fentença, ou dicto, que faz hum fentido perfeito, e não depende do que vay adiante; ainda que feja parte da materia, que se

¹¹ FEIJÓ, João de Moraes Madureira. *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza.* Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues. 1734. (purl.pt/13)

continua. (...) v.g. *Os bons não pecão; porque amaõ a Deos: os mais peccão; porque o não temem.* (...)

Tambem ufamos de dous pontos, quando se allega o dicto, ou sentença de algum Auctor: v.g. Dizia Horatio: Nenhuma coufa he de todo perfeita. (...) Tambem se põem dous pontos, quando promettemos dizer alguma coufa, antes da coufa que dizemos: v.g. *Direi a Pedro: Eftuda, mas devagar.* (...)¹²

Nesse livro as considerações sobre a pontuação não diferem muito das dos demais autores. Feijó aponta como funções da pontuação a prosódia e a sintaxe e distingue os usos dos sinais pelas pausas e pelo grau de dependência maior ou menor entre as partes das sentenças. Além disso, também afirma que a vírgula deve ser empregada quando o sentido da sentença não está completo, sempre antes de relativos e conjunções (ex.: *Pedro, o qual he fabio, e prudente, ama a Deos*) e entre verbos, adjetivos e substantivos enumerados (ex.: *O que he verdadeiramente nobre deve fer bom, prudente, conftante, liberal &c*), e os dois pontos devem ser usados ao final da oração, quando esta faz parte de uma sentença, mas não depende da outra parte dela, e em contextos de citação e discurso direto.

Já nas gramáticas e nos tratados da segunda metade do século XVIII se observa uma mudança no tratamento dos autores sobre a função da pontuação na escrita. Isto é, a função lógico-gramatical, embora já presente na norma, passará a tomar o espaço da função prosódica, se tornando a principal ou, por vezes, até a única. Tal mudança, como se verá mais adiante, se estenderá no século XIX, chegando ao uso que se conhece nos dias de hoje nas gramáticas modernas. Ademais, neste período também se encontram, pela primeira vez, menções sobre a relação entre oração subordinada e oração matriz.

Luís Monte Carmelo, no seu *Compendio de orthografia*, publicado em 1767, não propõe nenhuma definição geral para a pontuação e apenas apresenta um conjunto de sinais com as funções e explica onde e como eles devem ser empregados na escrita. Diferentemente dos demais ortografistas de sua época, o autor trata exclusivamente da relação dos pontemas com o plano sintático-semântico, não fazendo qualquer menção às pausas. E a respeito da vírgula - ou “varinha” ou “vara pequena” -, em particular, ela serve para “distinguir as partes da Oraçãm, e clareza do sentido” e deve ser usada antes de “Adverbios conjuntivos” (ex.: *Os ambiciofos, e avarentos fempre lam pobres, e fempre padecem afflições (...)*), “disjuntivos” (ex.: *Todos, em quanto ás miferias da natureza, nafcem, e morrem igualmente, ou fejam ricos, ou pobres, grandes, ou humildes*) ou “assimilativos” (ex.: *Ordinariamente affim como alguem vive, affim*

¹² Idem.

morre), entre uma frase subordinada e sua subordinante (ex.: *Se he jugo a Lei Evangelica, a Caridade tudo suaviza*), depois de vocativos (ex.: *Ó Deos de infinita bondade, tende misericordia de mim*) e vocábulos referentes a um antecedente (ex.: *O noffo Monarca he Magnifico, Jufto, Pio, Prudente, Liberaliffimo; a todos ouve, attende, e fatisfaz, quanto permite hũa Regia Economia*), antes de relativos - *que, a qual, as quaes, o qual, os quaes, do qual, dos quaes, da que, das que, do que* - (ex.: *O vicio, do qual devem todos fugir, &c*), antes de “Adverbo conjuntivo, e comparativo” (ex.: *As virtudes lam mais honoríficas, do que a Nobressa extrínfeca*) e antes de “Orações conjuntivas” (ex.: *Deos quer, que todos se salvem, e conbêçam a verdade*). No entanto, jamais deve aparecer entre numerais (ex.: *Duzentos e vinte*) e nomes de pessoas (ex.: *Antonio de Mello e Castro*). Apesar de apresentar regras aparentemente bastante rígidas, Carmelo admite que deve haver uma certa flexibilidade, uma vez que por vezes, quando a frase antecedente fizer “perfeito sentido”, pode-se empregar um ponto antes da conjunção, ao invés da vírgula. (cf. GONÇALVES, 2003)

João Pinheiro Freire da Cunha no seu livro intitulado *Breve tratado da orthographia para os que não frequentarão os estudos*, publicado três anos mais tarde, em 1770, também não apresenta qualquer definição geral para a pontuação e se atém mais em explicar quais são os sinais que compõe o sistema de pontuação do português, as suas funções e os seus usos. Além disso, ao tratar especificamente da vírgula, nota-se que o autor não abandona o valor de pausa do sinal (“Na voz se faz em Virgula huma pequena pausa, como quem toma a respiração.”), mas também não deixa de fazer a associação da pontuação à função sintático-semântica, seguindo a mesma linha conceitual proposta por Monte Carmelo. E quanto aos contextos de emprego da vírgula, ela deve ligar uma frase subordinada à sua subordinante (ex.: *Se tiverem estudo, saberão os estudantes*), preceder o relativo e as conjunções em geral (ex.: *Francisco, que, ou o qualhe estudante, e curiozo vence os seus companheiros*), separar enumerações de substantivos (ex.: *A razão, o entendimento, e o conselho está em os velhos*), adjetivos (ex.: *O estudiozo, Affavel, Corte, Benigno deve ser respeitado*) e verbos referentes a um mesmo sujeito (ex.: *Os homens descobrirão, inventarão, executarão, diversas Artes*), e separar vocativos (ex.: *Mandas, ó Rainha, renovar huma dor, que não he para se fallar*). (cf. GONÇALVES, 2003)

No período do século XIX, como uma extensão à mudança que já se principiara em fins do século XVIII, parece haver uma mudança definitiva no tratamento que os gramáticos passam a dar à pontuação e à escrita. Na seção intitulada *Da Pontuação*, na *Grammatica philosophica da lingua portugueza*, publicada em 1822, Jerônimo Soares Barbosa, apesar de ainda ligado à tradição prosódica, apresenta definições e regras para a pontuação mais voltadas à sintaxe e à estrutura das sentenças e do texto e menos calcadas na leitura em voz alta, na retórica:

“A Pontuação he a Arte de na escriptura distinguir com certas notas as differentes partes, e membros da oração, e a subordinação de huns aos outros a fim de mostrar a quem lê as pausas menores e maiores, que deve fazer, e o tom e inflexão da voz, com que as deve pronunciar.

Daqui se vê que ninguem poderá perceber bem, e executar as regras da pontuação sem ter algumas noções, ao menos superficiais, das partes da oração e de sua Syntaxe e construcção, que não damos aqui, por que pertencem á Etymologia e Syntaxe, de que tractaremos nos dois Livros seguintes, donde as poderão haver os que dellas necessitarem.

Os Signaes recebidos no uso geral para a pontuação são: os *Espaços* em branco entre palavra, e palavra; o *Ponto*, ou *Simples* (.), ou de *Interrogação* (?), ou de *Exclamação* (!), a *Virgula* (,); o *Ponto e Virgula* (;); *Dois Pontos* (:); a *Parenthese* (.); a *Risca de União* (-); o *Viracento* ('); o *Trema* (..); o *Accento Agudo* (´); o *Accento Grave* (`); e o *Accento Circumflexo* (^). O uso de todos estes signaes na escriptura he o objeto dos dois §§. seguintes”¹³

Quanto à vírgula e os dois pontos, especificamente, Barbosa apresenta as seguintes definições e regras:

§. I.

Das Regras Geraes, e Particulares da Pontuação

REGRAS GERAES

(...)

III.

Nunca se use de ponto e virgula, sem que de antes haja virgula; nem tambem de dois pontos, sem que d'antes preceda ponto e virgula: porque a pontuação mais forte suppõe d'antes a mais fraca. A pontuação desta mesma Regra serve de exemplo.

IV.

¹³ BARBOSA, Jeronimo S. *Grammatica philosophica da lingua portugueza; ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*. Lisboa: Typographia da Academia das Sciencias. 1822. (purl.pt/128)

As Orações, que se podem distinguir com virgula somente, não se devem pontuar com ponto e virgula; e as que se podem distinguir so com ponto e virgula, não se devem pontuar com dois pontos: porque a pontuação nunca deve ser superflua, e o que se póde fazer com menos, não se deve fazer com mais. A regra mesma serve de exemplo practico.

V.

A mesma razão dicta que entre as palavras que se modificão, ou concordando humas com outras, ou regendo-se, não deve haver pontuação alguma.

Assim na escriptura desta mesma regra não se vê virgula, nem antes do primeiro *Que* por ser huma conjuncção que ata a oração seguinte á antecedente, como objecto accusado, e pedido pelo verbo *Dicta*; nem antes do segundo *Que*, por ser hum adjectivo conjunctivo que concorda com *Palavras*; nem tambem nas mais palavras, que são regidas: e so as proposições subordinadas *ou concordando &c. ou regendo-se* estão entre virgulas, porque nem modificão, nem são modificadas.

He por tanto errada a regra da pontuação, que alguns dão, mandando pôr sempre virgula antes de *Que*; quando pelo contrario nunca se deve pôr, se não quando a oração principal, e a incidente são tão extensas, que vem a exceder a medida de huma pausa ordinaria, que he a de hum verso de treze até dezesete Syllabas.

REGRAS PARTICULARES

Da Virgula.

REGRA I.

Todos os sujeitos, todos os attributos, todos os verbos da proposição composta, e mais partes da oração continuadas que se não modificão, nem concordão, nem se regem mutuamente; querem virgula depois de si; porque cada huma com o verbo commum, e os verbos cada hum persi, fazem oração distincta.

Na Regra mesma se vê o exemplo. *Todos os sujeitos, todos os attributos, todos os verbos da proposição composta, e mais partes da oração continuadas*, tem virgula; porque são differentes sujeitos do verbo *Querem*. As incidentes *Nem concordão, nem se regem mutuamente* são verbos e orações continuadas, e ligadas pelo demonstrativo conjunctivo *Que*; e por isso tem tambem virgula. A primeira *Que se*

não modificação não a tem antes de si; porque he huma incidente que modifica todos os sujeitos antecedentes, e por essa razão não he continuada.

II.

Toda a Oração encravada, isto he, mettida entre outras, sem as modificar, nem ser modificada, deve estar entre virgulas; e bem assim toda a addição, que não faz parte de sua constituição grammatical. (...)

Assim na pontuação desta mesma Regra se acha entre virgulas a oração *Isto he*; por que está encravada na principal sem della depender para a sua perfeição grammatical. Ente virgulas se achão tambem as duas orações *Sem a modificar, nem ser modificada*; porque são addições, ou complementos accrescentados á mesma oração principal sem comtudo fazerem parte de sua composição grammatical. (...)

III.

Antes das conjuncções e, nem, como, que e outras semelhantes so se põe virgula, quando as palavras e frases que ellas atão excedem a medida commum de huma pausa ordinaria pelas orações incidentes, e complementos que trazem consigo: quando porêm as palavras e frases são curtas e simples, as virgulas são desnecessarias; porque as mesmas conjuncções servem de separação aos diferentes sentidos parciaes.

Repare-se na conjuncção *e* repetida cinco vezes nesta Regra e tres a conjuncção *Que*, e saber se ha a razão, porque humas vezes se achão virguladas, e outras não.

IV.

A todas as palavras e orações transpostas da sua ordem natural, he de razão por-se-lhes virgula, como tambem ás palavras ambiguas, de dois sentidos, referiveis a dois objectos diferentes.

Por esta razão na Regra acima se vê virgula depois da palavra *natural*, por que tudo o que precede deveria pela ordem grammatical direita estar depois do verbo *Pôr*. Da mesma sorte se a palavra *referiveis* não estivesse virgulada d'antes; não se saberia se pertencia e devia concordar com o substantivo *sentidos*, ou com o substantivo *palavras*; mas a virgula, posta antes della, tira toda a ambiguidade.

(...)

Dos dois Pontos

REGRA ÚNICA

(...) quando succede haver huma terceira divisão das duas partes principais do periodo, chamadas antecedente e consequente, que comprehendem em si varios membros; esta não pode ser marcada se não com dois pontos, para se ver que Ella he a divisão mestra e principal do sentido total, á qual todas as mais ficam subordinadas.

(...)

Tambem he costume pôr *dois pontos* no fim da oração, quer grande quer pequena, que annuncia qualquer discurso direto, ou palavras de outrem que vamos referir, como *Deos disse: Faça-se a Luz, e foi feitas*. A oração, que prepara e annuncia a fala de huma terceira pessoa, he como o antecedente do periodo; e a fala, que se relata, he como o seu consequente. (...)¹⁴

Ao afirmar que “(...) ninguém poderá perceber bem, e executar as regras da pontuação sem ter algumas noções, ao menos superficiais, das partes da oração e de sua Syntaxe e construcção (...)”, Barbosa se mostra inovador e deixa bastante claro que a sintaxe é parte necessária na compreensão e definição do sistema de pontuação da língua. Mais adiante, ao tratar especificamente da vírgula, o autor diz que ela deve ser empregada sempre depois de termos da sentença que não se modificam, concordam e nem se regem mutuamente. Ou seja, nunca antes de conjunções e relativos, quando a oração a que pertencem modifica todo o elemento que a rege, depois de palavras e orações transpostas e antes e depois de uma oração interpolada. E quanto aos dois pontos, estes devem dividir partes maiores da sentença, que são dependentes entre si, mas têm sentidos completos, e introduzir discurso direto e citação. É interessante ressaltar que Barbosa, entre os demais gramáticos aqui apresentados, é o único a mencionar o termo “discurso direto” e a descrever a sua estrutura de subordinação, com um “antecedente do periodo”, ou a oração que introduz o enunciado relatado, e o “seu consequente”, ou relato em si (“a fala de huma terceira pessoa”).

Em estudos e gramáticas modernos, do século XX, como é de se esperar, uma vez que a função primordial da pontuação passou a ser a lógico-gramatical, a vírgula é mais comumente definida como tendo duas funções: para auxiliar na organização sintática, unindo e separando partes do

¹⁴ Idem.

discurso, nos níveis de junção e disjunção, dependência e independência, distinção e hierarquização dos planos do discurso, e para estabelecer correspondência com a língua oral, marcando pausas, ritmo, linha melódica e entonação. Tal definição mostra que a vírgula, entre outros sinais de pontuação, serve para marcar as fronteiras tanto entre frases, como entre segmentos inteiros de frases. (cf. CATCH, 1980; TOURNIER, 1980)

Por fim, serão ressaltados alguns pontos interessantes observados na leitura das gramáticas, levando-se em conta os objetivos deste estudo.

Primeiramente, é notável que em praticamente todas as gramáticas, do século XVII ao século XVIII, os autores afirmam que se deve colocar vírgula antes de “conjunções” e “relativos”, fazendo referência ao complementizador *que* introdutor de orações completivas e orações relativas. No entanto, sempre se limitam a apresentar exemplos apenas para orações relativas. É apenas nas gramáticas de Monte Carmelo (1767) e de Soares Barbosa (1822) que se encontram exemplos destes casos. O primeiro, apesar de já apresentar novos conceitos sobre o sistema de pontuação, se mantém ainda próximo de regras de uso semelhantes às dos gramáticos anteriores e afirma que se deve separar com vírgula o verbo da oração completiva, como ilustra no exemplo

“Deos quer, que todos se salvem, e conhecem a verdade”.

Já Soares Barbosa, além de inovar ao tratar do sistema de pontuação no plano sintático-semântico, valorizando os constituintes de uma sentença e como eles se relacionam entre si, propõe o oposto, afirmando que não se deve separar os dois elementos porque a oração completiva é um “objeto acusado” do verbo e, portanto, possui uma relação semântica que não deve ser quebrada.

“A mesma razão dicta que entre as palavras que se modificão, ou concordando humas com outras, ou regendo-se, não deve haver pontuação alguma.”

Ademais, é interessante apontar também que ele é o primeiro a tratar da diferença entre as orações relativas restritiva e explicativa. Tendo como base o mesmo exemplo, o autor afirma que

“Assim na escriptura desta mesma regra não se vê virgula (...) antes do segundo *Que*, por ser hum adjectivo conjunctivo que concorda com *Palavras*; nem tambem nas mais palavras, que são regidas (...)

He por tanto errada a regra da pontuação, que alguns dão, mandando pôr sempre

virgula antes de *Que*; quando pelo contrario nunca se deve pôr, se não quando a oração principal, e a incidente são tão extensas, que vem a exceder a medida de huma pausa ordinaria, que he a de hum verso de treze até dezeseite Syllabas.”

Com isso, fica claro que, nas gramáticas e nos tratados de ortografia, a mudança nas regras e no discurso sobre a pontuação e o uso da vírgula se modificaram para o que se conhece nas gramáticas modernas apenas no início do século XIX, diferentemente do que se verá no uso da escrita, como será discutido mais adiante.

3. METODOLOGIA

Este capítulo se constitui de três seções: na primeira serão apresentados o *Corpus* de trabalho utilizado nesta pesquisa e algumas considerações sobre o nível de edição dos textos escolhidos em relação às suas versões originais; na segunda será descrito o método de coleta dos dados, com o auxílio da ferramenta *Corpus Search*; e na terceira serão apresentadas algumas considerações sobre as orações completivas ou integrantes selecionadas por nome e verbo, considerando que o objetivo principal desta pesquisa é analisar o emprego de vírgula antes de orações completivas.

3.1. CONSTITUIÇÃO DO CORPUS

O *Corpus* utilizado nesta pesquisa é composto por textos transcritos e modernizados de textos-fonte originais ou já editados - como explicado mais adiante, editados apenas no que diz respeito à ortografia das palavras, sendo a sintaxe e a pontuação mantidas intactas -, retirados do *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*¹⁵ e selecionados de acordo com a data de nascimento dos autores que os escreveram.¹⁶ Como já dito anteriormente, o período escolhido para estudo foi do século XVI ao século XIX. Assim, para a composição do corpus foram escolhidos quatorze textos escritos por autores nascidos neste intervalo, sendo cinco do século XVI, três do século XVII, três do século XVIII e três do século XIX:

- *História da Província de Santa Cruz*, de Pero Magalhães de Gândavo (1502)
- *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto (1510)
- *Décadas*, de Diogo do Couto (1542)
- *A vida de Frei Bertolamenu do Mártires*, de Luis de Sousa (1556)
- *Gazeta, em que relatam as novas todas, que ouve nesta corte, e que vieram de varias partes no mês de novembro de 1641*, de Manuel de Galhegos (1597)

¹⁵ O *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*, desenvolvido junto ao projeto temático *Padrões Rítmicos, Fixação de Parâmetros & Mudança Linguística*, coordenado pela Profa. Dra. Charlotte M. C. Galves (IEL/UNICAMP), é um corpus eletrônico anotado, composto de textos em português escritos por autores nascidos entre 1380 e 1845. Atualmente, 57 textos (2.547.503 palavras) estão disponíveis para pesquisa livre, com um sistema de anotação linguística em duas etapas: anotação morfológica (aplicada em 33 textos), e anotação sintática (aplicada em 16 textos). (www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/index.html)

¹⁶ Foram consideradas aqui as datas de nascimento dos autores e não as datas de publicação dos textos por duas razões: primeiro, pois nos estudos gerativistas de mudança gramatical acredita-se que a gramática emerge no processo de aquisição das línguas naturais, e segundo, pois muitas vezes, sendo os textos bastante antigos, a data de nascimento é o único dado temporal em que se pode confiar. (cf. GALVES, C., BRITTO, H. & PAIXÃO DE SOUSA, M. C., 2006)

- *Sermões*, de Padre António Vieira (1608)
- *Rellação da Vida e Morte da Serva de Deos a Venerável Madre Elenna da Crus*, de Maria do Céu (1658)
- *Vida do apostólico Padre António Vieira*, de André de Barros (1675)
- *Cartas Familiares*, de Cavaleiro de Oliveira (1702)
- *Reflexões sobre a vaidade dos homens*, de Matias Aires (1705)
- *Cartas e Outros Escritos*, de Marquesa de Alorna (1750)
- *Memórias do Marquês da Fronteira e d'Alorna*, de Marquês de Fronteira e d'Alorna (1802)
- *Maria Moisés*, de Camilo Castelo Branco (1826)
- *Cartas a Emília*, de Ramalho Ortigão (1836)

Além disso, durante a seleção do corpus tomou-se o cuidado de verificar se os textos, quando transcritos de textos-fonte modernizados, não tiveram a sua pontuação modificada. Tais textos são *Décadas*, de Diogo do Couto (1542), *A vida de Frei Bertolameu do Mártires*, de Luis de Sousa (1556), as *Cartas Familiares*, de Cavaleiro de Oliveira (1702), *Cartas e Outros Escritos*, de Marquesa de Alorna (1750), *Cartas a Emília*, de Ramalho Ortigão (1836), e *Memórias do Marquês da Fronteira e d'Alorna*, de Marquês de Fronteira e d'Alorna (1802).

Em *Décadas*, de Diogo do Couto, o editor António Baião não faz qualquer comentário a respeito de alterações ou modernizações realizadas por ele no texto original, apenas se dedica na introdução do livro a apresentar a biografia sobre Diogo do Couto e a comentar sobre os diversos manuscritos e edições das obras de *Décadas*, dando a entender, muito provavelmente, que ambas, a ortografia e a pontuação dos textos, foram mantidas conforme os originais.

Quanto ao texto *A vida de Frei Bertolameu do Mártires*, de Luis de Sousa, Aníbal Pinto de Castro comenta na introdução, em uma nota, que apenas a ortografia foi modernizada, não fazendo qualquer menção a respeito da pontuação, da sintaxe ou da formatação do texto. Castro também afirma que ele e Gladstone Chaves de Melo, com à exceção de algumas grafias, se mantiveram fiéis à edição *princeps* do texto, isto é, à versão da primeira edição impressa do texto de Luis de Sousa.

"NOTA

No estabelecimento do texto seguimos (o Doutor Gladstone Chaves de Melo e eu) a lição da edição *princeps*. Modernizámos a grafia sempre que tal modernização não desvirtuasse a realização fonética da época da escrita. Fiéis a esse critério, mantivemos as formas alternantes que, como é sabido, representam realizações diferentes mas simultâneas, fenómeno comum em períodos de transição linguística. Não se estranhem, pois, grafias duplas do tipo *embaixador/embaxador*, *razão/rezão*, *depois/despois*, *assi/assim*, *conciência/consciência*, *pera/para*, etc. E por esse mesmo princípio mantivemos por vezes a grafia *vêm* para a terceira pessoa plural do indicativo presente de *ver*.

A inteligibilidade do texto não sofrerá com isso e o discurso manterá íntegro o seu sortilégio, não se perdendo nenhum dos efeitos estilísticos que o Autor tantas vezes quis deliberadamente obter com as modulações da língua que ele próprio falava."¹⁷

Nas *Cartas Familiares*, de Cavaleiro de Oliveira, o editor Aquilino Ribeiro faz indicações das suas modificações por meio de notas de rodapé ao longo do texto, porém, no prefácio, já esclarece que decidiu modernizar a ortografia, além de outros aspectos como o léxico:

“Mais há a concluir que, inseguro da língua, não apenas pelo longo exílio como pela falta de convivência com patricios, manquejando na sintaxe a prosa o Cavaleiro, era obrigação nossa proceder nessa prosa ao de leve, como de longe em longe o corrector tipográfico que tira a letra errada e mete a letra necessária. Fizemo-lo a bem da vernaculidade filológica e da clareza, para não tropeçarmos no barbarismo como o viandante que vai pelo caminho e incautamente esmurra o pé contra um pedregulho. Mesmo assim fica a construção eivada de galicismos, alguns de pôr os cabelos em pé e fazer uma cruz. Por nossa parte, não fomos além de suprimir o cisco nefasto ou aligeirá-lo o mais possível e em regra vai a indicação no fundo da página. Isso fizemos, está bem de ver, não com o intuito de endireitar a prosa evidentemente torta, mas apenas de limar as arestas mais rebarbativas. Também as cartas seleccionadas nem sempre correspondem às de maior sainete. Ele próprio pôs o dedo no axé: ‘Não só o estilo, mas o assunto de algumas cartas sei que há-de ser

¹⁷ SOUSA, Frei Luís de. *A Vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires* (introdução de Aníbal Pinto de Castro; fixação do texto de Gladstone Chaves de Melo e Aníbal Pinto de Castro). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. 1984. Pág. XXXIX.

reprovado’.”¹⁸

Em *Cartas e Outros Escritos*, de Marquesa de Alorna, o editor Hernani Cidade comenta o seguinte a respeito da fidelidade da sua edição das cartas, deixando claro que não houve modificações na pontuação do texto original:

“(…) as cartas e os escritos aqui publicados, exceptuando as *Cartas da Condessa de Oeynhausen a uma filha que vai casar*, encontram-se tôdas no rascunho da primeira redacção. Algumas assim mesmo iriam ao seu destinatário - e o Pai não as queria senão com esta forma mais expressiva da espontaneidade do sentimento filial. Assim no-lo afirmam as próprias palavras da autora:

‘Li esta carta. A maior parte está miserável e quási indigna de ir; porém V. Ex.^a assim mesmo a quere e enfadar-se-ia mais que eu a copiasse.’

Normalmente, todavia, enviá-las-ia melhoradas no estilo - e já não digo na ortografia, porque não constituía no tempo objecto de grande desvelo, segundo se pode ver das que, da mesma D. Leonor, foram encontradas no espólio do Conde da Barca (I).

Na impossibilidade de as publicarmos segundo a forma definitiva, vão assim mesmo, com as incorrecções e descuidos da improvisação, e até com as hesitações canhestras, próprias de cartas escritas na fase de formação mental, quando a Autora, ainda na clausura, andava nas proximidades dos 20 anos, como que à procura de si mesma.”¹⁹

Nas *Cartas a Emilia*, de Ramalho Ortigão, a editora Beatriz Berrini comenta, na seção “Critérios da presente edição”, que apenas foi modernizada a ortografia de palavras comuns, sendo a pontuação, a formatação, o emprego de letras maiúsculas, a grafia de nomes próprios e títulos de livros e as abreviaturas mantidos conforme o texto original.

“(…) 4. O estabelecimento do texto fez-se a partir dos originais, observando-se absoluta fidelidade em relação à pontuação original; aos parágrafos, bastante raros; ao emprego de maiúsculas; à ortografia dos nomes próprios, inclusive estrangeiros (em caso em que houve correcção, há indicação em nota); aos títulos dos livros citados, que vão em negro, sem aspas; às abreviaturas, que não foram desdobradas. Ou seja, somente houve actualização ortográfica das palavras comuns e em tudo o

¹⁸ CAVALEIRO DE OLIVEIRA (Francisco Xavier de Oliveira). *Cartas (selecção, prefácio e notas de Aquilino Ribeiro)*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora. 1982. Pág. XXXIII-XXXIV.

¹⁹ ALORNA, Marquesa de. *Inéditos - Cartas e Outros Escritos. (selecção, prefácio e notas do prof. Hernani Cidade)*. Lisboa, Livraria Sá da Costa - Editora. 1941. Pág. XIV-XV.

mais observou-se fidelidade aos originais. (...)”²⁰

Por fim, em *Memórias do Marquês da Fronteira e d'Alorna*, de Marquês de Fronteira e d'Alorna, Ernesto de Campos de Andrada afirma ter modificado a ortografia e o léxico do manuscrito original, a fim de, segundo ele, “emendar uma ou outra incorrecção gramatical do copista”:

“É familiar o seu estilo, simples e despretencioso, *ao correr da pena*, como ele próprio declara; contudo, não é isento, por vezes, de galicismos, sendo-me forçoso, aqui ou além, emendar uma ou outra incorrecção gramatical do copista, respeitando, tanto quanto possível, a redacção do Marquês.

Da mesma forma procedi, emendando os nomes próprios, sempre que verifiquei inexactidão, mas, dentre êsses, alguns houve cuja identificação não consegui estabelecer com segurança, e que, por isso, no índice alfabético, de que julguei útil fazer acompanhar êste livro, fiz preceder dum asterisco.

O Marquês de Fronteira, fiado talvez na sua extraordinária memória, não isenta contudo de lapsos, parece ter descurado a revisão, entregue, sem dúvida, a indivíduos de óptima letra, mas cuja ilustração se demonstra mais que duvidosa.”²¹

É interessante apontar aqui que, inicialmente, fazia parte do corpus de trabalho o texto *Entremezes de Cordel*, de José Daniel Rodrigues da Costa (1757). Porém, decidiu-se retirá-lo, pois a pontuação foi modificada pelo editor, como se pode verificar na introdução da obra:

“A edição que apresentamos baseia-se na recolha **Teatro Cómico de Pequenas Peças**, vol. III das **Rimas** de José Daniel Rodrigues da Costa, Lisboa 1879.

Foram igualmente consultados os folhetos de cordel, atrás mencionados.

Limitámo-nos a actualizar a ortografia e a pontuação.

As notas que apresentamos no fim do volume não se pretendem exaustivas, querendo apenas facilitar a leitura.”²²

É interessante notar que, na análise quantitativa dos dados, as frequências de ocorrência de orações completivas verbais e nominais precedidas por vírgula no texto *Entremezes de Cordel*

²⁰ ORTIGÃO, Ramalho. *Cartas a Emília*. (Introdução, fixação do texto, comentários e notas de Beatriz Berrini). Lisboa: Lisóptima Edições - Biblioteca Nacional. 1993. Pág. 39.

²¹ Marquês da Fronteira e d'Alorna. *Memórias do Marquês da Fronteira e d'Alorna (revisadas e coordenadas por Ernesto de Campos de Andrada)*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda. 1926. Pág. IV-VII.

²² COSTA, José Daniel Rodrigues da. *Entremezes de Cordel (Recolha e fixação do texto de Luís Miguel Cintra e Jorge Silva Melo)*. Editorial Estampa - Serra Nova. 1973. Pág. 27.

foram discrepantes com as frequências dos outros textos do mesmo período. Tal diferença se deu, acredita-se, por causa das modificações na colocação de pontuação feitas nas edições dos textos.

Por fim, também é importante ressaltar que o fato de a pontuação da obra original ter sofrido ou não modificação para se adaptar a uma pontuação moderna - normalmente com a finalidade de tornar a obra mais acessível a um leitor moderno -, é uma questão problemática para estudos como este, pois nem sempre é possível confiar na leitura e no grau de intervenção feita pelos editores nos textos. Por vezes somente a ortografia é modificada, outras vezes, tudo, sem o devido cuidado com a forma do texto ou o sentido original que o autor pretendia dar ao texto, podendo, com isso, comprometer os dados e os resultados da pesquisa.

3.2. COLETA E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

Os dados utilizados nesta pesquisa, provenientes do corpus citado acima, foram coletados com o auxílio da ferramenta *Corpus Search*²³. O *Corpus Search* é um programa que auxilia na pesquisa em linguística de corpus, permitindo aos usuários anotar textos sintaticamente, realizar buscas no interior desses textos e obter informações sobre sintaxe, léxico e pontuação. A respeito da pontuação, em particular, é interessante apontar que é possível buscar dados nos quais um sinal aparece em um determinado contexto, uma vez que todos os sinais são previamente marcados com etiquetas morfológicas. Isto é, a vírgula recebe a etiqueta (,) e os dois pontos, o ponto final e o ponto e vírgula recebem a etiqueta (.).

Para fazer as buscas nos textos de um corpus, o *Corpus Search* utiliza uma linguagem particular, que se baseia em

- relações básicas de dominância e precedência entre os constituintes de uma sentença, especificadas por funções ou argumentos como, por exemplo, *iPrecedes* em que X precede imediatamente Y, *iDominates* em que X domina imediatamente Y, *HasSister* em que X é irmão de Y²⁴.
- relações lógicas como *E* (AND) para indicar uma conjunção em que dois ou mais conjuntos da busca estão em um mesmo nó, *OU* (|) para indicar uma disjunção em que um ou outro conjunto da busca está no nó especificado e *NÃO* (NOT) para indicar uma negação em que

²³ A ferramenta *Corpus Search* foi desenvolvida por Beth Randall, como parte de um projeto coordenado pelo Prof. Dr. Anthony Kroch (Universidade da Pensilvânia), com a finalidade de se poder construir um extenso corpus de textos em língua inglesa anotados sintaticamente e fazer buscas e obter dados lexicais, sintáticos e estatísticos nos textos anotados. (<http://corpussearch.sourceforge.net>)

²⁴ Os argumentos são vários e cobrem todas as relações possíveis entre constituintes no interior de uma sentença, o que permite ao usuário fazer buscas de diversas naturezas. Para acessar a lista completa com todas as funções: <http://corpussearch.sourceforge.net/CS-manual/SearchFunctions.html>.

um ou mais conjuntos da busca não está presente na estrutura procurada. Também se utilizam parênteses () para delimitar os conjuntos a serem procurados na busca.

Abaixo está um exemplo de uma busca, no qual se podem observar os elementos descritos acima com maior clareza:

```
define: port.def (arquivo de definições em que se podem especificar várias etiquetas para um mesmo conjunto ao invés de escrever uma busca separada para cada etiqueta, como, por exemplo, para agrupar todas as formas do verbo “estar” em “tns_estar: ET-D|ET-I|ET-P|ET-R|ET-RA|ET-SD|ET-SP|ET-SR”.)  
print_indices: t (para mostrar, no resultado da busca, índices ou números em cada palavra da sentença e facilitar a visualização da estrutura requerida.)  
node: ROOT (nó no interior do qual será procurada a estrutura requerida na busca)  
query: (VB* HasSister CP-THT)  
AND (, iPrecedes CP-THT)
```

Nesta busca, o que se procura é um verbo, dentro do conjunto VB*, que tenha como irmão (HasSister) uma oração subordinada completiva (CP-THT). E (AND) a oração completiva deve ser imediatamente precedida (iPrecedes) por uma vírgula (,).

Além disso, juntamente com os resultados das buscas, o programa traz algumas informações quantitativas como *hits*, número de nós de fronteira contendo a estrutura procurada, *tokens*, número de objetos parseados independentes nos quais os hits aparecem, e *total*, número total de objetos parseados independentes procurados, como mostra o exemplo abaixo, que podem, posteriormente, ser utilizados para análises estatísticas sobre os dados coletados.

```
/*  
SUMMARY:  
source files, hits/tokens/total  
port\c_002_psd.txt 48/48/1272  
whole search, hits/tokens/total  
48/48/1272  
*/
```

A principal vantagem de trabalhar com um corpus anotado e utilizar uma ferramenta de busca como o *Corpus Search* é que é possível recuperar todas as sentenças em que ocorre a estrutura sintática que se deseja estudar de forma rápida e eficiente, sem o trabalho de ler os textos e

copiar cada sentença, uma a uma, à mão, correndo o risco de se esquecer de uma ou mais e, com isso, comprometer a análise dos dados e os resultados da pesquisa.

Primeiramente, para este trabalho, foram realizadas duas buscas com o objetivo de obter, como resultado, todas as sentenças em há uma vírgula que precede imediatamente uma oração subordinada completiva nominal ou verbal.

1. vírgula antes de oração completiva ou integrante selecionada por nome:

Exemplo: “Da Bahia veio *nova*, **que os holandeses, com uma esquadra haviam ido a Angola:** (...)”

query: (NP* iDominates CP-THT)
AND (, iPrecedes CP-THT)

2. vírgula antes de oração completiva ou integrante selecionada por verbo:

Exemplo: “(...) e correram os campos de Guardiania, de donde trouxeram tanta cópia de ovelhas, que se *afirma*, **que eram mais de sete mil cabeças.**”

query: (VB* HasSister CP-THT)
AND (, iPrecedes CP-THT)

Para fins comparativos também foram realizadas buscas para se obter todas as ocorrências em que não há vírgula entre uma oração completiva e o verbo que a seleciona.²⁵

3. oração completiva selecionada por um verbo:

Exemplo: “Conhece a prima, pela qual se pode *dizer* **que aas três o Diabo as fez.**”

query: (VB* HasSister CP-THT)

Após todas as buscas terem sido feitas, as sentenças obtidas foram organizadas em tabelas de

²⁵ As buscas por todos os dados sem vírgula entre a oração completiva e o verbo e o nome regentes ficaram bastante genéricas e alguns dados com vírgula acabaram sendo contabilizados junto e tiveram que ser separados à mão. É importante explicar aqui que era desconhecida a possibilidade de realizar uma segunda busca, excluir todos os dados com vírgula do conjunto geral de dados, com e sem vírgula, e então obter todos os dados sem vírgula.

acordo com a data de nascimento dos autores dos textos e o tipo de dado para, então, serem descritas e analisadas qualitativamente e quantitativamente.

Mais adiante, com o desenvolvimento da análise dos dados obtidos nessas buscas, foram realizadas novas buscas:

4. por todas as sentenças em que há dois pontos precedendo imediatamente uma oração completiva nominal ou verbal:

Exemplo: “O Governador lhe concedeo as pazes, com *condição*: ‘**Que entregaria logo tudo o que devia, e que pagaria todos os anos de pareas dous mil fardos de arroz, assim como se obrigara ao Viso-Rei Dom Francisco de Almeida.**’”

query: (NP* iDominates CP-THT)
AND (: iPrecedes CP-THT)

Exemplo: “(...) os seus favores eram taxados porém em tão alto preço que ele deu origem a um provérbio que *dizia*: **não era permitido a todo o mundo ir a Corinto.**”

query: (VB* HasSister CP-THT)
AND (: iPrecedes CP-THT)

Tendo-se em vista a hipótese de que a vírgula exercia o mesmo papel dos dois pontos em construções de discurso relatado, para delimitar e introduzir o enunciado relatado, decidiu-se fazer essas buscas para verificar se os dois pontos também eram empregados nos textos nos mesmos contextos e, com isso, evidenciar que a vírgula não era usada de forma equivocada, mas possuía uma função diferente que, como se verá no capítulo seguinte, se perdeu em meados do século XVIII.

5. por todas as orações completivas verbais nas quais não há nenhum sinal de pontuação, mas o verbo é especificamente um do tipo que introduz discurso relatado (como “dizer”, “afirmar”, “mandar”):

Exemplos:

- “Creceo tanto a tentação, que se atreueo a *dizer* a seu Pay, **se não achava com resolução de ser Religioza; (...)**”
- “Estrabão *nega*, **que as Amazonas fosse uma nação, que existisse nunca.**”

query: (VB* iDominates vb_discurso²⁶)
AND (VB* HasSister CP-THT)

O propósito dessa última busca era o de restringir o universo de dados sem vírgula entre a oração completiva e o verbo para somente os dados em que o verbo regente fosse do tipo discursivo. Com isso, seria possível observar o comportamento dos verbos e comparar as construções com as dos dados com vírgula entre a oração completiva e o verbo.

3.3. SOBRE AS ORAÇÕES COMPLETIVAS

Levando-se em conta o objetivo desta pesquisa, de descrever o uso da vírgula antes de orações subordinadas completivas no português europeu clássico, nesta seção serão apresentadas algumas considerações relevantes a respeito das orações completivas selecionadas por nome e verbo, juntamente com exemplos de sentenças do português.²⁷

3.3.1. ORAÇÃO COMPLETIVA OU INTEGRANTE

Segundo Mateus et al., na *Gramática da Língua Portuguesa* (2003), a oração subordinada completiva se caracteriza por ser um argumento obrigatório do núcleo lexical da oração que a precede. Assim sendo, ela é sempre selecionada por esse núcleo, que pode ser um verbo (1a), um adjetivo (1b) ou um nome (1c).

1. a. O João *prometeu* que telefonava logo à noite.
- b. Os miúdos são *capazes* de escalar essa colina.
- c. Os estudantes tiveram a *idéia* de organizar uma feira de protótipos.

Além disso, as orações completivas podem ser de dois tipos: finitas, quando o verbo ocorre na forma finita do modo indicativo (2a) ou conjuntivo (2b), ou não-finitas, quando o verbo ocorre no modo infinitivo flexionado (3a) ou não-flexionado (3b) ou no infinitivo gerundivo (3c).

²⁶ O conjunto chamado “vb_discurso” é um agrupamento de formas dos verbos introdutores de discurso encontrados com maior frequência nas sentenças com vírgula antes de oração completiva analisadas. Assim, todas as formas “vb_dizer: diz*|dig*|diss*”, “vb_pedir: peç*|ped*”, “vb_responder: respond*”, “vb_afirmar: afirm*”, “vb mandar: mand*”, “vb_julgar: julg*”, “vb_declarar: declar*”, “vb_crer: cr*”, “vb_contar: cont*”, “vb_relatar: relat*”, “vb Rogar: rog*|rogu*”, “vb_jurar: jur*”, “vb_achar: ach*” foram agrupadas em “vb_discurso: \$vb_dizer|\$vb_pedir|\$vb_responder|\$vb_afirmar|\$vb_mandar|\$vb_julgar|\$vb_declarar|\$vb_crer|\$vb_contar|\$vb_relatar|\$vb Rogar|\$vb_jurar|\$vb_achar”.

²⁷ Todas as sentenças apresentadas como exemplos foram retiradas da *Gramática da Língua Portuguesa* (2003), de Mateus et al.

2. a. Os críticos disseram que esse filme **ganhou** o festival.
b. Os críticos desejam que esse filme **ganhe** o festival.
3. a. Os peritos islandeses lamentam **terem** sido consultados tão tarde.
b. Os peritos islandeses desejam **ser** consultados sobre essa matéria.
c. Os islandeses viram casas **a ruir(em)** em conseqüência da erupção.

Serão tratadas aqui, levando-se em conta o tipo de ocorrências encontradas nos textos analisados, apenas as orações completivas finitas selecionadas por um elemento nominal ou verbal.

3.3.2. ORAÇÃO COMPLETIVA FINITA

Uma oração completiva finita, como mencionado acima, se caracteriza por possuir um verbo na forma finita do modo indicativo ou conjuntivo, quer selecionada por um nome, um verbo ou um adjetivo.

Primeiramente, a respeito do elemento que inicia uma oração completiva finita, ele é, mais comumente, o complementizador *que*, mas também pode ser *se* quando a oração seleciona verbos de inquirição (como “investigar”, “pedir”, “perguntar”) ou verbos dubitativos e negativos (como “desconhecer”, “ignorar”, “não saber”).

Já quanto à posição da oração completiva no interior do NP, testes de constituência demonstram que a expressão ou a oração antecedente pode ser substituído por um pronome, sem que a gramaticalidade da sentença seja afetada, como se pode notar no exemplo em (4).

4. a. Os críticos disseram [que esse filme ganhou o festival].
b. Os críticos disseram [isso].

Ademais, outro teste de constituência demonstra também que a estrutura interna de uma oração completiva é hierarquizada, isto é, existem dois constituintes no seu interior: o complementizador, que inicia a oração, e o constituinte oracional, à direita. Assim, este último pode ser substituído por um elemento afirmativo ou negativo, sem que a sentença se torne agramatical:

5. a. Os críticos disseram [que esse filme ganhou o festival].
b. Os críticos disseram que [sim].

3.3.3. ORAÇÃO COMPLETIVA COM VALOR DE OBJETO DIRETO

As orações completivas com valor de objeto direto são sempre selecionadas por verbos e podem ser substituídas por pronomes demonstrativos, como *isso*, *aquilo*, como nos exemplos abaixo:

6. O João sabe [que estamos à espera dele].

O João sabe [isso].

7. Os pais querem [que os miúdos regressem do acampamento no domingo].

Os pais querem [isso].

8. O João disse [que ia ao cinema conosco].

O João disse [isso].

Os verbos que selecionam esse tipo de oração completiva podem ser, no geral, declarativos (como “dizer”, “afirmar”, “declarar”, “solicitar”, “propor”), epistêmicos (como “aceitar”, “achar”, “acreditar”, “crer”, “imaginar”), interrogativos (como “pedir”, “perguntar”), avaliativos (como “aprovar”, “criticar”, “lamentar”), perceptivos (como “ver”, “ouvir”), causativos (como “mandar”, “fazer”), de ordem (como “mandar”, “ordenar”, “exigir”) e volitivos (como “querer”, “desejar”, “esperar”).

4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo serão apresentados os dados das buscas do corpus - um conjunto de sentenças nas quais foi atestada a ocorrência de oração completiva nominal ou verbal precedida por vírgula - e uma análise quantitativa referente a eles. A análise qualitativa dos dados será tratada separadamente, no capítulo seguinte.

4.1. ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

Quanto à organização dos dados, inicialmente, depois de feitas as buscas, observou-se que entre a oração completiva e o seu regente, seja um verbo ou um nome, pode ou não aparecer elementos de diversas naturezas, como, por exemplo, uma oração relativa ou um sujeito. Assim, foi realizada uma classificação das sentenças e oito tipos foram encontrados:

- Quando um verbo ou um nome está contíguo à oração completiva (Ex.: e foi bater aas portas do Governador, a quem mandou **recado**, *que estava ali.*)
- Quando um sujeito está entre o verbo e a oração completiva (Ex.: “aprazível, e generoso lhe **respondeo** Dom Duarte, *seria logo obedecida*, acrescentando que naquelle dia tinha cobrado de hum rendeyro a mesma quantia”)
- Quando um complemento está entre o verbo e a oração completiva (Ex.: “e fizeram a **saber** aos povos, *que El-rei Carlos era verdadeiro príncipe, e senhor da igreja, e que lhes mandava, que assim o confessassem, e fizessem disso uma protestação pública;*”)
- Quando um vocativo está entre o verbo e a oração completiva (Ex.: “E ao aliviar o luto, não se **lembra**, senhor Lélío, *que se fizeram cá em casa As Amorasas Finezas?*”)
- Quando um adjunto está entre o verbo e a oração completiva (Ex.: “e me **disse** com as lágrimas nos olhos, *que falasse alto, para saber se era eu aquele, já que na dessemelhança e disformidade do rosto, e dos membros lho não parecia.*”)
- Quando uma oração parentética ou um aposto está entre o verbo e a oração completiva (Ex.: “**Parece** - atalhou o general - *que são muitas as probabilidades a confirmar a hipótese de que essa enjeitada seja filha de Josefa ...*”)

- Quando uma oração relativa²⁸ está entre o verbo e a oração completiva (Ex.: “Suspeitando Erasítrato, que era o médico que lhe assistia, *que alguma paixão da alma entretinha o mal*, disse claramente o seu parecer a el-rei Antíoco.”²⁹)

Entre esses tipos, existem também sentenças nas quais há mais de um elemento interpolado, como, por exemplo, um sujeito seguido de um complemento em “No Deuteronomio **prometeu Deus a seu povo**, *que lhe daria Prophetas*”.

Além disso, os dados também foram separados em dois grupos maiores, de acordo com a natureza do regente da oração completiva: (a) com vírgula antes de oração completiva selecionada por verbo e (b) com vírgula antes de oração completiva selecionada por nome.

Por fim, é importante também apontar que foram consideradas para a análise as sentenças em que aparece hífen e parênteses, uma vez que em determinados tipos de construções, como com oração parentética, vocativo ou aposto, esses sinais possuem o mesmo valor da vírgula.

4.2. RESULTADOS QUANTITATIVOS PRELIMINARES

Nesta seção serão apresentados os resultados quantitativos preliminares e alguns exemplos de ocorrências encontradas nos textos. Primeiramente, serão tratadas as ocorrências com vírgula antes de oração completiva verbal e, mais adiante, as ocorrências com vírgula antes de oração completiva nominal.

4.2.1. VÍRGULA ANTES DE ORAÇÃO SUBORDINADA COMPLETIVA OU INTEGRANTE SELECIONADA POR VERBO

Tendo em vista o objetivo de descrever o emprego da vírgula em sentenças com oração completiva verbal, foi realizada uma busca por todas as ocorrências em que aparece a vírgula entre a oração completiva e o seu regente e outra por todas as sentenças em que a vírgula está ausente entre a oração completiva e o seu regente. Assim, dessas buscas foram obtidos dois tipos de resultados: conforme mostra o quadro 1, as porcentagens de ocorrência de vírgula em comparação ao número total de sentenças com oração completiva, com e sem vírgula, em cada

²⁸ É importante esclarecer que não foi ignorado o fato de que em algumas das ocorrências encontradas a oração relativa pode ser do tipo restritiva, a qual não deve ser isolada por vírgulas segundo a norma gramatical. No entanto, devido a ambiguidades, fica difícil classificar tais orações com certeza e, portanto, optou-se por generalizar a classificação e tratar todos os casos da análise apenas como relativas.

²⁹ Com relação a esses dados, com uma oração relativa interpolada entre o verbo e a oração completiva, não foi encontrada nenhuma ocorrência em que a oração relativa não está precedida por algum outro elemento.

texto; e, conforme mostra o quadro 2, as porcentagens de ocorrência de vírgula por século.

TEXTOS/ANO	N° DE ORAÇÕES COMPLETIVAS VERBAIS COM VÍRGULA	N° DE ORAÇÕES COMPLETIVAS SEM VÍRGULA	N° TOTAL DE ORAÇÕES COMPLETIVAS	%
XVI				
Gândavo (1502)	7	59	66	10,6
Pinto (1510)	47	1050	1097	4,28
Couto (1542)	93	192	285	32,63
Sousa (1556)	16	351	367	4,35
Galhegos (1597)	57	157	214	26,63
XVII				
Vieira (1608)	104	271	375	27,73
Céu (1658)	45	156	201	22,38
Barros (1675)	117	165	282	41,48
XVIII				
Oliveira (1702)	40	653	693	5,77
Aires (1705)	179	370	549	32,6
Alorna (1750)	13	185	198	6,56
XIX				
Fronteira e Alorna (1802)	19	219	238	7,98
Branco (1826)	7	172	179	3,91
Ortigão (1836)	6	163	169	3,55

Quadro 1 - porcentagens de ocorrência de vírgula em comparação ao número total de sentenças com oração completiva, com e sem vírgula, em cada texto.

TEXTOS/SÉCULO	N° DE ORAÇÕES COMPLETIVAS VERBAIS COM VÍRGULA	N° TOTAL DE ORAÇÕES COMPLETIVAS	%
XVI	220	2029	10,84
XVII	266	858	31
XVIII	236	1541	15,31
XIX	32	586	5,46

Quadro 2 - porcentagens de ocorrência de vírgula em comparação ao número total de sentenças com oração completiva, com e sem vírgula, por século.

Em termos qualitativos, entre os dados coletados foram encontrados dois tipos de construções: sentenças em que o complementizador *que* está presente no início da oração completiva e

sentenças em que o complementizador está ausente no início da oração completiva.³⁰

Quanto ao primeiro tipo, com o complementizador realizado foneticamente, abaixo são apresentados alguns exemplos das ocorrências encontradas nos textos analisados:

- *História da Província de Santa Cruz*, de Pero Magalhães de Gândavo (1502):
 - Outros querem **dizer**, *que é sem nenhuma falta a esperma da mesma Baleia:*
 - e tornou mais espantada, afirmando-lhe e **repetindo**-lhe uma vez e outra, *que andava ali uma coisa tão feia, que não podia ser senão o demônio.*
 - E se o padecente é homem animoso, e não está desmaiado naquele passo (como acontece a alguns) **responde**-lhe com muita soberba e ousadia, *que o mate muito embora, porque o mesmo tem ele feito a muitos seus parentes e amigos.*
 - Os mesmos sinais lhes deram estoutros dos Castelhanos do Peru, **dizendo**-lhes, *que também da outra banda tinham notícia, haver gente semelhante,*
 - e lhes pediram que as levassem, para que se acaso fossem ter com eles a suas terras, lhes **dissessem**, *que se a troco daquelas peças e outras semelhantes lhe queriam levar ferramentas e ter comunicação com eles, o fizessem que estavam prestes para o receberem com muito boa vontade.*
 - A qual **permitirá** Deus, *que ainda em nossos dias se descubra toda, para que com ela se aumente muito a coroa destes Reinos*

- *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto (1510):
 - E praticando os capitães ambos e os outros companheiros sobre o que se faria neste caso, se **concluiu** por parecer dos mais, *que os inimigos se não fossem tanto a seu salvo, mas que se trabalhasse tudo o possível pelos irmos gastando com a artilharia até que fosse manhã,*
 - e nos **afirmou** o Vasco Martins, *que ali naquele mosteiro de São Miguel lhe mandara fazer o mais honrado saimento que ele nunca vira em sua vida, no qual se ajuntaram quatro mil sacerdotes, afora outra mor cópia de noviços a que eles chamam santileus.*
 - e começando a dar o primeiro pregão, o caciz Moulana que já aí era chegado com mais outros dez ou doze seus inferiores também cacizes da maldita seita, **requereu** ao Heredim Sofo capitão da cidade, *que nos mandasse de esmola a casa de Meca para onde ele estava de caminho, para que em nome daquele povo fizesse aquela romaria,*

³⁰ Devido ao número relativamente alto de ocorrências encontradas, aqui serão apresentados somente alguns exemplos. Para a leitura do corpus completo, ver o anexo C.

- O caciz lhe replicou **dizendo**, *que as coisas de Deus, e das esmolas pedidas em seu nome, não haviam de ser joeiradas por tantas mãos como ele dizia, senão somente pelas daqueles a quem se pedissem.*
 - estas nos **diziam** eles, *que caçavam também de rapina no chão,*
 - e eu lhe **respondi**, *que quando sua alteza me mandasse, mas que folgaria que fosse logo, porque me havia o capitão de mandar aa China com sua fazenda:*
 - e me **disse** com as lágrimas nos olhos, *que falasse alto, para saber se era eu aquele, já que na dessemelhança e disformidade do rosto, e dos membros lho não parecia.*
 - ajudando-me Deus que é poderoso, da parte do qual vos peço e **requiero** por serviço, e honra do sereníssimo rei de Portugal meu senhor, amparo e escudo de minha orfandade, *que pois podeis o façais, e com brevidade,*
- **Décadas**, de Diogo do Couto (1542):
 - E assim **deo por regimento** aas pessoas que mandava, *que não lhes dessem lugar pera irem ao Governador, nem pera bolirem em cousa alguma.*
 - Ora **dizei-lhe**, *que sua vinda seja boa*
 - e lhes **deo por regimento**, *que fôsem aaquelas Ilhas a buscar mantimentos, com que tornaria a galeota,*
 - e lhe **deo por regimento**, *que fôsse aa Ilha de Saragão, e soubesse a certeza daquela Armada, e que achando-a, dêsse uma carta, que levava ao Capitão mór dela.*
 - Que lhe **requeria** da parte dElRei de Portugal, e do Imperador, *que logo se tornasse, e não quizesse quebrantar as pazes, que antre eles estavam feitas*
 - E que lhe **requeria**, *que não perturbasse a paz, porque êle estava muito prestes pera a cumprir em tudo”.*
 - e **dizem** algumas pessoas, *que parira uma filha;*
 - Os fidalgos que iam derredor dele, receando que lhe acontecesse algum desastre, lhe **pediram**, *que se descesse,*
 - **A vida de Frei Bertolameu do Mártires**, de Luis de Sousa (1556):
 - Na criação dos noviços se esmerava Frei Bertolameu com particular cuidado, porque - **dizia** ele e assi o deixou escrito - *que dela dependia todo o bem ou mal das religiões.*
 - Bem **entendeu** Frei Bertolameu, destas palavras, *que diziam com outras que ouvira aa Rainha na despedida, que se lhe aparelhava algum trabalho,*
 - **Digo**, Padre nosso, *que eu me someto aa santa obediência*
 - e **julgavam**, o primeiro dia que o viram, *que não tinham mais que um prelado titular.*

- e **ordenou**, porque arreceava que os não quisesse vestir, *que quem tinha cuidado da sua câmara, lhe tirasse os velhos, como estivesse deitado, e em seu lugar deixasse os novos sem dizer nada.*
- e por mim lhe **peça**, *que cá me dê uma faísca, que bem necessária é.*
- *Gazeta, em que relatam as novas todas, que ouve nesta corte, e que vieram de varias partes no mês de novembro de 1641, de Manuel de Galhegos (1597):*
 - e perguntando-lhe o Sacerdote, como se queriam chamar, um **respondeu**, *que João, e o outro, que Duarte.*
 - e **afirma-se**, *que lhe acharam setecentas e tantas balas de artilharia, e de mosquetes.*
 - Uns **dizem**, *que estas cerimônias foram de desafio, outros, que de posse.*
 - e **dizem**, *que para tornar a esta cidade, e que partiria por todo janeiro.*
 - e não tomaram bem **dizer-se**, *que os ia a governar o arquiduque Leopoldo,*
- *Sermões, de Padre António Vieira (1608):*
 - A segunda opinião **prova**, ou quer provar, *que o curso do mundo desde o dia de sua criação até o do Juízo, ha-de ser de oito mil annos completos.*
 - Christo Senhor nosso, **disse** a seus Discipulos, *que o segredo d'aquelle dia é reservado só ao Padre e que nem os anjos no céu o sabem, nem Elle o sabia em fôro que o pudesse revelar:*
 - De verdade vos prometto e **afirmo**, *que não ha-de passar a presente geração, sem que tudo o que vos tenho dito se cumpra.*
 - Isto supposto, vem a **dizer** Christo, por conclusão do que acabava de ensinar e revelar ácerca do dia do Juízo, *que tudo se havia de cumprir n'aquelle mesmo seculo, e dentro d'aquelles cem annos.*
 - e por isso muito acomodadamente a elles lhes **disse** o Senhor, *que dentro do mesmo seculo se havia de cumprir tudo:*
 - Por isso **diz** o Senhor, *que aquella dia está por vir, e já é:*
- *Rellação da Vida e Morte da Serva de Deos a Venerável Madre Elenna da Crus, de Maria do Céu (1658):*
 - **creyo**, *que este lhe deu o nome assim na pia, como na Religião.*
 - Creceo tanto a tentação, que se attreueo a **dizer** a seu Pay, *se não achava com resolução de ser Religioza;*

- Tal era esta creatura que se **presumio**, *que primeiro que aa Noviça lhe falara o Santo a ella;*
 - quem **duvida**, *que o ciume do Odio seja mais cruel, que o do Amor.*
 - **respondeu** lhe, *que Elena,*
 - e por isso Christo **disse** aa Madalena, *que amava muyto*, logo que amou.
 - e perguntando lhe se queria sufragios, lhe **respondeo**, *que sim;*
- *Vida do apostólico Padre António Vieira, de André de Barros (1675):*
 - **Refere** se mais, *que perguntando lhe outra pessoa, donde era, lhe respondera:*
 - e reconhecendo em si uma aptidão mui nova, **disse** ao Mestre, *que queria argumentar com qualquer dos condiscipulos:*
 - **Respondeu** lhe o errado peregrino, *que para a aldeia de São João, mas que não acertava com o caminho.*
 - e **pediu** com repetidas instâncias, *que o houvessem por escuso de mais graves estudos.*
 - e **imaginando** aquele Augusto Príncipe, *que o Santelmo desta tormenta poderia ser uma Mitra*, mandou a oferecer ao Padre ANTÓNIO VIEIRA pelo Secretário de Estado, com promessa de o elevar a outra mais opulenta, que cedo se esperava vagasse.
- *Cartas Familiares, de Cavaleiro de Oliveira (1702):*
 - Quero **dizer** - continuou ela - *que na presença dessa mesma formosura que Vossa Mercê respeita, e sem atenção pela das outras Damas, pespegou Vossa Mercê a modo de osga mil injúrias nas belezas de Alemanha, dando uma boa lavagem aa formosura tudesca.*
 - **Lembra** me, como se fosse hoje, *que a princesa Pórcia se admirou de que os átomos de jasmim ou os escrúpulos de neve de que a princesa de Valáquia se sustentava eram raridades tão preciosas que a subtileza do cristal teria dúvidas para as formar.*
 - e espero que mostreis esta carta a Mademoiselle Genoveva, para que se **persuada**, como sempre lhe digo, *que defendo no que sei a igualdade que se encontra nos defeitos de ambos os sexos.*
 - **Disse** o Carmelita, com a graça costumada, *que era um moribundo*, porque livrando o a morte de tudo ao mesmo tempo ficava tão livre que todos os homens juntos não teriam o mínimo poder na sua liberdade.
 - Quanto ao Polaco, **diz** a senhora condessa de la Bourlie, com muita graça, *que está livre de ir para lá, porque não há no outro mundo quem o queira.*
 - haveis de **crer** por consequência, *que só vos falo daquele que procede dos movimentos da alma.*

- **Ordenando** Adrino, no Egípto, *que se adorasse Antínoo, a quem amou lascivamente*, eregiu a si próprio o afrontoso padrão da infâmia.
- **Julgava** eu, seguindo a opinião de Aristóteles e de outros, *que além de animal era racional*,
- *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens e Carta sobre a Fortuna*, de Matias Aires (1705):
 - outros **dirão**, *que os conceitos não são justos, e que alguns já foram ditos*;
 - Mas se ainda assim fiz mal em formar das minhas Reflexões um livro, já me não posso emendar por esta vez, senão com **prometer**, *que não hei-de fazer outro*;
 - porém não é difícil, quando **ponderarmos**, *que há efeitos contrários aas suas causas*.
 - Estrabão **nega**, *que as Amazonas fosse uma nação, que existisse nunca*.
 - Outros **contam**, *que no mesmo dia, em que se tomou Tróia, alguns dos naturais entraram nas embarcações, que acharam naquele porto*
 - Muitos **escreveram**, *que Helena nunca fora a Tróia: que Páris, e Helena foram levados por uma tempestade a uma das bocas do rio Nilo, chamada Canope, e de lá conduzidos a Mênfis, donde Proteu reinava, este abominara a aleivosia daquele Príncipe*
 - e o segundo **dirá**, *que uma pomposa, e dilatada riqueza o ilustrou*.
- *Cartas e Outros Escritos*, de Marquesa de Alorna (1750):
 - O administrador a quem se falou também respondeu, rindo, esta é a feliz arte com que tudo se decide que o negócio tinha que **ponderar**, *que veria o que podia fazer-se nisso*.
 - mas agora deixe-me gastar um instante, **pedindo** a Vossa Excelência, por todos os objectos mais sagrados, *que não deixe penetrar-se tão vivamente destas impressões*.
 - e **julgo**, como um filósofo, *que a maior injúria que os felizes podem fazer aas gentes de letras é conhecer-lhes o merecimento e deixá-los perecer no seio da miséria e da amargura*.
 - Mas lembra-me sempre o que **diz** um autor moderno, *que na melhor companhia se acha mil vezes o pior tom*.
- *Memórias do Marquês da Fronteira e d'Alorna*, de Marquês de Fronteira e d'Alorna (1802):
 - Minha Avó, anti-afrancesada, escrevia de Londres, arguindo a suas filhas e **recomendando** a os velhos parentes, *que, como mais prudentes, as aconselhassem a não seguir tão ruim causa*.
 - e portanto tomou logo conta de a nossa tutela, **pedindo** a sua cunhada, a Marquesa de

Castello Melhor, *que o coadjuvasse*.

- Lembro me de que, tendo eu um pequeno defluxo, ela **imaginou**, apesar de a opinião em contrário de os médicos, *que eu tinha uma escarlatina*,
- e queria por força aquecer se a o lume, **dizendo**, e com razão, *que em Bemfica havia uma chaminé, junto a a qual já tinha estado*.
- Este cavalheiro **acreditou**, durante a maior parte de a sua vida, *que era primo corirmão de meu Pai*, quando efetivamente não tinha com ele parentesco.
- Teve tanto prazer com a notícia de a nossa existência, que, poucos dias depois, veio ver nos a Bemfica, com sua mulher e uma filha, que teria então vinte anos, e que foi a mãe de a atual Senhora Condessa de as Antas, **declarando**, com espanto geral de a família, *que jantava conosco*.
- **queria**, por força, *que os documentos dissessem o que lhe convinha ou a sua imaginação lhe fantasiava*.

▪ *Maria Moisés*, de Camilo Castelo Branco (1826):

- **Note** você, padre Bento, *que os espíritos maus quase sempre se ferram nos bons corpos!*
- Quem puder hoje **provar**, com trinta e seus quartéis, *que seu trigésimo avô era celta, íbero, huno, vascónio, ou gépida*, tem barrigadas de orgulho de raça;
- e escreveu-lhe então a dizer-lhe que a Senhora Josefinha estava nesse estado, e coisas e tal, como o outro que **diz**, *que em bom pano cai uma nódoa*.

▪ *Cartas a Emilia*, de Ramalho Ortigão (1836):

- O menino **diz** o Eduardo, que cá esteve ontem, *que está bom, bom, bom que não pode ser melhor*.
- E Vega de Armijo respondeu: - “**Disse-me** - o que é a opinião de toda a gente - *que nunca condecoração conferida a um português caiu tão bem e foi tão merecida*”.
- A isto eu **respondi** - como não podia deixar de fazer em atenção para com o governo espanhol a quem tanto devo - *que se a questão era de dinheiro eu ficaria de graça até que a exposição espanhola terminasse*.

Já quanto às sentenças em que o complementizador *que* não é foneticamente realizado, abaixo são apresentados alguns exemplos de ocorrências encontradas:

- *Décadas* - Diogo do Couto (1542):
 - E não sabendo dos tratos, que o Accedecan trazia com Dom Garcia de Castro, lhe despedio um correio com cartas, em que lhe **rogava**, *mandasse alguns navios sobre a barra de Sanguicer a impedir que se não passasse pera Cananor a gente, e tesouros do Accedecan*
- *A vida de Frei Bertolamenu do Mártires* - Luis de Sousa (1556):
 - e, com os joelhos em terra e as mãos e olhos levantados ao Céu, fez uma devota oração, **pedindo** a Deus, com grande afeito, *fosse servido guardá la e defendê la de todo mal.*

Nos textos *História da Província de Santa Cruz*, de Pero Magalhães de Gândavo (1502), *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto (1510), e *Gazeta, em que relatam as novas todas, que ouve nesta corte, e que vieram de varias partes no mês de novembro de 1641*, de Manuel de Galhegos (1597), não foi encontrada nenhuma ocorrência.

- *Rellação da Vida e Morte da Serva de Deos a Venerável Madre Elenna da Crus*, de Maria do Céu (1658):
 - Criou a sua May não sò com cuydado natural, mas advertido, por que contava a serva de Deos, que certa pessoa lhe **dissera**, *criasse aquella menina com muyto desvelo, e lhe desse o estado de Relligiosa, por que sendo o seria santa, e cazando morreria aas mãos de seu marido.*
 - Creceo tanto a tentação, que se atreveo a **dizer** a seu Pay, *se não achava com resolução de ser Religioza;*
 - aprazivel, e generoso lhe **respondeo** Dom Duarte, *seria logo obedecida*, acrescentando que naquelle dia tinha cobrado de hum rendeyro a mesma quantia.
 - Tambem aqui lhe **disse** o Menino, *tinha para dar lhe huma coroa.*
 - Deos lhe acodia pella Madre Elena, pois nas occazioens em que a obediente Iignes se achava sem animo do seu temor lhe dava a Veneravel Madre no coração hir aaquelle coro com tanta força interior, que logo decia, e achava a solitaria, que lhe **dizia**, *Deos a trouxera por que lhe hia faltando o valor naquella obscuridaõ.*
 - quando esta memoravel senhora teue a sua vida arriscada na malicia Heretica, que **dizia** a vozes, *queria matar a ElRey, para cazar com o Papa*
 - Muytos annos antes do da sua elleyção a **mandou** a Abbadeça, que entaõ era, *pedisse a*

Deos lhe desse a entender se havia neste convento alguma cousa de seu desagrado, para que a emendasse;

- e ella que nenhuma cousa desejava menos, nem temia mais, pella luz que havia tido de ser elleyta, se poz nas mãos de Deos, neutral, **pedindo** primeyro humilde aas suas, *votassem em outra,*
 - e voltou ao dormitorio a **pedir** a uma Religiosa, *a agasalhasse na sua cella.*
 - não obstante tinha para esta muytas horas deputadas, em que logrou excessos taõ subidos, que chegou a **confessar** a uma pessoa de quem se fiaua, *fora tres vezes chamada ao lado de Christo, e na terceira entrara a saciar a cede do seu amor nas abundancias daquella Diuina posse.*
 - elle **disse**, *se não leuantaria delles, sem que lhe concedesse aquella graça;*
 - **mandou** lhe o seu Director o Padre Cruz, *pedisse aa serva de Deos luz nesta materia,*
 - e **disse**, *naõ tinha dor de cabeça, que seriaõ onze horas para o meyo dia;*
- *Vida do apostólico Padre António Vieira - André de Barros (1675):*
- **Mandou** apertadamente aos Governadores, e mais Ministros, *dessem toda a defensa e favor aos Missionários, para que tivessem livre o campo para a propagação do Evangelho; facilitando tudo o necessário aa conversão daquelas almas, que querendo vir aa Fé, as tiranias passadas as tinham afugentadas, e remontadas da Igreja.*

No texto dos *Sermões*, de Padre António Vieira (1608), nenhuma sentença com a ausência do complementizador foi encontrada.

- *Cartas Familiares*, de Cavaleiro de Oliveira (1702):
- por efeito do qual, **dizem** muitos, *se fará estimar de toda a gente.*
- *Reflexões sobre a vaidade dos homens*, de Matias Aires (1705):
- este é o amor humano, de quem se **diz**, *tem semelhança com o amor divino.*

No texto *Cartas e Outros Escritos*, de Marquesa de Alorna (1750), nenhuma ocorrência foi encontrada.

- *Memórias do Marquês da Fronteira e d'Alorna*, de Marquês de Fronteira e d'Alorna (1802):
 - Principiavam elas por a sua equipagem, que era uma carruagem com todos os cômodos possíveis, tendo dentro uma cantina com todos os objetos de cozinha e de serviço de mesa, e uma guarda-roupa com fato para toda a estação, porque, *dizia ele, muitas vezes há frio em o verão e calor em o inverno, uma cabeleira de corte, um espadim e uma casaca de corte*, pois que, sendo Mordomo-Mor de a Rainha, queria estar sempre preparado para poder cumprir qualquer ordem de Sua Majestade, em qualquer lugar que a recebesse.

Em *Maria Moisés*, de Camilo Castelo Branco (1826), e *Cartas a Emília*, de Ramalho Ortigão (1836), não foi encontrada nenhuma ocorrência de sentenças sem o complementizador.

Em termos quantitativos, considerando o quadro 1, apesar de haver uma variação entre as porcentagens de ocorrência nos textos do século XVI, é possível notar que, com a exceção do texto de Aires (1705), as porcentagens nos séculos XVIII e XIX sofrem uma queda de mais de 50% em relação às dos séculos XVI e XVII e se mantêm bastante próximas, variando entre 3% e 7%. Tal análise fica ainda mais explícita ao se tomar como base as porcentagens no quadro 2, por século, na qual se observa que do século XVII em diante há uma redução gradativa no uso de vírgula antes de oração completiva verbal, caindo de 31% para 15,31% e para 5,46%.

Assim, tais resultados parecem mostrar, como era esperado, que teria havido uma mudança no modo de empregar o sinal da vírgula no século XVIII, a partir do qual o uso passa a se comportar mais conforme o que se verifica no português europeu moderno.

Além disso, outra observação que parece sustentar para tal hipótese é que, em termos qualitativos, se observa uma diferença nos padrões de construção entre os dados dos séculos XVI e XVII e dos séculos XVIII e XIX. Isto é, enquanto nos dois primeiros períodos a vírgula é mais frequente em contextos em que o verbo está contíguo à oração completiva ou em que há um sujeito ou um complemento entre o verbo e a oração completiva, nos períodos seguintes tais contextos passam a ser mais raros e, na maioria dos casos, existe um elemento interpolado, como uma oração parentética, uma oração relativa ou um adjunto, que obrigatoriamente devem ser isolados por sinais de pontuação, sejam vírgulas, hífen ou parênteses, como mostram os quadros abaixo.

- Século XVI:

TEXTOS	SEM NADA	SUJEITO	VOCATIVO	ADJUNTO	COMPLEMENTO	ORAÇÃO PARENTÉTICA	ORAÇÃO RELATIVA
Gândavo (1502)	2	1	0	2	2	0	0
Mendes Pinto (1510)	22	6	0	12	4	9	2
Couto (1542)	45	14	1	10	21	2	1
Sousa (1556)	4	0	2	7	6	9	1
Galhegos (1597)	38	11	0	5	3	0	0

Quadro 3 - número de ocorrências de dados nos textos do século XVI, de acordo com o tipo de elemento presente entre o verbo e a oração completiva

- Século XVII:

TEXTOS	SEM NADA	SUJEITO	VOCATIVO	ADJUNTO	COMPLEMENTO	ORAÇÃO PARENTÉTICA	ORAÇÃO RELATIVA
Vieira (1608)	35	39	1	18	10	14	2
Céu (1658)	18	9	0	6	11	2	2
Barros (1675)	57	25	0	16	19	4	2

Quadro 4 - número de ocorrências de dados nos textos do século XVII, de acordo com o tipo de elemento presente entre o verbo e a oração completiva

- Século XVIII:

TEXTOS	SEM NADA	SUJEITO	VOCATIVO	ADJUNTO	COMPLEMENTO	ORAÇÃO PARENTÉTICA	ORAÇÃO RELATIVA
Oliveira (1702)	1	2	1	7	0	19	1
Aires (1705)	153	1	3	12	9	1	0
Alorna (1750)	0	2	0	0	0	4	0

Quadro 5 - número de ocorrências de dados nos textos do século XVIII, de acordo com o tipo de elemento presente entre o verbo e a oração completiva

– Século XIX:

TEXTOS	SEM NADA	SUJEITO	VOCATIVO	ADJUNTO	COMPLEMENTO	ORAÇÃO PARENTÉTICA	ORAÇÃO RELATIVA
Fronteira e Alorna (1802)	0	1	0	2	1	10	0
Branco (1826)	1	0	1	0	0	0	0
Ortigão (1836)	0	0	0	0	0	2	1

Quadro 6 - número de ocorrências de dados nos textos do século XIX, de acordo com o tipo de elemento presente entre o verbo e a oração completiva

Outro ponto interessante que deve ser mencionado aqui e que levou a uma reanálise dos dados, a ser apresentada mais detalhadamente adiante, é, que na leitura dos dados, observou-se que, na grande maioria dos casos, os verbos que regem as orações completivas são do tipo declarativo ou *dicendi*, como, por exemplo, “dizer”, “afirmar”, “pedir”, “responder”, ou que expressam opinião, como, por exemplo, “julgar”, “arguir”, “achar”, ou que expressam pensamento, como, por exemplo, “crer”, “pensar”. Tais tipos de verbo têm em comum a característica de marcarem, em um texto, o discurso relatado - seja um discurso direto ou indireto. Ademais, a estrutura da sentença, com o verbo seguido de uma oração completiva, é também típica do discurso relatado. (cf. Duarte, 2003)

Com isso, parece plausível pensar que os autores, com uma maior frequência até fins do século XVII, utilizavam a vírgula não somente para marcar uma “pausa menor”, mas também para delimitar e introduzir discursos direto e indireto, sem distinguir os tipos de discurso e as suas configurações textuais, o que leva a crer que, além das definições e regras de uso passarem a ser mais específicas, a mudança se deu também na representação do discurso relatado no texto escrito. Ou seja, em fins do período oitocentista, as diferenças entre discurso direto e indireto passaram a ser mais definidas e novos sinais surgiram para marcar diálogos e citações, como, por exemplo, o travessão (–), que aparece nas gramáticas portuguesas apenas no século XIX (cf. Gonçalves, 2003) e pode ser atestado no seguinte exemplo retirado da obra *Maria Moisés*, de Camilo Castelo Branco (1826):

“João da Lage, o amo, assomou, à porta da corte, e bradou:

– Perdeste alguma rês?

O rapaz tartamudeou, tiritando de medo:

– Perdeste, ladrão? Vai em cata dela, e, olha lá: se a não trouxeres, não me apareças mais, que t'arranco os fígados pela boca.

E deu-lhe dois valentes pontapés à conta.”

4.2.2. VÍRGULA ANTES DE ORAÇÃO SUBORDINADA COMPLETIVA OU INTEGRANTE SELECIONADA POR NOME

Assim como com as orações completivas verbais, com as orações completivas nominais foi realizada uma busca por todas as ocorrências em que aparece a vírgula entre a oração completiva e o seu regente e outra por todas as sentenças em que a vírgula está ausente entre a oração completiva e o seu regente. Desse modo, dessas buscas foram obtidos dois tipos de resultados: conforme mostra o quadro 3, as porcentagens de ocorrência de vírgula em comparação ao número total de sentenças com oração completiva, com e sem vírgula, em cada texto; e, conforme mostra o quadro 4, as porcentagens de ocorrência de vírgula por século.

TEXTOS/ANO	N° DE ORAÇÕES COMPLETIVAS NOMINAIS COM VÍRGULA	N° DE ORAÇÕES COMPLETIVAS SEM VÍRGULA	N° TOTAL DE ORAÇÕES COMPLETIVAS	%
XVI				
Gândavo (1502)	0	59	59	0
Pinto (1510)	2	1050	1052	0,19
Couto (1542)	12	192	204	5,88
Sousa (1556)	7	351	358	1,95
Galhegos (1597)	4	157	161	2,48
XVII				
Vieira (1608)	3	271	274	1,09
Céu (1658)	2	156	158	1,26
Barros (1675)	4	165	169	2,36
XVIII				
Oliveira (1702)	0	653	653	0
Aires (1705)	7	370	377	1,85
Alorna (1750)	0	185	185	0
XIX				
Fronteira e Alorna (1802)	0	219	219	0
Branco (1826)	0	172	172	0
Ortigão (1836)	0	163	163	0

Quadro 7 - porcentagens de ocorrência de vírgula em comparação ao número total de sentenças com oração completiva, com e sem vírgula, em cada texto.

E comparando-se a percentagem de ocorrências por século, os seguintes dados foram obtidos:

TEXTOS/SÉCULO	N° DE ORAÇÕES COMPLETIVAS NOMINAIS COM VÍRGULA	N° TOTAL DE ORAÇÕES COMPLETIVAS	%
XVI	25	1834	1,36
XVII	9	601	1,49
XVIII	7	1215	0,57
XIX	0	554	0

Quadro 8 - percentagens de ocorrência de vírgula em comparação ao número total de sentenças com oração completiva, com e sem vírgula, por século.

Em termos qualitativos, foram encontradas apenas construções com o complementizador *que* foi realizado foneticamente, como se pode verificar nos exemplos dados abaixo:

- *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto (1510):
 - e por evitar as murmurações que sobre este horrendo e nefandíssimo caso havia no povo, mandou lançar **pregão**, *que só pena de gravíssimas mortes ninguém falasse no que já era feito*,

- *Décadas*, de Diogo do Couto (1542):
 - e foi bater aas portas do Governador, a quem mandou **recado**, *que estava ali*.
 - Ao outro dia teve **rebate**, *que os Mouros vinham em busca dele*; pelo que se fortificou o melhor que pôde, provendo suas estâncias mui bem.
 - como temos dito no Capítulo IV Livro VI da quarta Década, foi ruim informação: porque nós achámos nas arrecadações dos Feitores daquele tempo, que serviam em Ormuz, carregados êstes quarenta mil xerafins, com **declaração**, *que eram os que pagava de pareas o Guazil de Barém pelo alevantamento que fez*.
 - Foi isto em principio cousa tão pouca, que quando Afonso de Albuquerque fez aquela fortaleza, deixou um homem mestiço, chamado Gaspar Pires, por lingua daquele Rei, por falar muito bem Parseo, a quem êle deo a renda das Orracas por tença, com o **cargo**, *que então montaria duzentos pardãos*.
 - Negociado o Mealecan, despedio-se dElRei, que lhe deo **juramento**, *que não tomasse outro algum Reino, mas que se fôsse direito a Meca*.
 - porque por aquelas **novas**, *que ElRei como Martim Affonso de Sousa ficava em Moçambique muito mal, e Dom Francisco lhe afirmou que seria morto*;

- e como teve **novas**, *que o Accedecan era morto*, determinou de se passar pera Cananor, e daí pera Meca, e fazer-se herdeiro
- *Gazeta, em que relatam as novas todas, que ouve nesta corte, e que vieram de varias partes no mês de novembro de 1641*, de Manuel de Galhegos (1597):
- Da Bahia veio **nova**, *que os holandeses, com uma esquadra haviam ido a Angola*:
- O general Picolomi depois de ter uma rota grande, e correr **fama**, *que morrera na batalha*, tornou outra vez em busca do inimigo
- Publicou-se um **edito**, *que nenhum bispo ainda, que fosse protestante tivesse voto no Parlamento*,

Nos textos *A vida de Frei Bertolamenu do Mártires*, de Luis de Sousa (1556), e *História da Província de Santa Cruz*, de Pero Magalhães de Gândavo (1502), nenhuma ocorrência de vírgula antes de oração completiva nominal foi encontrada.

- *Sermões*, de Padre António Vieira (1608):
- Ouvida a **resposta** do Baptista, *que não era Elias*, instaram terceira vez os embaixadores,
- *Rellação da Vida e Morte da Serva de Deos a Venerável Madre Elenna da Crus - Maria do Céu* (1658):
- Chegando pois a **noticia**, *que o que estudara nas Aulas, illuminara nas virtudes*, dezejosa de consultá lo, principalmente naquella revelação do Lado de Christo, o mandou chamar;
- *Vida do apostólico Padre António Vieira*, de André de Barros (1675):
- Para tudo achou já em Itália seiscentos mil cruzados com **ordem** ao Tesoureiro, *que os dependessem aa sua disposição, e que por um simples escrito do Padre ANTÓNIO VIEIRA se lhe levariam em conta*.
- estando os dois Padres Matheus Delgado, e Manoel de Souza, pondo o pé na prancha, e o Padre ANTÓNIO VIEIRA despedindo se deles, que dali atravessavam a Tapitapera, como de Lisboa a Aldeia Galega onde os esperavam as canoas, quando chega **ordem** do Capitão-mor, *que não partissem*; porque os Padres da Companhia não tinham licença.
- dando **palavra**, *que se este os aceitasse bem, faria, que tão importante empresa tivesse com imenso fruto fim glorioso*.

- *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens e Carta sobre a Fortuna*, de Matias Aires (1705):
 - mas como pode não ser assim, se é **regra**, *que em certos casos não deve a regra servir de regra, nem o princípio de princípio, nem a lei de lei?*

Nos outros dois textos do século XVIII - *Cartas Familiares*, de Cavaleiro de Oliveira (1702) e *Cartas e Outros Escritos*, de Marquesa de Alorna (1750) - nos textos do século XIX - *Memórias do Marquês da Fronteira e d'Alorna*, de Marquês de Fronteira e d'Alorna (1802), *Maria Moisés*, de Camilo Castelo Branco (1826), e *Cartas a Emilia*, de Ramalho Ortigão (1836) - não foi encontrada nenhuma ocorrência de oração completiva nominal precedida por vírgula.

Em termos quantitativos, como mostram os quadros acima, as orações completivas nominais não representam uma porção expressiva das ocorrências encontradas nos textos. No entanto, mesmo assim é possível notar uma diferença nas porcentagens entre os textos dos séculos XVI e XVII e dos séculos XVIII e XIX. No quadro 4, com as porcentagens por século, é possível observar que nos dois primeiros períodos os valores são bastante próximos, em torno de 1%. Já do século XVIII em diante, assim como nos valores de ocorrência de vírgula antes de oração completiva verbal, há uma queda gradativa: do século XVI e XVII para o século XVIII há uma redução de 50% e para o século XIX, de 100%, indo para 0%. Apesar de se tratar de poucos casos, os resultados parecem sustentar a hipótese de que a mudança no emprego da vírgula nesse contexto ocorreu já no século XVIII.

Em termos qualitativos, o que se observa é que na grande maioria das ocorrências, os nomes que antecedem a oração completiva são derivados de verbos declarativos, como, por exemplo, “lançar pregão” = “avisar”, “declaração” = “declarar”, “juramento” = “jurar”, “resposta” = “responder”, “novas” = “contar”. Desse modo, assim como se observou com os verbos das orações completivas verbais, é possível se pensar que a vírgula tem a mesma função dos dois pontos, de introduzir uma citação ou uma fala. Isso, pois, levando-se em conta que verbos declarativos possuem a característica de marcarem, em um texto, o discurso relatado - seja ele direto ou indireto -, tais sentenças parecem ter uma estrutura de discurso indireto, mas marcadas por um nome no lugar de um verbo declarativo - o que se vê mais comumente. (cf. Duarte, 2003)

4.3. SENTENÇAS COM DOIS PONTOS

Outra evidência encontrada nos textos que corrobora a hipótese de que a vírgula, no português clássico, se comportava de modo semelhante aos dois pontos, introduzindo um discurso relatado,

direto ou indireto, foi o fato de que os mesmos tipos de construções, com os mesmos verbos declarativos são encontrados quando se observam as sentenças com dois pontos antes de oração completiva verbal. Ou seja, nos mesmos tipos de contextos, os autores empregavam tanto a vírgula quanto os dois pontos, já que ambos possuíam a mesma função.

É importante apontar que foram encontrados dois casos em que há o uso de dois pontos antes de oração completiva nominal no texto *Décadas*, de Diogo do Couto (1542). Entretanto, tais dados foram desconsiderados para a análise, pois os nomes “parecer” e “condição” não correspondem a formas derivadas de verbos declarativos. Por essa razão, nesta seção serão apresentados os resultados, com as ocorrências encontradas nos textos, e a análise apenas de dados com dois pontos antes de oração completiva verbal.

Assim como observado nos dados em que há uma vírgula antes de oração completiva verbal, apresentados acima, foram atestados dois tipos de construções, em que o complementizador está ou não realizado foneticamente no início da oração completiva verbal.

Quanto às sentenças em que o complementizador é foneticamente realizado, as seguintes ocorrências foram atestadas:

- *Décadas*, de Diogo do Couto (1542):
 - e António Cardoso lhe disse: “*Que o Governador Martim Affonso de Sousa lhe mandava beijar as mãos, que lhe mandasse novas de sua saúde, e que lhe fazia a saber que era chegado*”.
 - entre elas dizia: “*Que estando um dia praticando com êle, lhe pedio, que lhe mostrasse o livro por onde rezava, que lhe êle mandou vir, que eram umas Horas de Nossa Senhora, daquelas antigas de quarto, iluminadas todas;*
 - E dando-lhe o livro, lhe disse: “*Que lhe mostrasse os quatro homens, que escreveram a Lei dos Cristãos*”.
 - e passaram pela Cidade de Cantão, pera irem buscar o porto de Chincheo, porque não podiam entrar naquela Cidade; porque depois que o ano de 1515 Fernão Peres de Andrade, estando na China por Embaixador, açoutou um Mandarim, (que são os que governam a justiça, que entre aqueles Gentios é mui venerada), de tal maneira ficaram os portugueses odiados, e avorrecidos, que mandou ElRei por um Edicto geral: “*Que se não consentissem mais em seus Reinos os homens das barbas, e olhos grandes*”; que se escreveo com letras grandes de ouro, e se fixou sôbre as portas da Cidade de Cantão.
 - e lhe disse: “*Que se tinha necessidade de cavalos, e mulas, que êle o levaria a uma*

serra, onde se provesse de tudo muito abastadamente pera todo o seu exército; e que a serra era de Judeos, e poderia ter quatrocentos Mouros de guarnição, que ali tinha ElRei de Zeilá,”

- e tomando a espada com a mão esquerda, **disse** aos seus: *“Que quem o quizesse seguir o fizesse, porque êle ia morrer no meio dos inimigos”.*
- Alguns, que nunca o deixaram, vendo-o daquela maneira, o detiveram, **dizendo-lhe**: *“Que aquilo era mais desesperação, que determinação, que pera morrerem com êle, todos estavam muito prestes, mas que aquilo era arriscar a alma, porque ninguém podia ir determinadamente buscar a morte; que o bom seria tratar de se salvar, porque com poupar a vida se remediava a honra, e aí lhe ficava tempo pera se satisfazer daquela perda”.*
- e **disse** aos seus: *“Que assim fôsse levado por todo o exército pera mór vitupério”.*
- e logo começou a entender na carga das náos, com que Dom Estevão ia correndo, conforme ao Regimento, em que **manda** ElRei: *“Que todo o Governador que acabasse seu tempo, em quanto estivesse em Cochim, usasse de poderes de Governador, assim na carga das náos, como justiça”*
- e êle **pedio** ao Governador de mercê: *“Que fôsse seu Padrinho, e que houvesse por bem, que Jordão de Freitas também o fôsse, porque a êle devia aquela mercê, que lhe Deos fazia”.*
- mandou Simão Botelho (como atrás dissemos neste mesmo Capítulo) com novos Regimentos pera tirar aqueles costumes antigos, **ordenando**: *“Que dali em diante todos os mercadores, de qualquer parte que fôssem, não pagassem naquela Alfandega de Malaca mais que a seis por cento de entrada, tirando as fazendas de Bengala, que estas pagariam a oito; e as da China, que viessem por mãos dos Portuguezes, a dez;*
- **Ordenando** mais: *“Que todos os mantimentos que entrassem naquela Cidade, fôssem livres, e izentos,”*
- e aconselhando-se com êles sôbre o que faria, lhe **disseram**: *“Que fosse logo buscar o inimigo, primeiro que se refizesse, porque estava certo, em tendo novas de sua chegada, ajuntar todo o seu poder pera o esperar”.*
- E tomando a devassa, a mandou ao Governador em uma náó, que partio daí a poucos dias, **escrevendo-lhe**: *“Que Martim Affonso de Mello era Fidalgo, de que ElRei havia de fazer muita conta, e que lhe merecia muitas honras, e mercês”.*
- Vista a devassa pelo Governador, **escreveo** uma carta ao mesmo Martim Affonso de Mello, em que se desculpava: *“E que folgára em extremo de ser falso tudo o que dele disseram, e que se não esperava menos procedimento de um tão honrado Fidalgo: que lhe mandasse o Secretário invernar a Goa, e que ficasse êle com Poderes de Veador da Fazenda”.*

- e dizia uma particula dela: *“Que de Martinho a Martinho ia; e que se êle tinha por bogio, que êle era também mono”*.
- Disto se queixou ElRei, fazendo protestos, **dizendo**: *“Que ficava pobre, e sem cousa, com que pudesse sustentar seu Estado”*.
- Deo-lhes Dom Jorge por regimento: *“Que fôsem ajudar o Geliato da Gomo Conorá, Christão, ainda que arrenegado, que estava sôbre o lugar de Galilás, que pertendia ser seu”*;
- e êles lhe notificáram o Protesto, em que Dom Jorge lhe **requeria** da parte dos Reis de Portugal, e Castela: *“Que se era entrado naquelas Ilhas com tempo fortuito, que se fôsem logo pera aquela fortaleza, onde lhes daria tôdas as cousas necessárias; mas se era de outra maneira, que se tornasse a sair delas, porque eram dElRei de Portugal; senão que o castigaria conforme ao contracto, que estava feito pelo Imperador com ElRei Dom João; e que de todos os damnos, mortes, perdas, e mais cousas que disso succedessem, êle daria conta a ElRei de Castella”*.
- O Castelhana, depois de lhe notificarem o Protesto, **respondeo**: *“Que êle não entraria nas Ilhas Clavarias, nem em seus limites, e que a todo o tempo que lhe constasse estar nelas, se tornaria a sair; mas que aquelas em que estava, havia por de Sua Magestade o Imperador, e que ainda que o não fôsem, que a necessidade até os preceitos Divinos quebrantava, quanto mais os humanos”*.
- e êle lhe mostrou o requerimento que levava, em que o Villa-Lobos lhe dizia: *“Que êle chegára aaquelas Ilhas com fortuna, que lhe pedia, e requeria que fizesse bom tratamento aos moradores daquelas Ilhas, porque eram vassalos do Imperador, e se não que acudiria por isso. E que lhe mandasse os Castelhanos das Armadas passadas, que estavam com êle na fortaleza, e assim mesmo a artilheria, que fôra tomada no forte de Tidore”*.
- Dom Jorge lhe mandou responder por outro requerimento, em que lhe **dizia**: *“Que aquelas Ilhas todas eram dElRei de Portugal, e que logo se saísse delas, senão que o lançaria por força e o castigaria como a quebrantador da paz. E que quanto aos Castelhanos, se se quizesse ir pera êle, que o podiam fazer, porque não tinha deles necessidade alguma. E que muito mal diziam aquelas palavras com as primeiras, e que lhe tornava a requerer, que se saísse das Ilhas dElRei de Portugal”*.
- e estando um dia com ElRei só, lhe **disse**: *“Que bem seria lembrado como Icufo, seu pai, encomendára a ElRei Ismael, que tanto que succedesse no Reino, e êle Mealle fôsse de idade pera entrar em Religião, o mandasse pera Meca a servir seu Profeta; que êle estava já homem, e que por duas obrigações estava penhorado pera aquela jornada, a vontade dElRei seu pai, e a outra um voto que tinha feito de ir acabar na casa de Meca; que lhe pedia por mercê lhe dêsse licença pera se embarcar com sua casa, e família,*

porque ia tão contente, como se fôra a herdar um grande Reino”.

- e veio-se a concluir: *“Que o Governador passasse Meale a Pondá, onde acharia alguns Capitães com gente pera o receberem, e levarem até Bilgão, onde Accedecan com os mais Capitães de sua conjuração o esperavam com quarenta mil cavalos, pera o meterem no Balagate; e que ali faria entrega de tôdas as terras de Concan aa pessoa que o Governador mandasse”.*
- Êle lhe disse: *“Que o Idalcan, seu Senhor, como grande servidor dElRei de Portugal, e como quem desejava de conservar sua amizade, lhe dava, e traspassava livremente todo o direito, que tinha no tesouro do Accedecan, e que o podia mandar tomar em tôda a parte em que estivesse. E que pelo muito que merecia ao serviço dElRei de Portugal, lhe pedia lhe mandasse entregar seu tio Mealecan, sôbre sua fé de o não matar, porque não queria mais que pô-lo em parte, onde se não pudesse recear dele, e que daria por isso a ElRei de Portugal as terras firmes de Salsete, e Bardés, com suas tanadarias, rendas e Alfândegas, perpetuamente pera êle, e pera todos seus descendentes, que renderiam setenta mil pardãos cada ano”.*
- *A vida de Frei Bertolamenu do Mártires, de Luis de Sousa (1556):*
 - Cai aqui bem o que dizia dele o Padre Frei Estêvão Leitão, grande seu amigo e pessoa de grande virtude e autoridade nesta Ordem: *que tomara a virtude como por raiva e teima, porque, assi como o homem que anda em ódio vai sempre crescendo no fel e rancor, assi ele cada hora se aventajava em obras santas.*

Nos textos *História da Província de Santa Cruz*, de Pero Magalhães de Gândavo (1502), *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto (1510), e *Gazeta, em que relatam as novas todas, que ouve nesta corte, e que vieram de varias partes no mês de novembro de 1641*, de Manuel de Galhegos (1597), não foi encontrado nenhum caso em que há oração completiva verbal precedida de dois pontos.

- *Sermões*, de Padre António Vieira (1608):
 - diz o Espirito Santo: *que o zelo é como o inferno.*
 - Ouvida a proposta e a razão d'ella, responderam todos os prophetas a uma voz: *que se fizesse a guerra, que Deus daria a sua magestade victoria*

- *Vida do apostólico Padre António Vieira, de André de Barros (1675):*
 - e **disse**: *Que não morreria o menino; porque Deus o guardava para coisas grandes, para crédito da Nação Portuguesa, e para honra da Companhia de JESUS.*
 - Cheio pois de igual sentimento de deixar, aos que tão fortemente o prendiam, respondeu com expressões de agradecido, e maduras razões de sábio, **dizendo**: *que se apartava com a mágoa de se não poder partir, e multiplicar; que a todos levava no coração, ficando tão grata hospedagem em sua memória eternizada*
 - **Disse**, que a esperança de converter infiéis, e sujeitar novos Mundos aa Igreja, o obrigara a lançar se outra vez ao formidável Oceano, não temendo nele a morte, onde tantas vezes a vira, nem entre os Tapuias, onde a desejava: que pelo amor de Deus deixara o amor de um Rei tal, o favor de uma Rainha, e de um Príncipe, que no Mundo não tinham iguais; e que fora experimentar, e ver entre Portugueses, perseguida a pregação da Fé, desprezados os Missionários, quebradas as Leis Divinas, e atropeladas, e ultrajadas as humanas: *que quando se dedicara aa pregação da Gentilidade, fora crendo, que aas portas daqueles Sertões imensos tinha Portugueses, que lhas abrissem, mas achara bárbaros nascidos em Portugal, que lhas fechassem*
 - **Disse (...)** : *que voltando das campanhas de Cristo desejava mostrar as feridas, que por sua Fé recebera; mas que não lhas abrindo os Bárbaros no corpo, os Cristãos lhas fizeram na alma, de que a Deus tomava por testemunha.*
 - **Disse (...)** : *que o título, por que os Reis de Portugal possuíam aquelas regiões, era para propagar nelas a Fé, o conhecimento de Cristo, e estender os limites aa Igreja Católica;*
 - **Disse (...)** : *que fosse servido acudir aaquelas almas, que em cardumes podiam vir aas redes da Igreja, se os Portugueses, que ali viviam, as não espantassem, e ainda tiranizassem com desonra da Fé, e escândalo do Mundo.*
 - **Disse (...)** : *que as entradas, que faziam os poderosos ao Sertão, eram só para cativar sem justa causa os miseráveis corpos, e não para lhe converterem as almas; e fazendo sempre os Reis de Portugal mais caso de almas sujeitas aa Igreja, que de domínios aa Coroa, naquela parte da América, Igreja, e Coroa, ambas perdiam*

No texto *Rellação da Vida e Morte da Serva de Deos a Venerável Madre Elenna da Crus*, de Maria do Céu (1658), não foi encontrado nenhum caso.

- *Cartas Familiares, de Cavaleiro de Oliveira (1702):*
 - **Respondo** a isto: *que, se se não entendem de dia, se entendem de noite.*

- e disse: *que tinha feito muitas léguas de caminho por disposição da cabeça;*

Em *Cartas e Outros Escritos*, de Marquesa de Alorna (1750), nenhum caso foi encontrado.

- *Memórias do Marquês da Fronteira e d'Alorna*, de Marquês de Fronteira e d'Alorna (1802):
 - escreveu diretamente a o Príncipe, porque, apesar de a intriga, era por Sua Alteza muito considerado, **dizendo** lhe: *‘que, visto o abandono em que os nossos aliados ingleses nos deixavam, anuisse as reclamações de a França, fechando lhes os portos, e que combatesse a invasão armada de o exército francês, se, apesar de se anuir a as reclamações de o seu governo, ele continuasse a avançar.*

Nos textos *Maria Moisés*, de Camilo Castelo Branco (1826), e *Cartas a Emília*, de Ramalho Ortigão (1836), não foi encontrado nenhum caso.

Já quanto às sentenças em que o complementizador não está realizado foneticamente, apenas um caso foi encontrado no texto *Cartas Familiares*, de Cavaleiro de Oliveira (1702):

- os seus favores eram taxados porém em tão alto preço que ele deu origem a um provérbio que **dizia**: *não era permitido a todo o mundo ir a Corinto.*

É interessante apontar que todas as ocorrências encontradas, assim como os dados com vírgula, apresentam um verbo do tipo declarativo ou que expressa uma opinião ou um pensamento, como “mandar”, “ordenar”, “escrever”, “responder”, “dizer”, “concluir”, “pedir”, “requerer”, “dar por regimento”, que serve para introduzir um discurso relatado. Ademais, nos textos do século XVI, com a exceção de *A vida de Frei Bertolameu do Mártires*, de Luis de Sousa (1556), em todas as sentenças há o uso de aspas, além dos dois pontos, para delimitar o enunciado relatado do verbo que o introduz.

Primeiramente, em termos quantitativos, como se pode observar no quadro abaixo, é interessante apontar que, apesar de não haver muitos casos, é possível observar com clareza a queda no número de ocorrências com dois pontos antes de oração completiva no decorrer dos séculos, de 27 no século XVI para apenas 1 no século XIX. Tal resultado parece indicar que já nos séculos XVIII - com maior força na segunda metade, quando já não se encontra mais nenhuma ocorrência em nenhum dos dois textos analisados desse período - e XIX os dois pontos, apesar de ainda servirem para introduzir discurso direto, passaram a não ser mais empregados antes de oração completiva, em construções de discurso indireto. Com isso, especialmente em construções

de discurso direto, de forma semelhante às orações completivas verbais precedidas por vírgula, a mudança parece ter se dado mais na configuração da apresentação do discurso no texto escrito, com uso de novos sinais para marcar diálogos e citações, como, por exemplo, o travessão (–).

TEXTOS/ANO	N° DE ORAÇÕES COMPLETIVAS VERBAIS COM DOIS PONTOS
XVI	
Gândavo (1502)	0
Pinto (1510)	0
Couto (1542)	27
Sousa (1556)	1
Galhegos (1597)	0
XVII	
Vieira (1608)	2
Céu (1658)	0
Barros (1675)	6
XVIII	
Oliveira (1702)	3
Aires (1705)	0
Alorna (1750)	0
XIX	
Fronteira e Alorna (1802)	1
Branco (1826)	0
Ortigão (1836)	0

Quadro 9 - número de ocorrências de dois pontos antes de oração completiva, em cada texto.

É também interessante ressaltar que nos textos do século XVI, com a exceção do dado de *A vida de Frei Bertolamenu do Mártires*, de Luis de Sousa (1556), todas as sentenças apresentam o uso de aspas, além dos dois pontos, para marcar o discurso relatado. Assim como se lê nas gramáticas, desde a primeira publicação portuguesa, fica explícito, não somente nos dados do século XVI como nos demais, que os dois pontos sempre tiveram a função de marcar e introduzir um discurso relatado ou uma citação. E o fato de que os mesmos tipos de ocorrências são encontrados tanto com vírgula como dois pontos, leva a crer que, de fato, a vírgula possuía, até o século XVIII, uma função a mais.

Além disso, como se pode visualizar em uma das sentenças, transcrita abaixo, da *Vida do apostólico Padre António Vieira*, de André de Barros (1675), na qual há uma sucessão de orações completivas, no século XVII, parecia não existir uma consistência no emprego da vírgula ou dos

dois pontos entre o verbo e a oração completiva, isto é, parecia não existir uma delimitação clara dos contextos em que um ou outro sinal deveria ser utilizado. Por vezes o autor utiliza até mesmo o ponto final ou a letra maiúscula para marcar o início de uma nova oração. Isso parece demonstrar que na época os usos e as funções dos sinais flutuavam e não correspondiam exatamente ao que as gramáticas propunham.

“Disse, que a esperança de converter infieis, e sujeitar novos Mundos aa Igreja, o obrigara a lançar se outra vez ao formidável Oceano, não temendo nele a morte, onde tantas vezes a vira, nem entre os Tapuias, onde a desejava: que pelo amor de Deus deixara o amor de um Rei tal, o favor de uma Rainha, e de um Príncipe, que no Mundo não tinham iguais; e que fora experimentar, e ver entre Portugueses, perseguida a pregação da Fé, desprezados os Missionários, quebradas as Leis Divinas, e atropeladas, e ultrajadas as humanas: que quando se dedicara aa pregação da Gentilidade, fora crendo, que aas portas daqueles Sertões imensos tinha Portugueses, que lhas abrissem, mas achara bárbaros nascidos em Portugal, que lhas fechassem: que voltando das campanhas de Cristo desejava mostrar as feridas, que por sua Fé recebera; mas que não lhas abrindo os Bárbaros no corpo, os Cristãos lhas fizeram na alma, de que a Deus tomava por testemunha. Que Sua Majestade podia ali fundar um Estado vastíssimo, e ter vassalos a milhares; mas que a cobiça, cativando injustamente a um, afugentava mil, morrendo estes na sua Gentilidade, e vivendo o pobre cativo pouco menos que Gentio, sem Sacramentos, sem doutrina, e depois de morto sem sepultura: que o título, por que os Reis de Portugal possuíam aquelas regiões, era para propagar nelas a Fé, o conhecimento de Cristo, e estender os limites aa Igreja Católica; e que ele em nome daquelas vastíssimas terras vinha a propor a Sua Majestade esta tão apertada obrigação de justiça: que fosse servido acudir aaquelas almas, que em cardumes podiam vir aas redes da Igreja, se os Portugueses, que ali viviam, as não espantassem, e ainda tiranizassem com desonra da Fé, e escândalo do Mundo. Que ali havia um pecado original, que era o cativar Índios; e que Sua Majestade devia acudir a tantas misérias; nem lhe seria novo o ofício de Redentor: que as entradas, que faziam os poderosos ao Sertão, eram só para cativar sem justa causa os miseráveis corpos, e não para lhe converterem as almas; e fazendo sempre os Reis de Portugal mais caso de almas sujeitas aa Igreja, que de domínios aa Coroa, naquela parte da América, Igreja, e Coroa, ambas perdiam Que assim como o amor das almas daquelas cegas Nações o arrancaram de Portugal, assim agora a sua necessidade, opressão, e desamparo, o fizeram voltar em conquista de remédio: que aos pés de Sua Majestade prostrado oferecia, não ouro, nem preciosas drogas daquela conquista, mas inocências aflitas, prantos, misérias,

injustiças, sangue, e ainda tiranas mortes, larga matéria a toda a comiseração, e aa piedade Real alto emprego. Enfim, que era preciso refrear com novas Leis a insolência, a cobiça, a desumanidade: que só assim teriam os Missionários livre o campo, a Fé triunfos, o Reino vassalos, e todas aquelas imensas Nações reconheceriam Pai, a quem os protegia com o poder de Rei.”

Nesta análise preliminar se observou que, na maioria das ocorrências, os verbos antecedentes à oração completiva, como, por exemplo, “dizer”, “pedir”, “mandar”, “avisar”, são do tipo discursivo e os nomes antecedentes à oração completiva são derivados de verbos discursivos, como, por exemplo, “ordem” (= “ordenar”), “rebate” (= “discutir”), “novas” (= “contar”), “juramento” (= “jurar”), o que levou à hipótese, corroborada pelos dados dois pontos apresentados acima, de que no período do português clássico, a vírgula servia, entre as suas várias funções, para introduzir um discurso relatado, direto ou indireto. Desse modo, se decidiu fazer uma reanálise dos dados, com um levantamento de todos os verbos discursivos e os nomes derivados deles presentes nos dados e restringir as buscas para apenas as sentenças em que eles aparecem como regentes da oração completiva para, então, se poder analisar essas construções de discurso direto ou indireto nos textos isoladamente e compreender com mais clareza o funcionamento da vírgula nesses contextos.

4.4. REANÁLISE DOS DADOS

Levando-se em conta a hipótese de que a vírgula teria, no português clássico, a função de delimitar e introduzir um discurso direto ou indireto no texto escrito e a teoria sobre o discurso relatado, foi feito um levantamento de todos os verbos discursivos presentes nos dados e, com isso, também foram realizadas uma nova busca por todas as sentenças com e sem vírgula com somente estes verbos introdutórios de discurso e uma nova quantificação. Com essa reanálise dos dados se buscou poder analisar, especificamente, essas construções de discurso direto ou indireto nos textos e compreender com mais clareza o funcionamento da vírgula nesses contextos.

Assim, nesta seção serão apresentados os verbos discursivos levantados dos dados do corpus e os novos resultados referentes às construções com vírgula antes de oração completiva selecionada por verbos e nome.

4.4.1. OS VERBOS INTRODUTORES DE DISCURSO RELATADO NO CORPUS

Tomando como base a definição proposta em Duarte (1999), foi realizado um levantamento de todos os verbos introdutórios de discurso relatado nos dados coletados dos textos do corpus e

foram encontrados

- 64 verbos simples: “achar”, “aconselhar”, “advertir”, “afirmar”, “ajuizar”, “apontar”, “arguir”, “assegurar”, “avisar”, “coligir”, “concertar”, “concluir”, “confessar”, “consentir”, “contar”, “convocar”, “crer”, “declarar”, “decretar”, “divulgar”, “dizer”, “duvidar”, “escrever”, “espalhar”, “exortar”, “imaginar”, “inferir”, “instar”, “intimar”, “introduzir”, “julgar”, “jurar”, “lembrar”, “ler”, “mandar”, “negar”, “notar”, “notificar”, “ordenar”, “pedir”, “permitir”, “persuadir”, “ponderar”, “praguejar”, “pregar”, “presumir”, “prometer”, “propor”, “protestar”, “provar”, “queixar”, “recrear”, “referir”, “relatar”, “reparar”, “requerer”, “resolver”, “responder”, “revelar”, “rogar”, “suceder”, “supor”, “vaticinar”, “verificar”.
- 7 locuções verbais: “dar por novas”, “dar por regimento”, “dar por resposta”, “dar recado”, “meter na cabeça”, “vir a saber”, “fazer a saber”.

Quanto aos nomes derivados de verbos declarativos, foram encontrados 14 tipos: “regra” (= “ordenar”), “pregão” (= “anunciar”), “recado” (= “contar”), “rebate” (= “discutir”), “cargo” (= “ordenar”), “juramento” (= “jurar”), “novas” (= “contar (notícia)”), “fama” (= “contar”, “fofocar”), “edito” (= “ordenar”), “resposta” (= “responder”), “declaração” (= “declarar”), “notícia” (= “contar (notícia)”), “ordem” (= “ordenar”), “palavra” (= “prometer”).

Desse modo, como se verá adiante, levando em consideração apenas os dados - com e sem vírgula - em que os verbos e os nomes listados acima se fazem presentes, uma nova quantificação dos dados foi feita.

4.4.2. SENTENÇAS COM VÍRGULA ANTES DE ORAÇÃO SUBORDINADA COMPLETIVA OU INTEGRANTE SELECIONADA POR VERBO

Com as novas buscas, por ocorrências em que a vírgula aparece somente antes de orações completivas regidas por verbos declarativos, os seguintes dados foram obtidos:

TEXTOS/ANO	N° DE ORAÇÕES COMPLETIVAS VERBAIS COM VÍRGULA	N° DE ORAÇÕES COMPLETIVAS SEM VÍRGULA	N° TOTAL DE ORAÇÕES COMPLETIVAS	%
XVI				
Gândavo (1502)	6	32	38	15,78
Pinto (1510)	54	136	190	28,42

Couto (1542)	72	38	110	64,45
Sousa (1556)	18	172	190	9,47
Galhegos (1597)	51	64	115	44,34
XVII				
Vieira (1608)	84	74	158	53,16
Céu (1658)	37	50	87	42,52
Barros (1675)	84	15	99	84,84
XVIII				
Oliveira (1702)	35	278	313	11,18
Aires (1705)	84	36	120	70
Alorna (1750)	11	82	93	11,82
XIX				
Fronteira e Alorna (1802)	6	100	106	5,66
Branco (1826)	9	71	80	11,25
Ortigão (1836)	3	69	72	4,16

Quadro 10 - porcentagens de ocorrência de vírgula em comparação ao número total de sentenças com oração completiva, com e sem vírgula, em cada texto.

E comparando-se a porcentagem de ocorrências por século, os seguintes dados foram obtidos:

TEXTOS/SÉCULO	N° DE ORAÇÕES COMPLETIVAS VERBAIS COM VÍRGULA	N° TOTAL DE ORAÇÕES COMPLETIVAS	%
XVI	201	643	31,25
XVII	205	344	59,59
XVIII	130	526	24,71
XIX	18	258	6,97

Quadro 11 - porcentagens de ocorrência de vírgula em comparação ao número total de sentenças com oração completiva, com e sem vírgula por século.

Primeiramente, em termos quantitativos, é interessante apontar que, ao restringir o corpus a apenas sentenças em que a oração completiva é regida por um verbo declarativo, os valores parecem se organizar de forma mais homogênea, diferentemente do que se observa no quadro 1, especialmente no que diz respeito ao número de orações completivas sem vírgula em relação ao número de orações completivas com vírgula. Desse modo, é possível notar que há uma inversão entre os séculos XVI e XVII e os séculos XVIII e XIX. Isto é, com a exceção de um ou dois textos, nos dois primeiros períodos os números de casos com oração completiva verbal precedida de vírgula é sempre superior ou quase igual ao número de casos com oração completiva sem vírgula, enquanto que nos séculos XVIII e XIX os números de casos com oração completiva precedida de

vírgula é sempre bastante inferior ao número de casos sem vírgula. Tal resultado sugere que o emprego da vírgula nesse tipo de contexto passou a ser mais raro a partir do século XVIII. E tomando como base o quadro 6, também é possível separar os períodos em dois: no primeiro, XVI e XVII, os valores ficam entre 30% e 60%, mas no segundo, no século XVIII, há uma queda de mais de 50%, para 20% e 7%, que se mantém constante até fins do século XIX.

Além disso, como já mencionado anteriormente, ao olhar para as sentenças, especificamente, nota-se claramente que os padrões de construção nos quais a vírgula é usada são diferentes entre os autores dos séculos XVI e XVII e dos séculos XVIII e XIX. Como mostram os quadros abaixo, nos textos quinhentistas e seiscentistas, no geral, há uma predominância de ocorrências com o verbo contíguo à oração completiva e com um sujeito, um adjunto ou um complemento entre o verbo e a oração completiva. Já nos textos setecentistas e oitocentistas o que predomina, com a exceção de Aires (1705), são ocorrências com vocativos, orações parentéticas e orações relativas entre o verbo e a oração completiva, os quais devem necessariamente ser marcados ou limitados por sinal de pontuação - sejam vírgulas, hífen ou parênteses -, segundo a norma gramatical.

– Século XVI:

TEXTOS	SEM NADA	SUJEITO	VOCATIVO	ADJUNTO	COMPLEMENTO	ORAÇÃO PARENTÉTICA	ORAÇÃO RELATIVA	TOTAL
Gândavo (1502)	2	1	0	2	1	0	0	6
Mendes Pinto (1510)	24	5	0	14	5	4	2	54
Couto (1542)	40	4	1	9	17	1	0	72
Sousa (1556)	3	0	1	5	2	7	0	18
Galhegos (1597)	34	10	0	4	3	0	0	51

Quadro 12 - número de ocorrências de dados nos textos do século XVIII, de acordo com o tipo de elemento presente entre o verbo e a oração completiva

– Século XVII:

TEXTOS	SEM NADA	SUJEITO	VOCATIVO	ADJUNTO	COMPLEMENTO	ORAÇÃO PARENTÉTICA	ORAÇÃO RELATIVA	TOTAL
Vieira (1608)	29	31	0	12	5	7	0	84
Céu (1658)	16	9	0	3	7	0	2	37
Barros (1675)	38	10	0	15	17	3	1	84

Quadro 13 - número de ocorrências de dados nos textos do século XVIII, de acordo com o tipo de elemento presente entre o verbo e a oração completiva

– Século XVIII:

TEXTOS	SEM NADA	SUJEITO	VOCATIVO	ADJUNTO	COMPLEMENTO	ORAÇÃO PARENTÉTICA	ORAÇÃO RELATIVA	TOTAL
Oliveira (1702)	1	2	1	8	1	20	2	35
Aires (1705)	78	2	0	4	0	0	0	84
Alorna (1750)	1	2	0	1	4	3	0	11

Quadro 14 - número de ocorrências de dados nos textos do século XVIII, de acordo com o tipo de elemento presente entre o verbo e a oração completiva

– Século XIX:

TEXTOS	SEM NADA	SUJEITO	VOCATIVO	ADJUNTO	COMPLEMENTO	ORAÇÃO PARENTÉTICA	ORAÇÃO RELATIVA	TOTAL
Fronteira e Alorna (1802)	0	2	0	3	0	0	1	6
Branco (1826)	1	0	1	1	0	6	0	9
Ortigão (1836)	0	0	0	0	0	2	1	3

Quadro 15 - número de ocorrências de dados nos textos do século XVIII, de acordo com o tipo de elemento presente entre o verbo e a oração completiva

4.4.3. SENTENÇAS COM VÍRGULA ANTES DE ORAÇÃO SUBORDINADA COMPLETIVA OU INTEGRANTE SELECIONADA POR NOME

Com relação às ocorrências em que a vírgula aparece somente antes de orações completivas regidas por nomes derivados de verbos declarativos, os seguintes dados foram obtidos após as novas buscas:

TEXTOS/ANO	N° DE ORAÇÕES COMPLETIVAS NOMINAIS COM VÍRGULA	N° DE ORAÇÕES COMPLETIVAS SEM VÍRGULA	N° TOTAL DE ORAÇÕES COMPLETIVAS	%
XVI				
Gândavo (1502)	0	32	32	0
Pinto (1510)	1	136	137	0,72
Couto (1542)	7	38	45	15,55
Sousa (1556)	0	172	172	0
Galhegos (1597)	3	64	67	4,47

XVII				
Vieira (1608)	1	74	75	1,33
Céu (1658)	1	50	51	1,96
Barros (1675)	3	15	18	16,66
XVIII				
Oliveira (1702)	0	278	278	0
Aires (1705)	1	36	37	2,70
Alorna (1750)	0	82	82	0
XIX				
Fronteira e Alorna (1802)	0	100	100	0
Branco (1826)	0	71	71	0
Ortigão (1836)	0	69	69	0

Quadro 16 - porcentagens de ocorrência de vírgula em comparação ao número total de sentenças com oração completiva, com e sem vírgula, em cada texto.

E comparando-se a porcentagem de ocorrências por século, os seguintes dados foram obtidos:

TEXTOS/SÉCULO	N° DE ORAÇÕES COMPLETIVAS NOMINAIS COM VÍRGULA	N° TOTAL DE ORAÇÕES COMPLETIVAS	%
XVI	11	453	2,42
XVII	5	144	3,47
XVIII	1	397	0,25
XIX	0	240	0

Quadro 17 - porcentagens de ocorrência de vírgula em comparação ao número total de sentenças com oração completiva, com e sem vírgula, em cada texto.

Quantitativamente, assim como com as orações completivas verbais, o que se continua a observar nesses novos resultados é que, embora haja 2,70% de ocorrências no texto de Aires (1705), do século XVIII em diante, o uso de vírgula antes de oração completiva nominal passa a ser nulo nos textos analisados. Ou seja, principalmente ao se olhar para o quadro 8, com as porcentagens por século, novamente é possível visualizar os dados em dois blocos: nos séculos XVI e XVII os valores são bastante próximos, de 2,42% e 3,47%, respectivamente. Porém, no século XVIII o valor despensa para 0,25%, chegando a 0% no século XIX, o que sugere mais uma vez que no século XVIII haveria ocorrido a mudança no modo de empregar a vírgula em contextos antes de oração completiva, se aproximando do que se observa na gramática do português moderno.

5. DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo será apresentada a análise qualitativa dos dados, dividida em quatro seções. Na primeira, tendo em vista a nova análise dos dados e a idéia de que a vírgula tinha, até o início do século XVIII, uma função a mais: de delimitar e introduzir um discurso relatado no texto escrito, serão apresentadas algumas noções sobre a teoria do discurso relatado, os tipos de discurso, direto e indireto, e os verbos introdutores de discurso relatado.

Na segunda, serão descritos os dados nos quais não há uma vírgula entre a oração completiva e o verbo regente para, então, na terceira parte, ser feita uma comparação entre os dados com vírgula antes da oração completiva e os dados sem vírgula antes da oração completiva, a fim de se tentar compreender o que motivaria o uso ou não de pontuação nesse contexto na escrita da época.

Na quarta e última parte será discutida a relação da natureza dos dados encontrados nos textos com as regras e definições propostas nas gramáticas antigas do mesmo período, especialmente no que concerne à mudança no discurso e nas regras das gramáticas com a mudança observada na colocação da vírgula.

5.1. SOBRE O DISCURSO RELATADO

Pensando na relação entre o emprego da vírgula para delimitar um discurso direto ou indireto do verbo ou nome que o introduz, se faz importante aqui trazer com mais detalhes algumas considerações sobre a teoria do discurso relatado. Desse modo, nesta seção, dividida em duas partes, serão discutidos os tipos de relato, direto e indireto, e os verbos chamados introdutores de discurso relatado.

5.1.1. TIPOS DE DISCURSO - DIRETO E INDIRETO

Citar as palavras, sejam elas dele mesmo ou de outra pessoa, é algo que todo falante pode fazer, direta ou indiretamente, com mais ou menos sutileza. Os modos mais comuns de se relatar o discurso são através do discurso direto e do discurso indireto, porém, pode-se considerar também desde meras referências a um acontecimento enunciativo até citações literais. Aqui, levando-se em conta os tipos de ocorrências encontrados nos textos analisados, serão descritos apenas os discursos direto e indireto.

Ainda que a gramática tradicional e diversos trabalhos em Linguística afirmem que o discurso indireto deriva do discurso direto por aplicação de regras morfossintáticas, tal concepção não

parece muito exata, uma vez que existem algumas construções de discurso direto que não podem ser transpostas em forma de discurso indireto - como no exemplo abaixo -, o que mostra que, apesar de ambos representarem formas de citação das palavras de alguém, constituem sistemas distintos e, portanto, possuem propriedades distintas. (cf. Duarte, 1999)

- Joana riu alto: “Que novidade!”
- * Joana riu alto que que novidade!

É claro que nas duas formas o enunciado citado é complemento do verbo que introduz o relato, porém, no discurso indireto somente alguns tipos de verbos e de construções podem ocorrer na subordinação, como se verá mais adiante.

O discurso direto, devido à sua estrutura, é uma forma mais heterogênea de relato que o discurso indireto. Ele se organiza com uma expressão introdutora de um relator e a citação da fala do locutor citado intermediado por uma “barreira gráfica”, marcada por vários sinais como aspas, travessão, itálicos, entre outros. A expressão introdutora pode ser apresentada como uma oração separada ou uma oração interpolada, respectivamente:

- “João da Lage, o amo, assomou, à porta da corte, e bradou:
 - Perdeste alguma rês?”
- “Principiavam elas por a sua equipagem, que era uma carruagem com todos os cômodos possíveis, tendo dentro uma cantina com todos os objetos de cozinha e de serviço de mesa, e uma guarda-roupa com fato para toda a estação, porque, **dizia ele**, muitas vezes há frio em o verão e calor em o inverno, uma cabeleira de corte, um espadim e uma casaca de corte”

Como é possível observar nos exemplos acima, nesse tipo de discurso a pessoa gramatical, o tempo verbal e os dísticos se referem ao locutor citado e ao momento da enunciação. No entanto, o discurso direto não é tão fiel ao relato original como pode parecer. Isto é, a pessoa que relata não se limita simplesmente a reproduzir a fala do outro, ela o faz o mais próximo possível, mas nunca com as mesmas palavras. Segundo Reyes (1984), é uma consequência natural das limitações da memória ou da intenção do locutor para ser mais persuasivo ou claro. (apud. Duarte, 1999)

O discurso indireto, por sua vez, é mais homogêneo que o discurso direto, pois a sua estrutura é mais restrita, contendo um verbo do tipo *dicendi* ou de pensamento e uma conjunção subordinativa (ou complementizador) que introduz uma oração completiva, que representa o enunciado relatado. Por essa razão, nesse tipo de discurso, o verbo do enunciado relatado é

consecutio temporum, se refere ao tempo do momento da enunciação, mas o sistema pessoal e verbal e os dêiticos se referem ao relator, não mais ao locutor citado. No exemplo dado abaixo essa distinção fica bastante clara:

- e dizem algumas pessoas, que parira uma filha

Na sentença acima, o verbo da oração completiva “parira” está no passado e segue o tempo em que a ação relatada ocorreu, mas a pessoa, nesse caso “algumas pessoas”, e o verbo da oração matriz “dizem” são apresentados do ponto de vista do relator e seguem o tempo do relato e não da ação propriamente dita. Da mesma forma, dêiticos, como “amanhã”, “anteontem”, “no dia seguinte”, quando utilizados, não funcionam da mesma forma como no discurso direto, eles são anafóricos e marcam o tempo do relato e não da ação. (cf. Duarte, 1999)

Além disso, outra diferença entre o discurso direto e o discurso indireto, decorrente das propriedades mencionadas, é que o direto, sendo um relato do ponto de vista da própria pessoa que participa da ação relatada, leva a uma interpretação *de dicto*. Ou seja, como se nota no exemplo (1), o enunciado “Perdeste alguma rês?” apresentado é próximo do que de fato João da Lage teria dito. Já no discurso indireto a interpretação é *de re* e se apresenta como uma reformulação ou paráfrase do que a pessoa teria dito e não as suas palavras reais.

5.1.2. VERBOS INTRODUTORES DE DISCURSO RELATADO

Os verbos introdutores de discurso relatado ocupam uma posição de grande relevância nos estudos sobre discurso relatado, pois eles, juntamente com os seus complementos, caracterizam a “voz” que introduz e auxilia na composição textual/discursiva, marcando o modo como o discurso e a interação verbal entre os falantes ocorrem. Esses verbos, desse modo, fazem a integração sintática do discurso relatado no interior do discurso que o relata e dão indícios sobre o tipo de ato representado. (cf. Duarte, 2001)

Sobre a classificação dos verbos, não há um consenso na literatura. Existem diferentes estudos que os separam segundo critérios sintáticos ou semântico-pragmáticos. Há outros que analisam pelas relações entre os verbos e os modos de relatar ou pela posição dos verbos no relato, se está no início, no meio ou no final da sentença. E existem também outros que separam os verbos em neutros (como, por exemplo, “dizer”) e pressuposicionais, que sugerem a atitude do locutor sobre o enunciado dito (como, por exemplo, “replicar”, que pressupõe a intervenção de outro locutor, distinto do que fala). Segundo Duarte (1999, 2001), os critérios semântico-pragmáticos parecem ser os que melhor classificam e descrevem os verbos introdutores de discurso relatado,

uma vez que tais verbos permitem verbalizar o que o locutor percebe da situação enunciativa, do próprio enunciado e da relação entre o locutor e o seu ouvinte na interação e do grau de interação entre os mesmos (alguns verbos como, por exemplo, “mencionar”, têm uma interatividade menor que outros como “interromper”).

Dentre o conjunto dos verbos introdutórios, além dos verbos *dicendi* (“dizer”, “afirmar” etc.), que exprimem mais especificamente o ato de comunicar, existem também outros tipos, que relatam opinião (“crer”, “achar”, “julgar” etc.), consciência (“pensar”, “imaginar” etc.), sentimento (“lamentar”, “desabafar” etc.), os que não são verbos de comunicação no seu sentido estrito, mas que assumem tal valor em contextos de interlocução, como “começar”, “continuar”, “acrescentar”, “refutar”, “parecer” etc., e outros como “mugir”, “gorjear”, que indicam um enunciado dito e, ao mesmo tempo, o modaliza acrescentando valores conotativos a ele. E, com algumas exceções, a maior parte dos verbos pode ocorrer em qualquer tipo de discurso, seja direto, indireto ou indireto livre.

Quanto à posição desses verbos no discurso relatado, o que se observa é que no discurso indireto o verbo deve estar, necessariamente, na oração matriz, antes da oração completiva, introduzindo, literalmente, o enunciado relatado. No discurso direto e no discurso indireto livre o mesmo não ocorre e o posicionamento do verbo é mais flexível, podendo estar presente antes, no meio ou depois do complemento, ou enunciado relatado.

5.1.3. PONTUAÇÃO NO DISCURSO RELATADO NO HÚNGARO

Nesta parte será apresentado um estudo sobre o emprego da vírgula na representação do discurso relatado no húngaro, especificamente, no qual, historicamente, se observa que a vírgula se comportava de modo semelhante ao encontrado nos dados do português aqui analisados, mas evoluiu diferentemente no húngaro moderno.

Sobre o discurso relatado no húngaro antigo, Adrienne Dömötör, no seu estudo intitulado *Tendencies in the development of Late Old Hungarian and Early Modern Hungarian main clauses of reported speech* (2001), coletou textos do húngaro antigo, da segunda metade do século XV até o começo do século XVI, e do começo do húngaro moderno, do século XVI, e analisou os tipos de orações matrizes e suas posições nas sentenças de discurso direto e discurso indireto e a pontuação e as expressões fóricas, que também servem para marcar o relato.

A autora afirma que a maior parte dos tipos de sentenças complexas no húngaro surgiu no período antigo, entre elas, as orações subordinadas completivas que, na escrita, comumente constituem o

discurso indireto e que o complementizador “hogy” (“que”) também teria se originado em meados do húngaro antigo. Esses fatos parecem mostrar que os recursos para indicar a representação de relatos ou citações na escrita eram ainda bastante escassos no período antigo, não sendo utilizada nenhuma marca especial de formatação textual, como parágrafo e espaçamento. Por essa razão, no que diz respeito à pontuação, Dömötör diz que o uso era bastante instável e variável e que, por vezes não se encontra nenhum sinal para introduzir a citação, outras vezes há uma vírgula ou um ponto final, e os enunciados relatados podem se iniciar com letra minúscula ou maiúscula. Do mesmo modo que no português, o emprego ou não de um sinal é, aparentemente, arbitrário e não exatamente relacionado a nenhum tipo de verbo, expressão ou ordem. Além disso, nos discursos diretos, os sinais mais comuns são o ponto final e a vírgula - o uso do travessão e das aspas foi incorporado mais tardiamente e os dois pontos ainda aparecem em alguns poucos casos - e nos discursos indiretos o mais comum é a vírgula.

Com isso, é interessante observar que o uso da pontuação em discursos relatados no húngaro, no período do século XVI, se comporta de forma semelhante ao observado na análise dos dados do português da mesma época. Entretanto, é importante apontar que posteriormente, no húngaro moderno, ocorreu o oposto do português europeu moderno. Isto é, enquanto no português a vírgula perdeu a função de introduzir relatos e citações, no húngaro, tal função passou a ser regra nas gramáticas.

Ainda a respeito do húngaro moderno, apesar de não tratar especificamente sobre a pontuação no discurso relatado, Ferenc Kiefer, em seu artigo intitulado *Some semantic aspects of indirect speech in Hungarian* (1986), apresenta diversos exemplos que evidenciam que no húngaro moderno o uso da vírgula em construções de discurso indireto se tornou obrigatório, diferentemente do português moderno, mas, em discurso direto, as línguas se assemelham: a vírgula caiu em desuso e o travessão, os dois pontos e as aspas são os mais utilizados. Como se pode observar nos exemplos abaixo, no discurso direto se utiliza os dois pontos ou o travessão para introduzir o relato, como em (5) e (6), e no discurso indireto se utiliza a vírgula antes do complementizador “hogy” para delimitar o verbo da oração completiva, que constitui o enunciado relatado, como em (7) e (8).

- (4) “Péter ezt mondta: János elmegy.”
 (“Peter disse isso: John está saindo.”)
- (5) “– Úgy hozzata - mondta Eszti.”
 (“– Ele pediu isso (= o bolo) para mim - disse Eszti.”)
- (6) “Péter írta, hogy Anna beteg.”
 (“Peter escreveu, que Anna está doente.”)

- (7) “Péter sajnálja, hogy Anna elment.”
 (“Peter lamenta, que Anna foi embora.”)

5.2. SENTENÇAS SEM VÍRGULA ANTES DE ORAÇÃO SUBORDINADA COMPLETIVA OU INTEGRANTE SELECIONADA POR VERBO

Como já mencionado anteriormente, no capítulo 3, foi feito um levantamento de todos os dados sem vírgula nos quais os verbos regentes fossem somente do tipo discursivo - listados na seção 3.4.1. O propósito de tal restrição foi a possibilidade de se comparar os dois tipos de dados e tentar compreender com mais clareza o que motivaria, na escrita da época, o uso ou não de vírgula antes de oração completiva, mais especificamente, para introduzir um relato.

Desse modo, nesta seção serão descritos os dados sem vírgula para, então, na seção seguinte, passar à comparação entre os dados com e sem vírgula.

Primeiramente, assim como nos dados com vírgula, foram encontradas construções com e sem algum elemento interpolado entre o verbo e a oração completiva, classificadas em oito tipos:

- Quando um verbo ou um nome está contíguo à oração completiva (Ex.: “Outros **diziam** *que era o Patemarcaa, com as cem fustas do samorim rei de Calicute*”)
- Quando um sujeito está entre o verbo e a oração completiva (Ex.: Pois se Christo diz que o Baptista era Elias, como **diz o mesmo Baptista** *que não era Elias?*”)
- Quando um complemento está entre o verbo e a oração completiva (Ex.: “mas nem os discípulos tiveram bastante eloquência para **persuadir ao Mestre** *sáisse aa campanha, nem ele valor para aceitar o duelo.*”)
- Quando um adjunto está entre o verbo e a oração completiva (Ex.: “E assi, **protesto diante de Vossa Paternidade e de todos estes padres** *que nisto seguirei o de que sou notado entre eles, de ser com demasia arrimado a meu parecer, que em nenhum tempo mudarei o estilo de vida que atégora segue nela aprendi;*”)
- Quando um vocativo está entre o verbo e a oração completiva (Ex.: “Porque vos **afirmo senhor capitão** *que desde que me entendi até agora, nenhuma outra coisa tenho visto, nem ouvido, senão que quanto os desaventurados como meu marido e eu mais fazem por vós os portugueses, tanto menos fazeis por eles,*”)

- Quando uma oração parentética está entre o verbo e a oração completiva (Ex.: “Deus guarde a Vossa Senhoria de andar no estado em que se acham quase todos os seus contrários, porque o entendimento, a lei e a religião nos **dizem e nos obrigam a crer que é muito pior.**”)
- Quando uma oração comparativa está entre o verbo e a oração completiva (Ex.: “Se Vossa Mercê visse como as deidades gordas, macilentas, velhas e fracas tomaram o remoque, havia de **julgar como eu julguei que quem se queima alhos come.**”)

Também foram encontrados alguns casos em que há mais de um elemento interpolado, como, por exemplo, um complemento e um adjunto em “Mas o pai como corrido e afrontado de não haver ainda neste caso tomado vingança, **pediu a todos com eficácia que se o amavam dissimulassem a perda de seu filho, e que por nenhuma via o quisassem chorar.**”

Além disso, também foi feita a quantificação dos dados conforme o tipo de elemento presente entre o verbo e a oração completiva e os seguintes resultados foram obtidos:

– Século XVI:

TEXTOS	SEM NADA	SUJEITO	VOCATIVO	ADJUNTO	COMPLEMENTO	ORAÇÃO PARENTÉTICA	ORAÇÃO COMPARATIVA	TOTAL
Gândavo (1502)	25	1	0	2	4	0	0	32
Mendes Pinto (1510)	90	8	2	16	20	0	0	136
Couto (1542)	25	3	0	2	8	0	0	38
Sousa (1556)	109	21	0	11	31	0	0	172
Galhegos (1597)	45	5	0	4	10	0	0	64

Quadro 18 - número de ocorrências de dados nos textos do século XVIII, de acordo com o tipo de elemento presente entre o verbo e a oração completiva

– Século XVII:

TEXTOS	SEM NADA	SUJEITO	VOCATIVO	ADJUNTO	COMPLEMENTO	ORAÇÃO PARENTÉTICA	ORAÇÃO COMPARATIVA	TOTAL
Vieira (1608)	58	12	0	1	3	0	0	74
Céu (1658)	31	5	0	2	11	0	1	50
Barros (1675)	10	3	0	1	1	0	0	15

Quadro 19 - número de ocorrências de dados nos textos do século XVIII, de acordo com o tipo de elemento presente entre o verbo e a oração completiva

– Século XVIII:

TEXTOS	SEM NADA	SUJEITO	VOCATIVO	ADJUNTO	COMPLEMENTO	ORAÇÃO PARENTÉTICA	ORAÇÃO COMPARATIVA	TOTAL
Oliveira (1702)	155	20	2	38	62	2	1	278
Aires (1705)	33	2	0	0	1	0	0	36
Alorna (1750)	46	7	0	9	20	0	0	82

Quadro 20 - número de ocorrências de dados nos textos do século XVIII, de acordo com o tipo de elemento presente entre o verbo e a oração completiva

– Século XIX:

TEXTOS	SEM NADA	SUJEITO	VOCATIVO	ADJUNTO	COMPLEMENTO	ORAÇÃO PARENTÉTICA	ORAÇÃO COMPARATIVA	TOTAL
Fronteira e Alorna (1802)	60	7	0	6	27	0	0	100
Branco (1826)	43	5	0	4	19	0	0	71
Ortigão (1836)	46	2	0	2	19	0	0	69

Quadro 21 - número de ocorrências de dados nos textos do século XVIII, de acordo com o tipo de elemento presente entre o verbo e a oração completiva

Nesses dados se observou que, embora sejam elementos que devem obrigatoriamente ser isolados por pontuação segundo as gramáticas, nos textos de Mendes Pinto (1510) e Oliveira (1702), aparecem algumas ocorrências com um vocativo ou uma oração parentética entre o verbo e a oração completiva.

Além disso, chama a atenção o fato de que em todos os textos o número de ocorrências sem nenhum elemento interpolado entre o verbo e a oração completiva é muito superior às demais que têm algum elemento interpolado. Como será discutido com mais detalhes na seção seguinte, nos dados com vírgula, se notou exatamente o oposto, o que leva a crer que a presença de um elemento, independentemente da sua natureza, favorece o emprego da vírgula para isolá-lo da oração completiva e marcar a sua relação com o verbo ou algo que venha antes.

Já com relação à estrutura dos dados, foram encontradas, nos textos *A vida de Frei Bertolamenu do Mártires*, de Luis de Sousa (1556), *Sermões*, de Antônio Vieira (1608), *Cartas*, de Marquesa de Alorna (1750), *Memórias do Marquês da Fronteira e d'Alorna*, de Marquês de Fronteira e Alorna (1802) e *Maria Moisés*, de Camilo Castelo Branco (1826), algumas ocorrências que, embora sejam relativamente poucas, apresentam um tipo de construção interessante para a análise.

Nos exemplos abaixo

- “e afirmava se que, no que tocava a sua pessoa e casa, lha tinha de secreto sojeita”
- Só por esta ultima razão (quando não houvera outras) aconselhára eu a Acab que, nas circunstancias presentes, fizesse a guerra,
- antes lhe lembrava que instasse a Deus Nosso Senhor com apertadas orações que, pois lhe livrara o pé da queda, lho livrasse também da Braga com que o mundo o ameaçava, que a tinha por pior género de queda e por maior perigo.
- e sobre eles foi mandado ouvir o bem conhecido Desembargador de o Paço, Castello, o qual respondeu ‘que, por a extravação, eram eles mais obra de poeta de o que de conspiradores’.
- respondeu que, apenas dera pela falta do berço, caíra como morta,
- e creia Vossa Excelência que, quando me lembra o que remeto e o que Vossa Excelência necessita, se põe na maior prova a minha sensibilidade.

as expressões sublinhadas, uma oração adverbial ou um adjunto adverbial, vêm isoladas por duas vírgulas entre o complementizador *que* e a oração subordinada. É interessante apontar sobre esses dados que, havendo apenas três casos nos dados com vírgula antes de oração completiva em todos os textos, parece certo afirmar que a presença de uma oração adverbial ou um adjunto entre vírgulas após o complementizador *que* não favorece a colocação de vírgula antes da oração completiva. Como será discutido mais detalhadamente na seção seguinte, a vírgula seria bloqueada nesse caso devido mais a uma questão prosódica e não tanto sintática, sendo desagradável a marcação de duas pausas seguidas, antes e depois do complementizador *que*.

Ademais, é importante mencionar também a ocorrência de diversas construções, exemplificadas abaixo, nas quais o verbo regente é precedido por uma vírgula porque ou é precedido por um adjunto, uma oração relativa, uma oração adverbial ou uma oração gerundiva entre vírgulas, ou está contido em uma oração relativa, uma oração adverbial, uma oração gerundiva ou uma oração coordenada entre vírgulas.

- e, sem crer em pressentimentos, confesso que logo me lembrou o mano.
- O Cardeal de Estoureville em 1452, fazendo vários regimentos para a mesma Universidade por mandado de Carlos VII, ordenou que os Estudantes, e Bacharéis fossem examinados pela Metafísica, e Moral de Aristóteles.

- E o general Martim Afonso de Melo mandou aviso a Manoel da Silva Mascarenhas capitão-mor da Vila de Mourão, advertindo-lhe que era necessário colher um castelhano, para saber dele o número da gente, e o lugar, a donde havia de ser o assalto:
- Toma por fundamento aquella propheta de São Paulo, em que diz que a Igreja ha-de crescer, segundo a medida da idade de Christo:

Por essa razão, assim como com os exemplos com um elemento posposto ao complementizador *que*, a colocação de vírgula antes da oração completiva seria bloqueada para evitar que o verbo ficasse entre duas pausas.

Tendo em vista essa descrição dos dados sem vírgula e a descrição dos dados com vírgula do capítulo anterior, na seção a seguir serão apresentadas a comparação entre os dois tipos de dados e as observações sobre quais seriam os motivos para a variação no uso ou não de vírgula antes de oração completiva.

5.3. COMPARAÇÃO ENTRE SENTENÇAS COM E SEM VÍRGULA ANTES DE ORAÇÃO COMPLETIVA

Levando-se em conta os dados acima e os apresentados no capítulo 3, em que há uma vírgula antes de oração completiva, pensou-se em dois fatores possíveis que motivariam o uso ou não de pontuação entre uma oração completiva e o verbo que a rege: a) o tipo de verbo regente, como *dizer* ou *responder*, que são classificados como declarativos ou *dicendi* e denotam explicitamente a enunciação de algo, por exemplo, poderia favorecer a colocação de pontuação para delimitar o verbo introdutório e o discurso relatado? e b) a presença de um elemento seguindo ou precedendo o verbo regente, como, por exemplo, uma outra vírgula ou uma oração relativa, bloquearia a colocação de vírgula antes da oração completiva?

5.3.1. TIPO DE VERBO REGENTE

Para se verificar a hipótese de que um ou mais tipos de verbos motivaria a colocação ou não de pontuação antes de oração completiva, foi realizado o levantamento de todos os verbos introdutores de discurso relatado e foram calculadas as porcentagens de ocorrência desses verbos em cada texto, tanto nos dados com vírgula como nos sem vírgula, para então se poder comparar os resultados e observar se a distribuição dos verbos é semelhante nos dois casos. Com isso, os seguintes resultados foram obtidos, conforme mostram os gráficos abaixo.

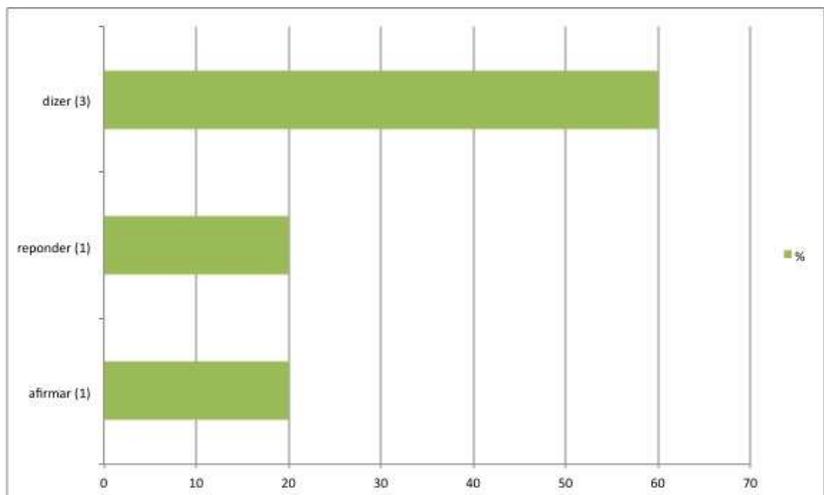


Figura 1A - tipos de verbos e porcentagens de ocorrência em sentenças com vírgula em Gândavo (1502)

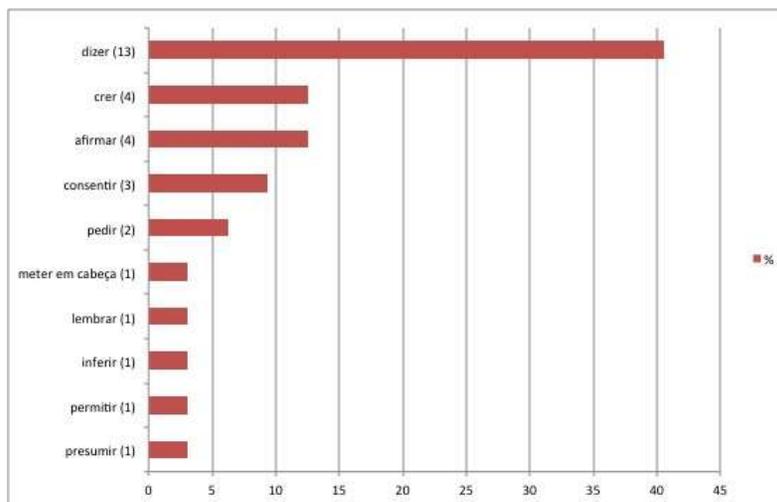


Figura 1B - tipos de verbos e porcentagens de ocorrência em sentenças sem vírgula em Gândavo (1502)

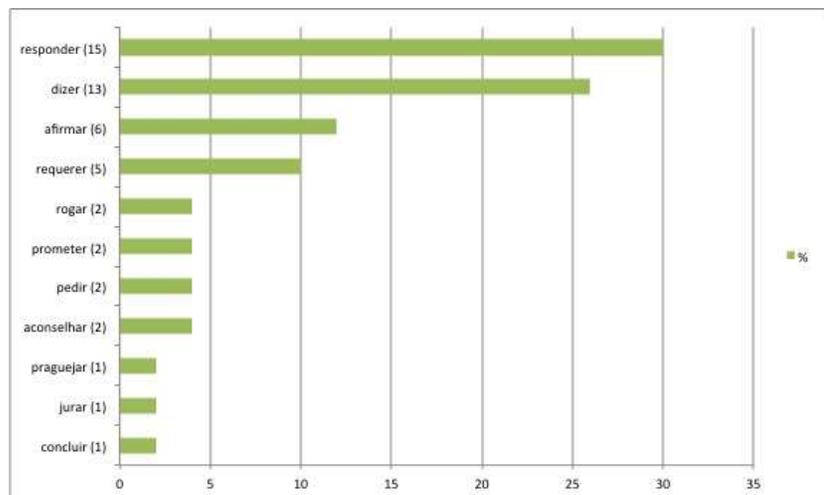


Figura 2A - tipos de verbos e porcentagens de ocorrência em sentenças com vírgula em Mendes Pinto (1510)

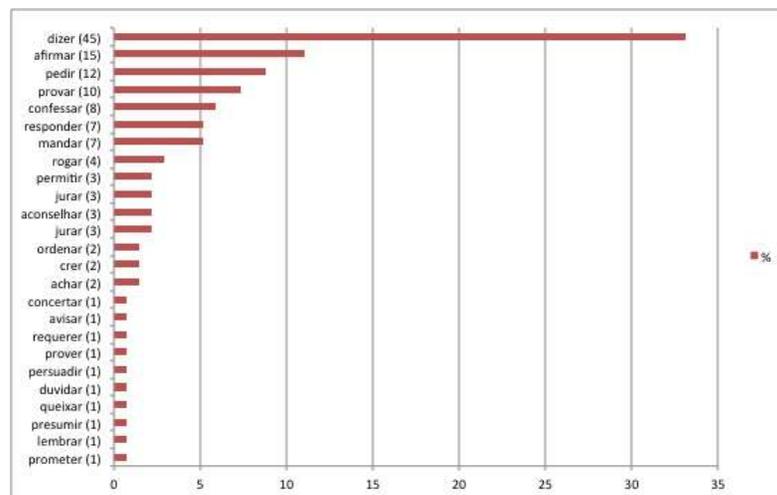


Figura 2B - tipos de verbos e porcentagens de ocorrência em sentenças sem vírgula em Mendes Pinto (1510)

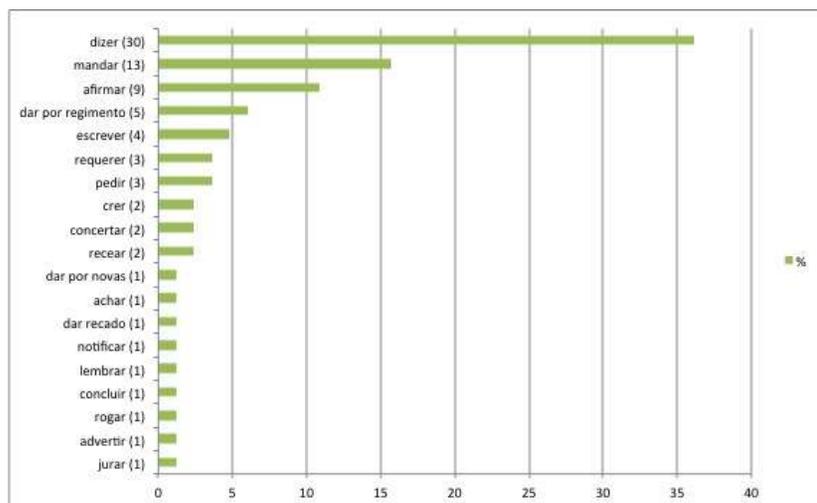


Figura 3A - tipos de verbos e porcentagens de ocorrência em sentenças com vírgula em Couto (1542)

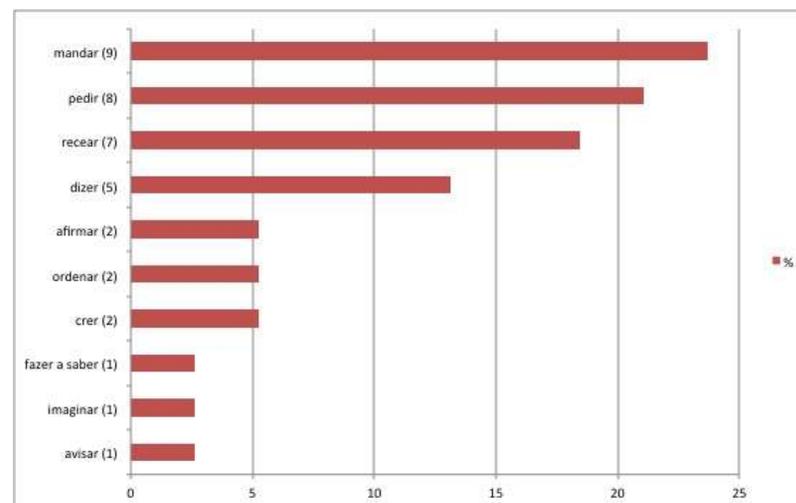


Figura 3B - tipos de verbos e porcentagens de ocorrência em sentenças sem vírgula em Couto (1542)

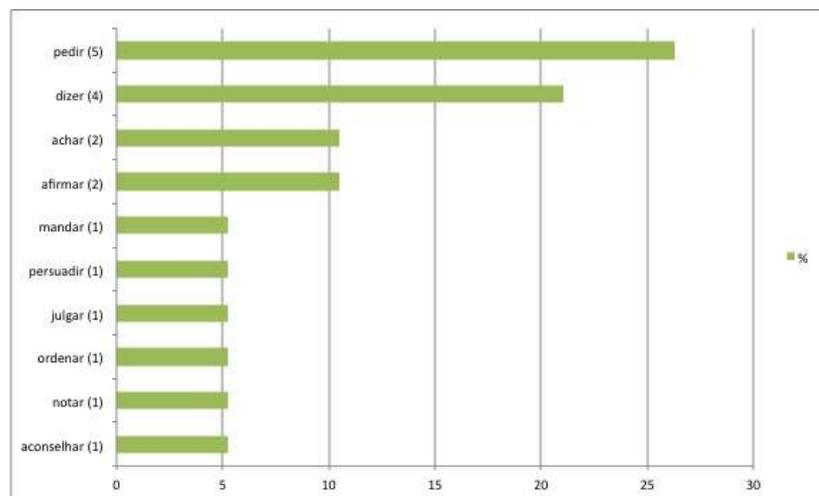


Figura 4A - tipos de verbos e porcentagens de ocorrência em sentenças com vírgula em Sousa (1556)

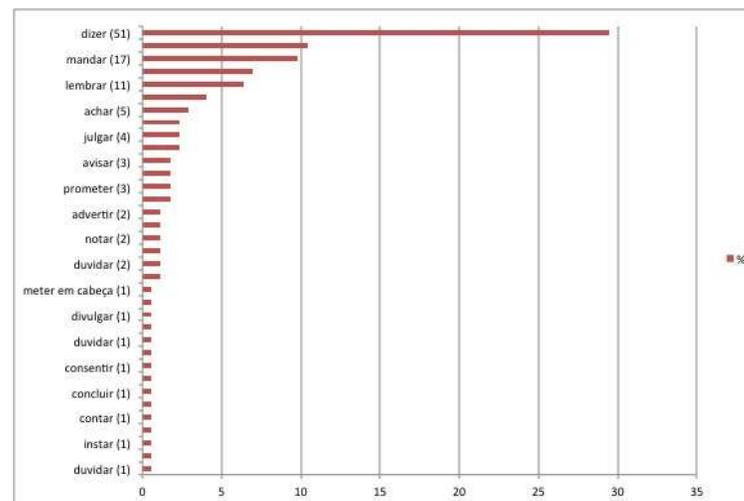


Figura 4B - tipos de verbos e porcentagens de ocorrência em sentenças sem vírgula em Sousa (1556)

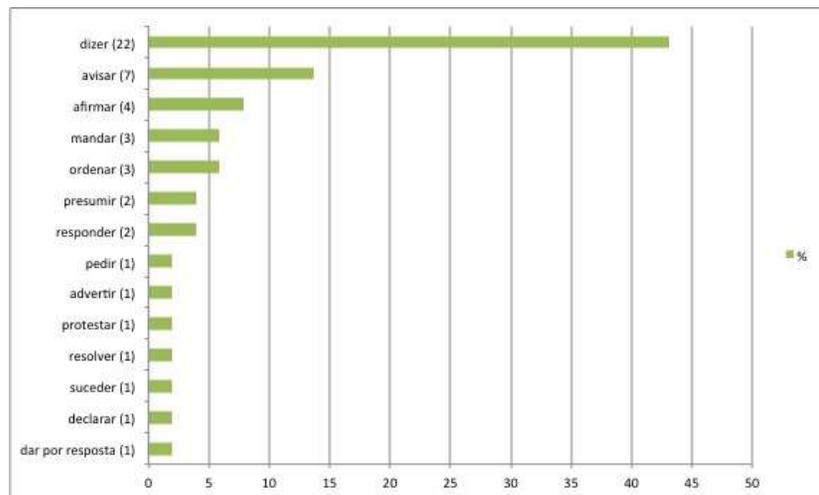


Figura 5A - tipos de verbos e porcentagens de ocorrência em sentenças com vírgula em Galhegos (1597)

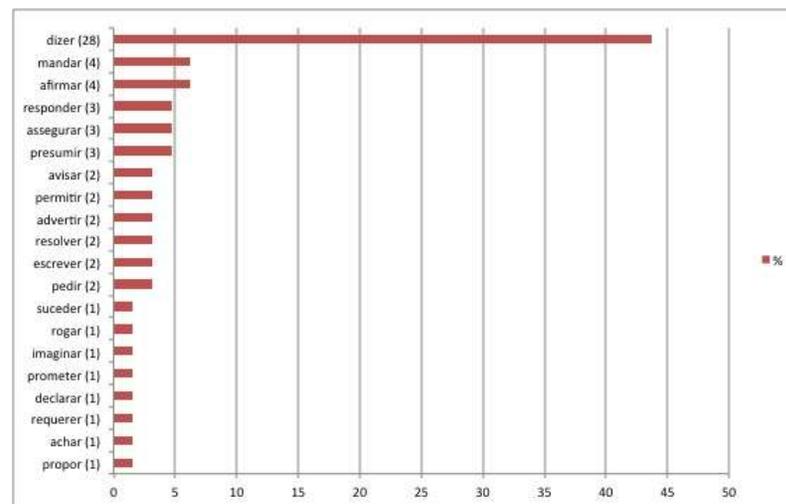


Figura 5B - tipos de verbos e porcentagens de ocorrência em sentenças sem vírgula em Galhegos (1597)

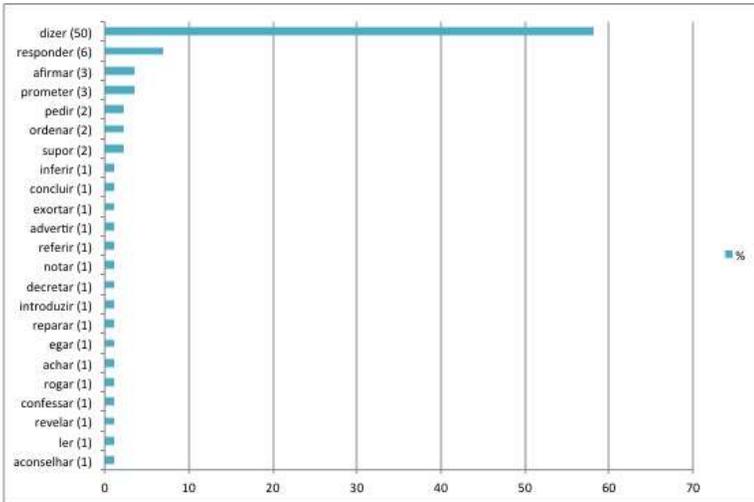


Figura 6A - tipos de verbos e porcentagens de ocorrência em sentenças com vírgula em Vieira (1608)

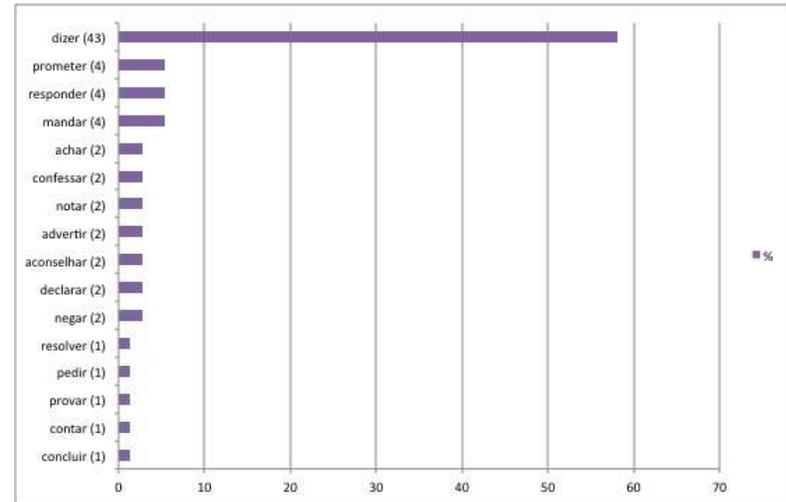


Figura 6B - tipos de verbos e porcentagens de ocorrência em sentenças sem vírgula em Vieira (1608)

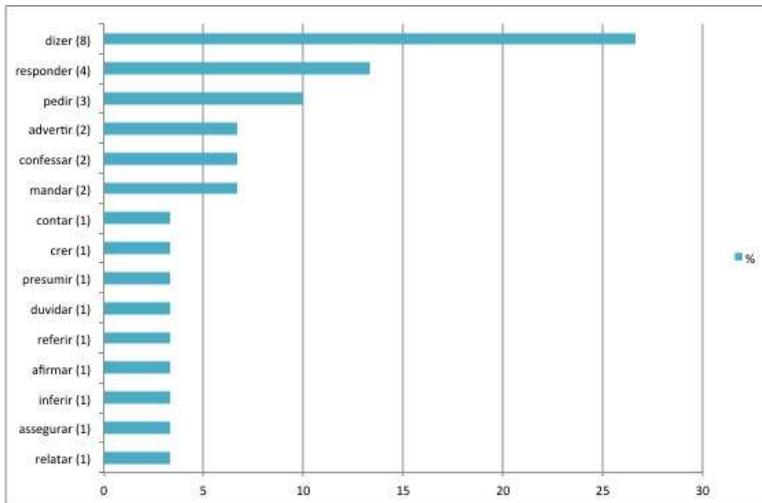


Figura 7A - tipos de verbos e porcentagens de ocorrência em sentenças com vírgula em Céu (1658)

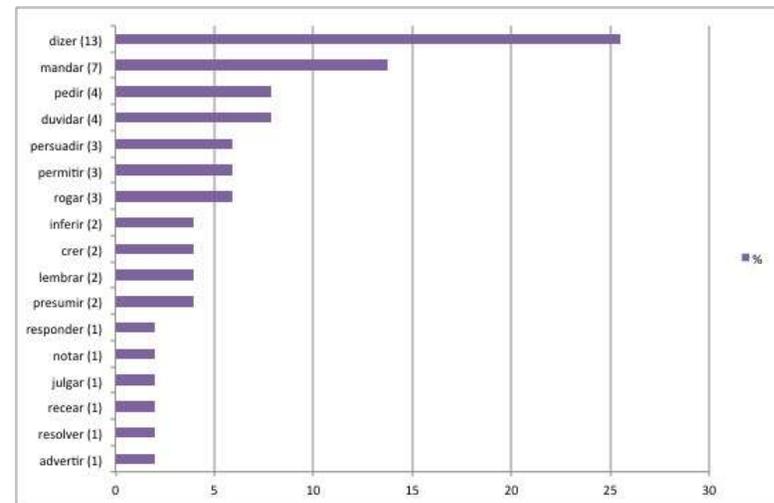


Figura 7B - tipos de verbos e porcentagens de ocorrência em sentenças sem vírgula em Céu (1658)

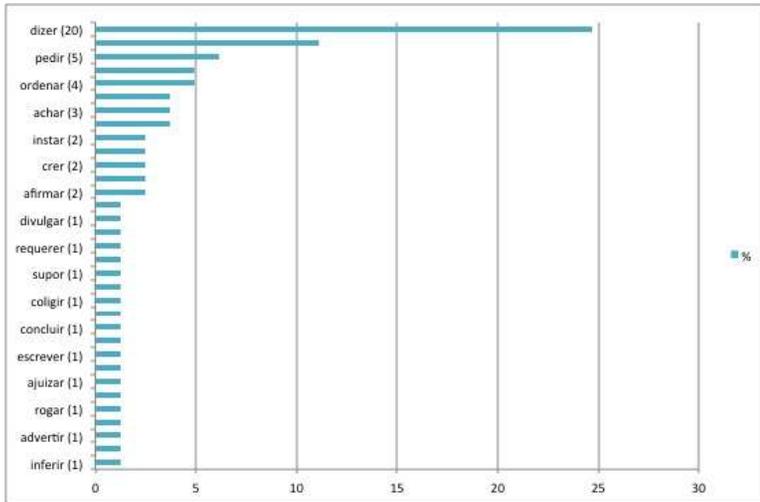


Figura 8A - tipos de verbos e porcentagens de ocorrência em sentenças com vírgula em Barros (1675)

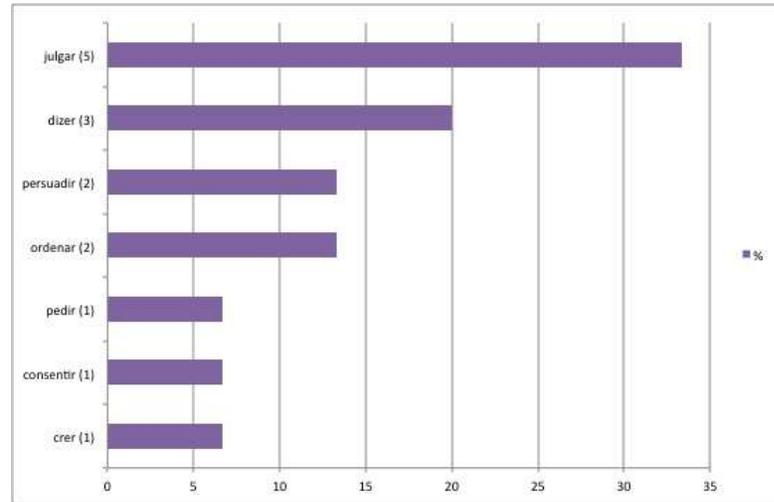


Figura 8B - tipos de verbos e porcentagens de ocorrência em sentenças sem vírgula em Barros (1675)

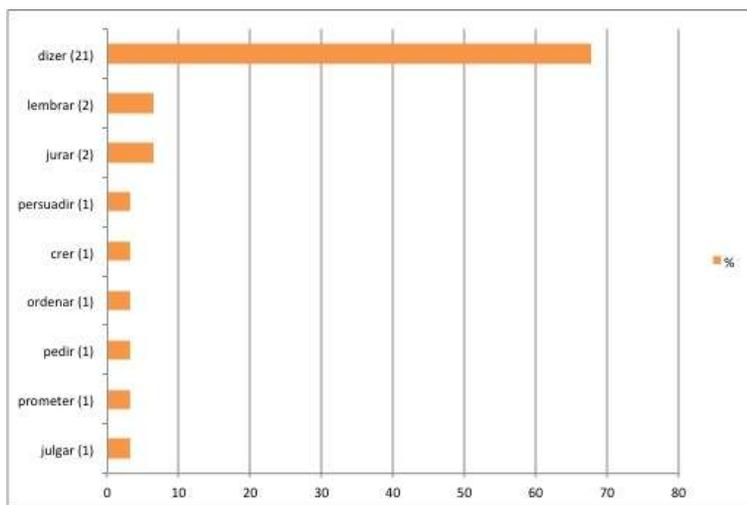


Figura 9A - tipos de verbos e porcentagens de ocorrência em sentenças com vírgula em Oliveira (1702)

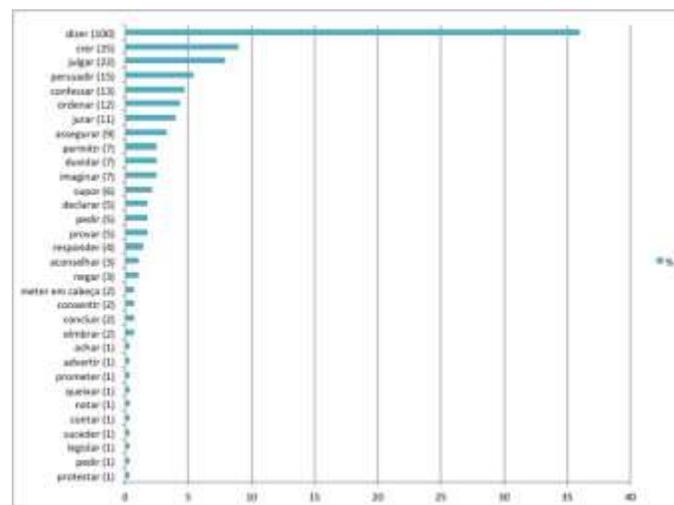


Figura 9B - tipos de verbos e porcentagens de ocorrência em sentenças sem vírgula em Oliveira (1702)

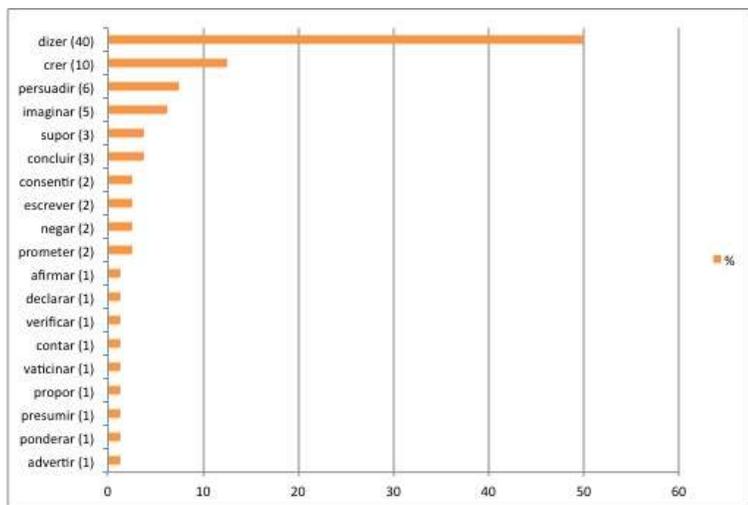


Figura 10A - tipos de verbos e porcentagens de ocorrência em sentenças com vírgula em Aires (1705)

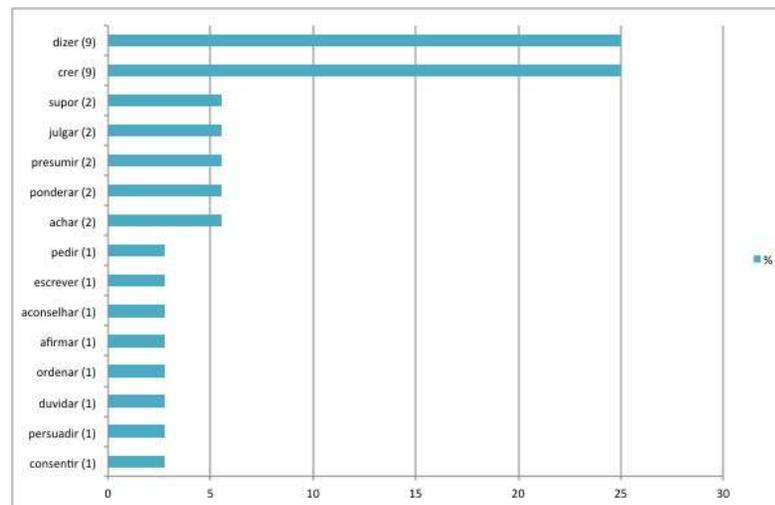


Figura 10B - tipos de verbos e porcentagens de ocorrência em sentenças sem vírgula em Aires (1705)

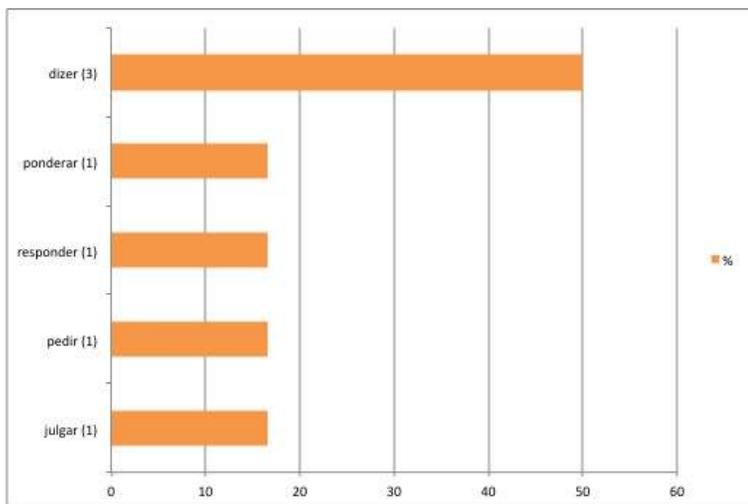


Figura 11A - tipos de verbos e porcentagens de ocorrência em sentenças com vírgula em Alorna (1750)

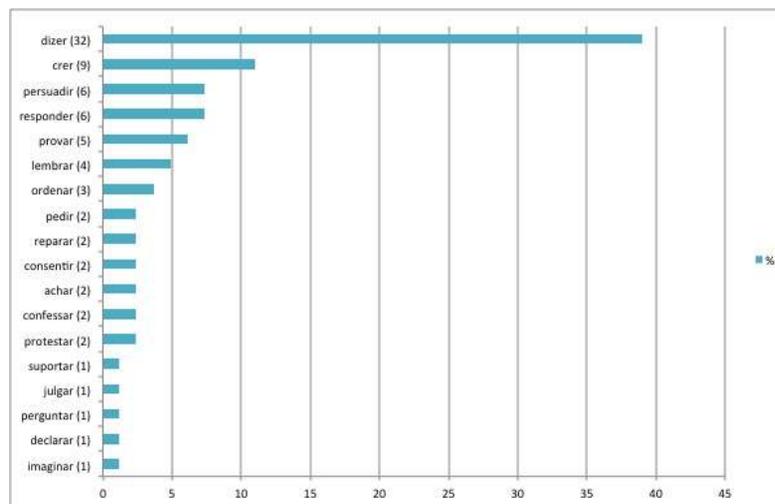


Figura 11B - tipos de verbos e porcentagens de ocorrência em sentenças sem vírgula em Alorna (1750)

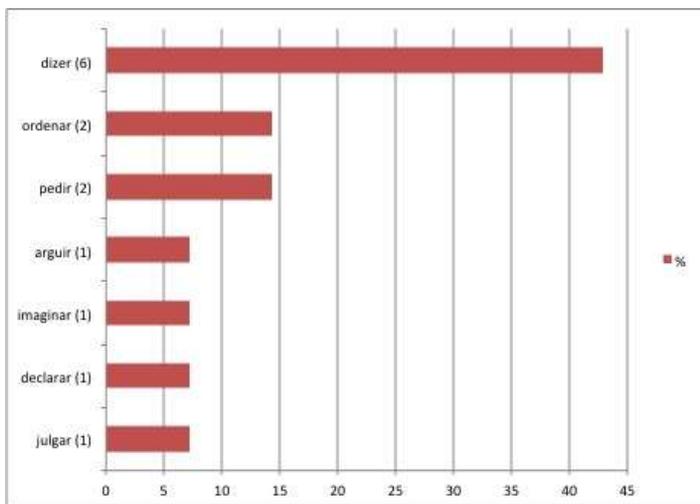


Figura 12A - tipos de verbos e porcentagens de ocorrência em sentenças com vírgula em Fronteira e Alorna (1802)

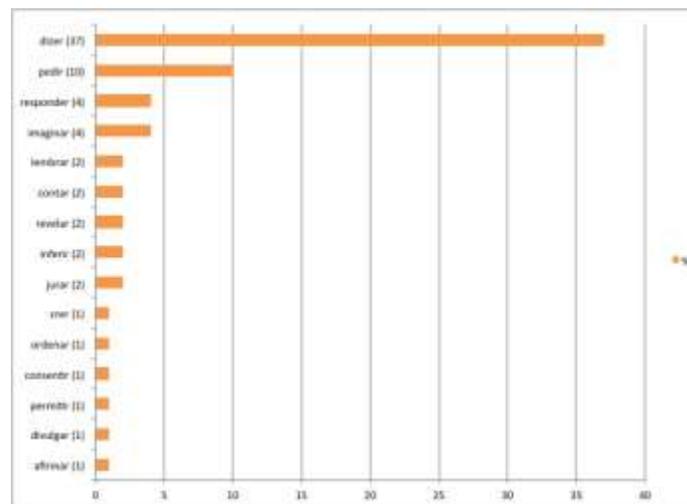


Figura 12B - tipos de verbos e porcentagens de ocorrência em sentenças sem vírgula em Fronteira e Alorna (1802)

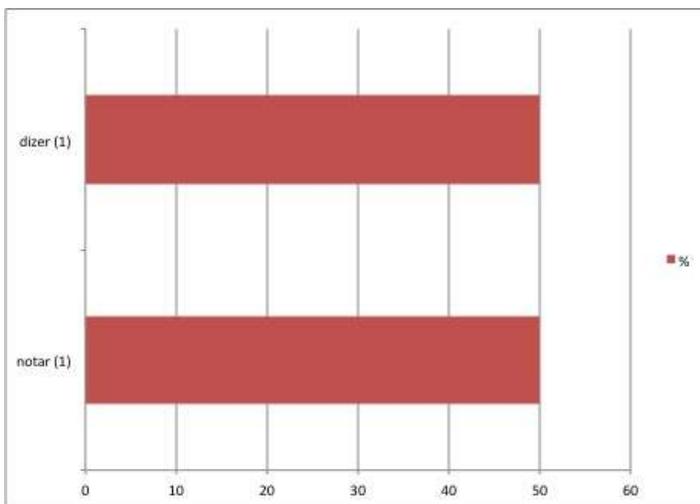


Figura 13A - tipos de verbos e porcentagens de ocorrência em sentenças com vírgula em Branco (1826)

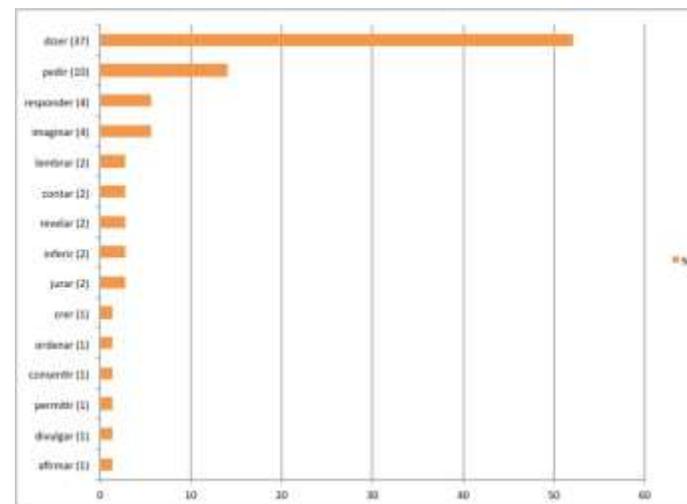


Figura 13B - tipos de verbos e porcentagens de ocorrência em sentenças sem vírgula em Branco (1826)

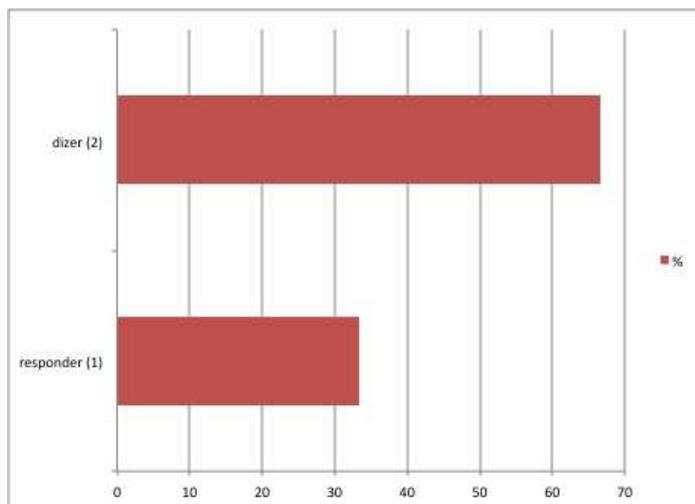


Figura 14A - tipos de verbos e porcentagens de ocorrência em sentenças com vírgula em Ortigão (1836)

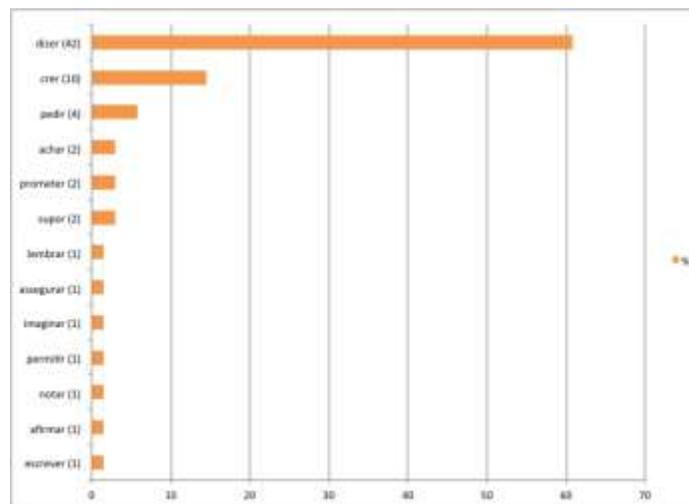


Figura 14B - tipos de verbos e porcentagens de ocorrência em sentenças sem vírgula em Ortigão (1836)

Como se pode notar nos gráficos, embora haja variação e, portanto, a distribuição não seja homogênea, as formas verbais mais recorrentes são sempre as mesmas - “dizer”, “crer”, “pedir”, “mandar”, “responder”, “afirmar”. Poderia se pensar que há uma ou mais categorias de verbos discursivos que favorecem a presença da vírgula, porém, esse não parece ser o caso, já que verbos como “declarar”, que é do tipo *dicendi*, assim como “dizer” e “afirmar”, não apresenta alta frequência em nenhum texto.

Além disso, é interessante observar que, com a exceção do texto de Aires (1705), nos textos do século XVIII em diante, os verbos nos dados com vírgula vão ficando mais restritos, tanto quantitativamente como qualitativamente. Isto é, nos dados dos textos do século XVI até meados do século XVIII, foram encontrados entre 30 a 80 verbos diferentes e, da segunda metade do século XVIII até fins do século XIX, foram encontrados entre 2 a 14 verbos diferentes. E as formas verbais passam a ser mais do tipo *dicendi*, como “dizer”, “responder”, “notar”, “declarar”. A diferença na distribuição dos verbos no texto de Aires parece se dar por uma questão estilística, uma vez que, como se verá mais adiante, o estilo de escrita dele fugia dos padrões de sua época e era mais semelhante ao estilo barroco, do século XVII.

5.3.2. PRESENÇA DE OUTRO ELEMENTO

A segunda hipótese para explicar a variação na colocação de vírgula entre uma oração completiva e o seu verbo regente é a de que poderia haver algum elemento precedendo ou seguindo o verbo, como, por exemplo, uma oração relativa ou uma vírgula, ou um elemento no qual o verbo estaria contido, como, por exemplo, uma oração gerundiva, que bloquearia a presença de uma vírgula posteriormente.

Primeiramente, ainda que não sejam categóricos, os dados quantitativos referentes aos dados sem nenhum elemento entre o verbo e a oração completiva e os que têm algum elemento entre o verbo e a oração completiva - um sujeito, um complemento, uma oração parentética etc. - parecem mostrar que, quando não há um elemento interpolado, a preferência é por não colocar uma vírgula antes da oração completiva. Isto é, a vírgula serviria para isolar a oração completiva do elemento antecedente e marcar que ele se relaciona com o verbo ou algo que vem antes. Os quadros abaixo, com as porcentagens de ocorrências de construções com e sem pontuação quando há ou não algum elemento, mostram a diferença:

- Sentenças com vírgula entre a oração completiva e o verbo regente

– Século XVI:

TEXTOS	SEM NADA	%	COM ALGUM ELEMENTO	%	TOTAL
Gândavo (1502)	2	33,33	4	66,66	6
Mendes Pinto (1510)	24	44,44	30	68,18	54
Couto (1542)	40	55,55	32	44,44	72
Sousa (1556)	3	16,66	15	83,33	18
Galhegos (1597)	34	66,66	17	33,33	51

Quadro 21 - porcentagens de dados com vírgula e com o verbo contíguo à oração completiva em comparação às de dados com vírgula e com algum elemento interpolado, nos textos do século XVI

– Século XVII:

TEXTOS	SEM NADA	%	COM ALGUM ELEMENTO	%	TOTAL
Vieira (1608)	29	34,52	55	65,47	84
Céu (1658)	16	43,24	21	56,75	37
Barros (1675)	38	45,23	46	54,76	84

Quadro 22 - porcentagens de dados com vírgula e com o verbo contíguo à oração completiva em comparação às de dados com vírgula e com algum elemento interpolado, nos textos do século XVII

– Século XVIII:

TEXTOS	SEM NADA	%	COM ALGUM ELEMENTO	%	TOTAL
Oliveira (1702)	1	2,85	34	97,14	35
Aires (1705)	78	92,85	6	7,14	84
Alorna (1750)	1	9,09	10	90,90	11

Quadro 23 - porcentagens de dados com vírgula e com o verbo contíguo à oração completiva em comparação às de dados com vírgula e com algum elemento interpolado, nos textos do século XVIII

- Século XIX:

TEXTOS	SEM NADA	%	COM ALGUM ELEMENTO	%	TOTAL
Fronteira e Alorna (1802)	0	0	6	100	6
Branco (1826)	1	11,11	8	88,88	9
Ortigão (1836)	0	0	3	100	3

Quadro 24 - percentagens de dados com vírgula e com o verbo contíguo à oração completiva em comparação às de dados com vírgula e com algum elemento interpolado, nos textos do século XIX

- Sentenças sem vírgula entre a oração completiva e o verbo regente

- Século XVI:

TEXTOS	SEM NADA	%	COM ALGUM ELEMENTO	%	TOTAL
Gândavo (1502)	25	78,12	7	21,87	32
Mendes Pinto (1510)	90	66,17	46	33,82	136
Couto (1542)	26	68,42	12	31,57	38
Sousa (1556)	109	63,37	63	36,62	172
Galhegos (1597)	45	70,31	19	29,68	64

Quadro 25 - percentagens de dados sem vírgula e com o verbo contíguo à oração completiva em comparação às de dados sem vírgula e com algum elemento interpolado, nos textos do século XVI

- Século XVII:

TEXTOS	SEM NADA	%	COM ALGUM ELEMENTO	%	TOTAL
Vieira (1608)	58	78,37	16	21,62	74
Céu (1658)	31	62	19	38	50
Barros (1675)	10	66,66	5	33,33	15

Quadro 26 - percentagens de dados sem vírgula e com o verbo contíguo à oração completiva em comparação às de dados sem vírgula e com algum elemento interpolado, nos textos do século XVII

- Século XVIII:

TEXTOS	SEM NADA	%	COM ALGUM ELEMENTO	%	TOTAL
Oliveira (1702)	155	55,75	123	44,24	278
Aires (1705)	33	91,66	3	8,33	36
Alorna (1750)	46	56,09	36	43,90	82

Quadro 27 - porcentagens de dados sem vírgula e com o verbo contíguo à oração completiva em comparação às de dados sem vírgula e com algum elemento interpolado, nos textos do século XVIII

- Século XIX:

TEXTOS	SEM NADA	%	COM ALGUM ELEMENTO	%	TOTAL
Fronteira e Alorna (1802)	60	60	40	40	100
Branco (1826)	43	60,56	28	39,43	71
Ortigão (1836)	46	66,66	23	33,33	69

Quadro 28 - porcentagens de dados sem vírgula e com o verbo contíguo à oração completiva em comparação às de dados sem vírgula e com algum elemento interpolado, nos textos do século XVI

Outro aspecto interessante observado foi que há alguns poucos dados que ocorrem com mais frequência nos dados sem vírgula antes de oração completiva - foram encontrados somente três casos em todos os dados com vírgula - nos quais um adjunto, uma oração adverbial, uma oração gerundiva ou uma oração relativa aparece interpolado entre o complementizador *que* e a oração subordinada. Os exemplos abaixo ilustram o que ocorre:

- “e afirmava se *que, no que tocava a sua pessoa e casa, lha tinha de secreto sojeita*”
- antes lhe lembrava que *instasse a Deus Nosso Senhor com apertadas orações que, pois lhe livrara o pé da queda, lho livrasse também da Braga com que o mundo o ameaçava, que a tinha por pior género de queda e por maior perigo.*
- e sobre eles foi mandado ouvir o bem conhecido Desembargador de o Paço, Castello, o qual *respondeu 'que, por a extravaçãncia, eram eles mais obra de poeta de o que de conspiradores*'.
- *respondeu que, apenas dera pela falta do berço, caíra como morta,*
- e creia Vossa Excelência *que, quando me lembra o que remeto e o que Vossa Excelência*

necessita, se põe na maior prova a minha sensibilidade.

Diferentemente da diferença sobre as ocorrências com e sem um elemento antes da oração completiva, a qual se explica pela relação sintática entre as partes das sentenças, neste caso, a explicação mais viável para a ausência de vírgula antes da oração completiva parece ser de natureza prosódica. Ou seja, havendo um elemento maior, como um adjunto, uma oração adverbial, uma oração gerundiva ou uma oração relativa, que deve ser isolado por pontuação, a colocação de uma outra vírgula antes do complementizador *que* seria bloqueada para que ele não seja isolado e, assim, não sejam marcadas duas pausas seguidas. Mesmo quando o verbo é seguido por uma cadeia mais longa, não se coloca vírgula antes de *que*, como no exemplo “antes lhe lembrava que instasse a Deus Nosso Senhor com apertadas orações *que, pois lhe livrara o pé da queda, lho livrasse também da Braga com que o mundo o ameaçava, que a tinha por pior género de queda e por maior perigo.*”.

Além disso, também chamou a atenção nos dados sem vírgula a ocorrência de construções em que o verbo é precedido ou está contido em um adjunto, uma oração adverbial, uma oração gerundiva ou uma oração relativa, como mostram os seguintes exemplos:

- e, sem crer em pressentimentos, confesso *que logo me lembrou o mano.*
- O Cardeal de Estoureville em 1452, fazendo vários regimentos para a mesma Universidade por mandado de Carlos VII, ordenou *que os Estudantes, e Bacharéis fossem examinados pela Metafísica, e Moral de Aristóteles.*
- E o general Martim Afonso de Melo mandou aviso a Manoel da Silva Mascarenhas capitão-mor da Vila de Mourão, advertindo-lhe que era necessário colher um castelhano, para saber dele o número da gente, e o lugar, a donde havia de ser o assalto:
- Toma por fundamento aquella prophecia de São Paulo, em que diz que a Igreja ha-de crescer, segundo a medida da idade de Christo:

Pelo mesmo motivo que nos exemplos acima que têm um adjunto ou uma oração seguindo o complementizador *que*, nestes exemplos o que se observa é que a colocação de uma vírgula antes da oração completiva seria bloqueada devido ao fato de haver uma vírgula antes. Isto é, já havendo uma pausa marcada antes do verbo, não se faz necessário marcar outra logo após.

Outro ponto que merece ser mencionado a respeito da variação no emprego da vírgula é que os dados com vírgula entre o verbo e a oração completiva dos séculos XVIII e XIX, mais especificamente, além de serem quantitativamente em número muito inferior aos dos séculos XVI

e XVII, o que já mostra uma mudança significativa no uso do sinal na escrita, apresentam uma estrutura bastante diversa da presente nos textos de seus predecessores. Com a exceção do texto *Reflexões sobre a vaidade dos homens*, de Matias Aires (1705), em todos os textos setecentistas e oitocentistas, a grande maioria dos dados é composta por sentenças em que há um vocativo, uma oração parentética ou uma oração relativa entre a oração completiva e o verbo regente, que devem obrigatoriamente ser isolados por vírgulas - ou parênteses ou hífens -, ao contrário dos textos dos períodos anteriores, nos quais esses tipos de construções são mais raros e há com mais frequência um sujeito, um complemento ou um adjunto interpolado entre a oração completiva e o verbo. Os exemplos abaixo ilustram bem os casos:

- Tomara eu, meu querido Pai, *que Vossa Excelência presidisse a esta festança, a qual fazemos tenção de que termine com uma pequena recapitulação dos princípios da música, de que dá conta outra rapariga bastantemente viva, mas não tanto como a de que falei.*
- A isto eu respondi - como não podia deixar de fazer em atenção para com o governo espanhol a quem tanto devo - *que se a questão era de dinheiro eu ficaria de graça até que a exposição espanhola terminasse.*
- O menino diz o Eduardo, que cá esteve ontem, *que está bom, bom, bom que não pode ser melhor.*
- Este cavalheiro acreditou, durante a maior parte de a sua vida, *que era primo corirmão de meu Pai*, quando efetivamente não tinha com ele parentesco.

Outra diferença observada nos dados dos textos dos séculos XVIII e XIX é que na maior parte deles, na qual há um sujeito ou um complemento ou não há nenhum elemento entre o verbo e a oração completiva, as sentenças são ambíguas e permitem duas leituras distintas. Ou seja, com a exceção dos casos encontrados nas *Cartas* da Marquesa de Alorna (1750) e um ou outro texto dos demais autores, nos dados abaixo é possível observar que, a depender de como se lê a sentença, a oração completiva pode ser interpretada (a) como complemento do verbo que a rege imediatamente, ou (b) como complemento do verbo da oração anterior, oração adverbial ou oração relativa do nome da oração anterior, como é mostrado abaixo. Considerando essa segunda leitura, a oração em que o verbo regente está presente seria uma oração incisa ou parentética que poderia ser omitida sem causar interferência na gramaticalidade da sentença.

- *Cartas Familiares*, de Cavaleiro de Oliveira (1702):

(1)

- (a) por efeito do qual, **dizem** muitos, *se fará estimar de toda a gente.*
- (b) por **efeito** do qual [, dizem muitos,] *se fará estimar de toda a gente.*

(2)

- (a) Por mais doido ou por mais aplicado que este músico fosse na sua arte, quem duvida, continua a **dizer** o senhor Charpentier, *que em se vendo trespassado duma espada não largasse a lira com toda a diligência, empregando se na de fugir, ou na de se defender antes que na de tocar a mesma lira?*
- (b) Por mais doido ou por mais aplicado que este músico fosse na sua arte, quem **duvida** [, continua a dizer o senhor Charpentier,] *que em se vendo trespassado duma espada não largasse a lira com toda a diligência, empregando se na de fugir, ou na de se defender antes que na de tocar a mesma lira?*

- *Memórias do Marquês da Fronteira e d'Alorna*, de Marquês de Fronteira e d'Alorna (1802):

(3)

- (a) Principiavam elas por a sua equipagem, que era uma carruagem com todos os cômodos possíveis, tendo dentro uma cantina com todos os objetos de cozinha e de serviço de mesa, e uma guarda-roupa com fato para toda a estação, porque, **dizia** ele, *muitas vezes há frio em o verão e calor em o inverno (...).*
- (b) Principiavam elas por a sua equipagem, que era uma carruagem com todos os cômodos possíveis, tendo dentro uma cantina com todos os objetos de cozinha e de serviço de mesa, e uma guarda-roupa com fato para toda a estação, *porque* [, dizia ele,] *muitas vezes há frio em o verão e calor em o inverno (...).*

- *Maria Moisés*, de Camilo Castelo Branco (1826):

(4)

- (a) mas não as comia como Esdras, a única pessoa que eu **saiba**, *que se sustentou catorze dias de flores.*
- (b) mas não as comia como **Esdras** [, a única pessoa que eu saiba,] *que se sustentou catorze dias de flores.*

No texto *Cartas a Emilia*, de Ramalho Ortigão (1836) há apenas ocorrências com oração

parentética e oração relativa entre o verbo e a oração completiva.

Ademais, também se faz importante apontar a discrepância nos resultados quantitativos e nos tipos de construções encontradas no texto *Reflexões sobre a vaidade dos homens*, de Matias Aires, especificamente, em relação aos demais autores do século XVIII. Parece plausível pensar que a discrepância se dá pelo fato do estilo de escrita do autor não ser característico da sua época, mas mais semelhante ao estilo barroco, do século XVII, como mostra Jacinto do Prado Coelho em seu estudo intitulado “O vocabulário e a frase de Matias Aires” (1954-1955).

Coelho observa na análise do texto *Reflexões sobre a vaidade dos homens* que, apesar de apresentar traços modernos, de modo geral, a escrita de Aires reflete mais a tradição da prosa oratória barroca do século XVII, utilizando construções mais curtas e de estrutura simples, repetições de palavras e idéias e recursos de simetria ou paralelismo e contraste ou oposição.

Em trechos como

“(...) mal de pode evitar aquelle primeiro instante que nos attrahe; aquella primeira luz que nos assombra; aquelle primeiro agrado que os engana.”

e

“Assim acaba o homem, assim acabão as suas glórias, e assim acaba a sua vaidade.”

observa-se um paralelismo de sinonímia, no qual há o contraste, no primeiro exemplo, entre instante/attrahe, luz/assombra e agrado/engana e, no segundo exemplo, entre homem/glórias/vaidade, mas as orações em que essas palavras estão contidas têm sentidos equivalentes.

Ao contrário desse tipo de paralelismo, há também o de antítese, em que as orações têm sentidos equivalentes, mas as suas palavras têm sentidos opostos. Tal recurso pode ser notado em trechos como:

“Ao mesmo tempo queremos, e não queremos; ao mesmo tempo condenamos, e approvamos; ao mesmo tempo buscamos, e fugimos; amamos, e aborrecemos.”

Já quanto aos recursos para marcar contrastes ou oposições, Coelho observa no texto o uso de “fórmulas” como ... *mas*, ... *porém*, *não ... mas*, *não ... antes*, ... *não* (ex.: “a vaidade he cousa essencial no homem; a especie dela não”), ... *e não*, *não ... sim* (ex.: “não serve para

diminuillos, para exasperallos sim”), *não ... senão, sim ... mas, sim ... mas não* (ex.: “sim lhe dá lustro, mas não a faz melhor (...)”), *raramente ... sempre, não sempre ... as mais das vezes, não só ... mas também, huns ... outros*.

Além disso, Aires também faz uso de antíteses na coordenação de orações, como, por exemplo, em

“A vaidade nos faz parecer que merecemos tudo; por isso empreendemos, e conseguimos às vezes; e a falta de vaidade nos faz parecer que não merecemos nada, por isso nem buscamos, nem pedimos”

e

“O que devia saber, ignora e o que devia ignorar, sabe: para o que nos he util necessitamos de estudo, e para o que nos he pernicioso não; para o bem necessitamos de lembrança e para o mal de esquecimento.”

Nesse segundo trecho, além das oposições entre as palavras saber/ignorar, util/pernicioso, bem/mal, lembrança/esquecimento, se observa também o uso que “quiasmo”, uma forma de simetria na qual a ordem das palavras é alternada. Além de marcar contraste, também contribui para a elegância do texto. Três tipos de estrutura de quiasmo são encontrados no texto:

Esquema A B B A:

“Se há *vaidade* sem *fortuna*, não há *fortuna* sem *vaidade*”

Esquema A B B C:

“Que cousa he a sciencia *humana*, senão *humana* *vaidade*?”

Esquema A B C A:

“aquella cerimônia a que chamão as Nações *ultimas* honras, devendo antes chamallas *vaidades ultimas*”

Além disso, o quiasmo também pode consistir em alternância na ordem de ideias, como em

“Hum animo alegre disfarça mal o riso; hum coração triste encobre mal o seu

desgosto: como ha de chorar que está contente? E como ha de rir quem está triste?”

Por fim, com essa análise é possível notar que, embora pareça arbitrária à primeira vista, a variação no emprego ou não de vírgula entre uma oração completiva e o seu verbo regente parece ter várias razões. Olhando de forma mais abrangente, a colocação de vírgula pode ser favorecida por motivos de ordem sintática ou prosódica.

No primeiro caso, especialmente nos textos dos séculos XVIII e XIX, observou-se que existem determinados tipos de termos, como adjuntos, e orações, como parentéticas, relativas e adverbiais, que aparecem interpolados entre o verbo e a oração completiva. Devendo necessariamente ser separados por sinal de pontuação - não somente vírgula, mas hífen ou parênteses também são utilizados nos textos -, a presença de uma vírgula antes da oração completiva é categórica nesses casos. Outro aspecto observado foi o de que a colocação de vírgula parece ser favorecida quando há um elemento interpolado entre o verbo e a oração completiva para marcar que a relação que se dá entre o elemento e o verbo e não a oração completiva.

Já quanto à “pontuação prosódica”, como diziam os gramáticos portugueses antigos, o que se notou nos dados foi que a vírgula parece ser bloqueada quando há um adjunto, uma oração adverbial, uma oração relativa ou uma oração gerundiva que precede o verbo ou o contém. Isso, pois, nesses casos a vírgula isola esses elementos, marcando que eles contêm uma informação interpolada, separada, e, com isso, se faz desnecessária a marcação de uma segunda vírgula logo antes ou depois.

5.4. RELAÇÃO COM AS GRAMÁTICAS PORTUGUESAS

Outro ponto importante a ser discutido é o de que mudança na colocação de vírgula no português europeu a partir do século XVIII, ao contrário do que se pensava inicialmente, parece ter sido resultado de influência não das próprias gramáticas portuguesas, mas da literatura e das gramáticas francesas, que no mesmo período também estavam em processo de mudança.

Com respeito à mudança na colocação de vírgula, o que se observou na análise dos dados foi que, a partir do século XVIII, o uso se modificou na escrita e passou a ser mais similar ao do português moderno.

Retomando o quadro 6 apresentada no capítulo 3, observou-se que enquanto nos séculos XVI e XVII foram encontradas entre 30% a 60% de ocorrências de vírgula antes de oração completiva verbal e 2% a 3% antes de oração completiva nominal, nos séculos XVIII e XIX houve um declínio

significativo no número de ocorrências em ambos os contextos, para 20% e 7% antes de oração completiva verbal e 0,26% a 0% antes de oração completiva nominal. Além disso, ao se tomar os dados de cada texto separadamente, se observou que a queda ocorreu já no início do século XVIII com o texto *Cartas Familiares*, de Cavaleiro de Oliveira (1702), no qual há apenas 10% de ocorrências de oração completiva verbal precedida de vírgula e 0% de oração completiva nominal precedida de vírgula.

E quanto à estrutura dos dados, notou-se que, nos séculos XVIII e XIX, os tipos de construções encontrados nos textos são bastante diferentes dos encontrados nos textos dos séculos XVI e XVII, sendo a colocação de vírgula determinada por outros fatores, como a presença de uma oração parentética, uma oração relativa ou um vocativo, que necessariamente devem ser isolados por vírgulas, antes do verbo.

Apesar da periodização da mudança ser a partir do século XVIII, ao voltar às gramáticas e aos tratados de ortografia portugueses, o que se observa é que, diferentemente do que os dados atestam, nas gramáticas portuguesas dos séculos XVI, XVII e XVIII, os autores ou não fazem qualquer menção ao uso de pontuação antes de oração completiva, tratando apenas do complementizador *que* como introdutor de oração relativa, ou não fazem menção direta, mas dão exemplos em que a vírgula é empregada entre um verbo o seu complemento. E sobre construções com citações ou discurso relatado, especificamente, é dito que podem ser utilizados os dois pontos e/ou as aspas e não mencionam jamais a vírgula como uma opção.

Luis Monte Carmelo, no seu livro intitulado *Compêndio de Orthografia* (1767), apesar de se diferenciar dos demais autores ao tratar exclusivamente da relação do sistema de pontuação com o plano sintático-semântico, ainda não traz nenhuma inovação no que diz respeito às regras de uso dos sinais. Ao escrever sobre a vírgula, por exemplo, o autor afirma que, entre as várias regras, ela deve ser usada antes de orações completivas ou “Orações conjuntivas”, como em “Deos quer, que todos fe falvem, e conhçam a verdade”.

Assim, será somente na década de 20 do século XIX, na *Grammatica philosophica da lingua portugueza*, de Jeronimo Soares Barbosa (1822), que as regras de uso da vírgula sofrerão modificações, sendo uma delas a de que não se deve separar um verbo de um complemento ou uma oração completiva:

“A mesma razão dicta que entre as palavras que se modificão, ou concordando humas com outras, ou regendo-se, não deve haver pontuação alguma.

Assim na escriptura desta mesma regra não se vê virgula, nem antes do primeiro Que

por ser huma conjuncção que ata a oração seguinte á antecedente, como objecto accusado, e pedido pelo verbo *Dicta*; nem antes do segundo *Que*, por ser hum adjectivo conjunctivo que concorda com *Palavras*; nem tambem nas mais palavras, que são regidas: e so as proposições subordinadas *ou concordando &c. ou regendo-se* estão entre virgulas, porque nem modificação, nem são modificadas.

He por tanto errada a regra da pontuação, que alguns dão, mandando pôr sempre vírgula antes de *Que*; quando pelo contrario nunca se deve pôr, se não quando a oração principal, e a incidente são tão extensas, que vem a exceder a medida de huma pausa ordinaria, que he a de hum verso de treze até dezeseite Syllabas.”

Desse modo, não parece possível afirmar que a mudança no emprego da vírgula antes de orações completivas na escrita do português tenha ocorrido por influência das gramáticas portuguesas, já que a mudança nas regras e no discurso nas gramáticas só foi acontecer meio século mais tarde do que na escrita. O que parece ter ocorrido no século XVIII em Portugal, que levou às mudanças na escrita literária, foi a entrada da cultura francesa, que acabou por influenciar não apenas a política, com os ideais iluministas, mas também a teoria literária e a educação.

Já na segunda metade do século XVII parece ter se iniciado na França uma mudança nas concepções e nas regras na gramática e no ensino, com o surgimento da *Gramática de Port-Royal* (1660) que, como alternativa às gramáticas que tinham como base o modelo latino, inovou ao propor o conceito de uma gramática filosófica, geral e comum a todas as línguas, baseado no princípio de que a língua é a expressão do pensamento e, sendo o pensamento regido por leis universais a todas as pessoas, deve refletir essas mesmas leis, e apresentar conceitos e regras antes ignorados ou não percebidos, como, por exemplo, a divisão das partes do discurso. Contudo, de acordo com Catach (1994), foi apenas no século XVIII que os gramáticos e ortografistas franceses passaram a dar atenção aos problemas da pontuação e da sintaxe. A representação de construções de subordinação, de orações completivas e de orações relativas restritivas e explicativas sempre foi um problema para os gramáticos desde o século XVI e foi somente no século XVIII que a compreensão da relação entre a pontuação e a sintaxe e, conseqüentemente, desses problemas levou a uma mudança nos conceitos sobre a pontuação e as regras de uso dos sinais e se tornou mais semelhante ao que se observa na língua moderna.

Tal concepção fica bastante clara, por exemplo, no artigo de Nicolas Beauzée, intitulado *Ponctuation* (1765), escrito para a *Encyclopédie*, de Denis Diderot. Inovador, Beauzée, além de propor uma nova definição para a pontuação, conforme mostra o trecho abaixo,

“La choix des ponctuations dépend de la proportion qu’il convient d’établir dans les

pauses; et cette proportion depend de la combinaison de trois principes fondamentaux: 1° Le besoin de respirer; 2° La distribution des sens partiels qui constituent le discours; 3° La différence de degrés de subordination qui conviennent à chacun de ces sens partiels dans l'ensemble du discours.” (apud. CATACH, 1994:37)

foi o primeiro a apresentar uma regra para uma das questões mais debatidas entre os gramáticos da época: a diferenciação e a pontuação das orações relativas restritivas (ou determinativas) e as orações relativas explicativas (ou não-determinativas):

“‘Il faut mettre entre deux virgules toute proposition incidente purement explicative; et écrire de suite, sans virgules, toute proposition incidente déterminative’ (*Grammaire*, II, 597, 6^e règle).

Assim, parece plausível pensar que essas inovações na gramática e na escrita do francês tenham entrado em Portugal - assim como outras regiões da Europa -, e modificado o modo de entender e utilizar, entre outros elementos da gramática, o sistema de pontuação na escrita do português. Os gramáticos, ainda que já apresentassem algumas mudanças conceituais na segunda metade do século XVIII, como na gramática de Monte Carmelo (1767), irão incorporar os ideais da gramática filosófica e as novas regras apenas mais tardiamente.

Por fim, a respeito da representação de discurso relatado, particularmente, é interessante notar que embora haja construções de discurso relatado com frequência nos textos desde o século XVI, sejam eles introduzidos por vírgula ou por dois pontos, nenhuma gramática faz qualquer referência a essa outra função dos sinais na escrita. Mesmo os dois pontos são sempre apresentados como introdutores somente de citação. É apenas mais tarde, nas gramáticas oitocentistas, que se observa alguma menção, com o surgimento do sinal de travessão (–). (cf. Gonçalves, 2003) No entanto, entre os textos analisados aqui, já é possível observar algum uso de travessão na segunda metade do século XVI, no texto *A Vida de Frei Bertolameu do Mártires*, de Luis de Sousa (1556), no trecho “(...) na verdade, os prelados maiores são eminentemente abades e curas e até sacristães de cada igrejinha, e não devem cuidar que cumprem bastantemente em coisa de tanta importância com dizer: - Li o, encomendei o ao cura.”, mas é notável que a estrutura se mantém a de discurso indireto (verbo + oração completiva) e não a de discurso direto, como se vê a partir do século XVIII, com a oração com o verbo discursivo e dois pontos em uma linha e o enunciado relatado introduzido por travessão na linha debaixo. Com isso, parece plausível pensar que, além dos sinais de pontuação, também ocorreu uma diferenciação entre os tipos de discurso relatado, sendo o discurso indireto marcado pela estrutura de verbo seguido de oração completiva e o discurso direto introduzido e delimitado por dois pontos e travessão ou aspas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção serão retomados alguns resultados importantes obtidos durante a realização da pesquisa.

Inicialmente, é interessante apontar que, ao contrário do que se pensou à primeira vista com a análise dos dados, foi possível observar que o uso da vírgula antes de orações completivas por parte dos escritores do período clássico não era equivocado e nem aleatório. A vírgula desempenhava um papel diferenciado, além dos que se conhecem nas gramáticas até os dias de hoje, de delimitar e introduzir um enunciado relatado ou uma citação em uma construção de discurso relatado - como mostram os dados com dois pontos -, que começou a cair em desuso no século XVIII e se perdeu por completo no português moderno.

Além disso, a hipótese de que a pontuação - e, com isso, o modo de empregar a vírgula - teria sofrido uma mudança do século XVIII em diante, parece se confirmar por duas razões. Primeiro, pois, considerando que as sentenças analisadas se constituem como a estrutura de discurso relatado, em que há um verbo introdutor, como verbos do tipo *dicendi* ou que expressam opinião ou pensamento, seguido por uma oração completiva correspondente ao enunciado relatado, e que a pontuação tinha como função nas gramáticas, até meados do século XVIII, auxiliar na leitura em voz alta e na respiração, parece ficar claro que os escritores empregavam o sinal de pontuação como um recurso retórico, para marcar não somente uma pausa maior, mas também que a seguir viria uma fala ou um relato. Tal recurso, principalmente a partir do século XIX, se tornou tipográfico e, com isso, a função da vírgula de delimitar o enunciado relatado se perdeu e diversos novos sinais ganharam espaço, como as aspas e o travessão, e os autores passaram a empregá-los para indicar o discurso relatado nos seus textos escritos. Como afirma Nina Catach (1996), nos séculos XIX e XX ocorreu “a passagem de uma cultura da voz e da orelha para uma cultura do olhar”. A segunda razão se deve ao fato de que em todos os contextos de ocorrência analisados, seja nas orações completivas nominais ou verbais precedidas por vírgula, o que se nota é uma queda significativa no número de ocorrências dos séculos XVI e XVII para os séculos XVIII e XIX, chegando até a zero em alguns casos.

Nas sentenças com orações completivas nominais precedidas por vírgula se observou que nos séculos XVI e XVII as porcentagens de ocorrências variam entre 2,42% e 3,47%, mas em ambos os séculos XVIII e XIX caem para 0,25% e 0%, respectivamente. É importante ressaltar que, nesses casos, apesar das orações serem selecionadas por nomes, notou-se que tais nomes correspondem a verbos introdutores de discurso relatado, como, por exemplo, “novas” = “contar novidade”, “lançar pregão” = “avisar”, “declaração” = “declarar”, “juramento” = “jurar”, “resposta” = “responder”, entre outros, e, portanto, são também estruturas de discurso direto e indireto.

Já quanto às sentenças com orações completivas verbais precedidas por vírgula, observou-se que no século XVI a porcentagem de ocorrências é de 31,25%, mas no século XVII a porcentagem é mais alta, de 59,59%. E a partir do século seguinte há uma queda brusca para apenas 24,71% no século XVIII e 6,97% no século XIX. Ao se tomar cada texto separadamente como base, a análise se mantém, uma vez que até o século XVII as porcentagens variam entre 40% a 80%, aproximadamente, mas a partir do início do século XVIII, há uma queda considerável e os valores passam a ser próximos a 11% - no texto de Aires (1705) foram encontrados 70% de casos, o que acredita-se que decorre do estilo do texto ser semelhante ao barroco, do século XVII. Tais resultados parecem mostrar que a mudança teria se iniciado já no começo do século XVIII, chegando a ser quase total no século seguinte. E a alta margem de variação no número de ocorrências encontradas nos textos quinhentistas e seiscentistas parece mostrar claramente a flutuação na decisão de utilizar ou não a vírgula nesse tipo de construção. Além disso, para além dos números de casos, foi possível notar que nas sentenças do século XIX, principalmente, os tipos de construção nos quais a vírgula é aplicada passaram a ser aqueles em que, segundo as normas gramaticais, o sinal deve ser marcado obrigatoriamente, como quando há uma oração parentética ou um vocativo entre o verbo e a oração completiva, o que mostra, mais uma vez, que a vírgula perdeu a função de introduzir e delimitar discursos relatados.

Ademais, também se buscou nesta pesquisa tentar compreender as motivações por trás da variação no uso da vírgula nos textos. Ainda que não sejam resultados categóricos, necessitando de uma análise mais aprofundada, foi possível observar que, nos dados dos textos quinhentistas e seiscentistas em que a vírgula está ausente entre a oração completiva e o verbo, a maioria deles não tem nenhum elemento entre o verbo e a oração, enquanto que nos dados com vírgula tais tipos de construção representam um grupo minoritário. Ou seja, aparentemente o que ocorre é que a presença de um elemento interpolado favoreceria a colocação de uma vírgula antes da oração completiva. Tal observação também joga alguma luz sobre a noção de “pontuação prosódica”, tão em voga no discurso dos gramáticos até meados do século XVIII, de que se trataria da leitura em voz alta e, portanto, os sinais de pontuação teriam suas funções determinadas mais com base na compreensão oral dos elementos das sentenças e não tanto na relação em si entre os tipos de elementos e a organização interna deles em uma sentença.

Por fim, é interessante apontar nesta seção que, além da possível influência da gramática francesa na mudança no modo de entender e utilizar a pontuação na escrita, outra provável influência na mudança na colocação de vírgula antes de orações completivas seria a mudança sintática no português no mesmo período, do século XVI ao século XIX, especialmente sobre a posição do sujeito em relação ao verbo. Apesar de não ser tão clara como a influência da gramática francesa e de não se poder afirmar com certeza, necessitando de mais estudos, tal hipótese parece fazer sentido ao se comparar os resultados obtidos nesta pesquisa com os de

pesquisas sobre a posição de sujeito e do verbo em orações matrizes em textos do português clássico (cf. GALVES, C. & PAIXÃO DE SOUSA, M. C., 2005; ANTONELLI, A., 2011; GALVES, C. & PAIXÃO DE SOUSA, M. C., 2011.).

Como já descrito anteriormente, ao se observar os valores de ocorrências em que há um sujeito entre o verbo e a oração completiva nos dados com vírgula antes de oração completiva, o que se percebe é que, apesar de haver uma certa variação nos valores dos dois primeiros períodos, nos séculos XVI e XVII foram encontradas uma média de 10 e 25 ocorrências, respectivamente, mas no século XVIII há uma queda drástica para apenas 3 ocorrências e no século XIX o valor cai para quase zero, como ilustra o gráfico abaixo.

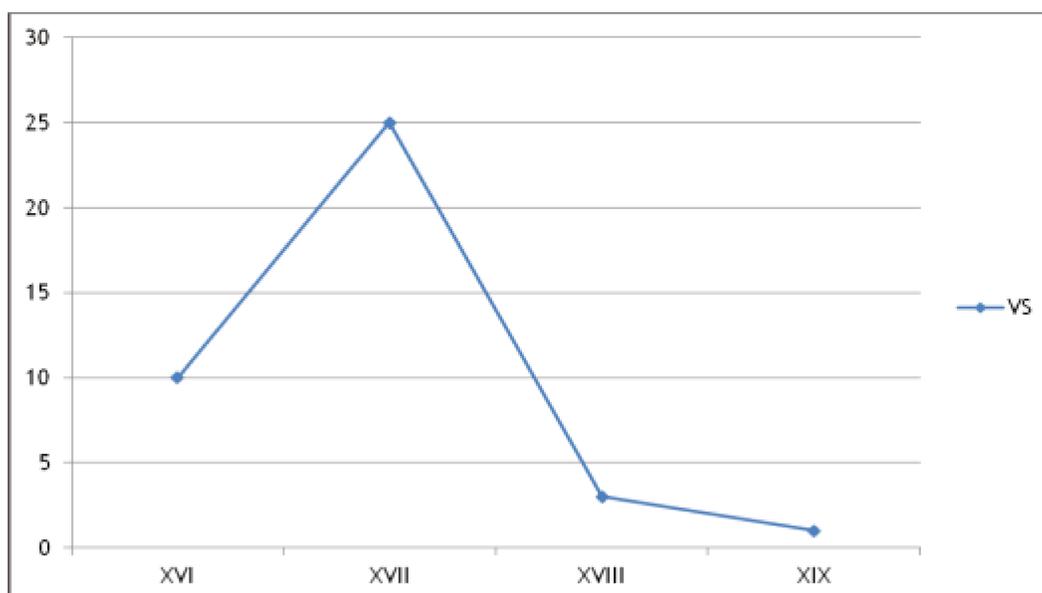


Gráfico 15 - evolução no número de ocorrências de VS antes de oração completiva com vírgula
Século XVI ao XIX

Tais resultados parecem mostrar que no século XVIII houve uma mudança na posição do sujeito em orações matrizes antes de orações completivas, deixando de estar posposto ao verbo. E tal mudança se relaciona com a mudança na colocação de vírgula, pois, como mencionado anteriormente, em construções com um elemento, como um sujeito, interpolado entre o verbo e a oração completiva, a vírgula parecia ter um papel de marcar a relação do sujeito com o verbo que o precede.

Quanto a estudos sobre a posição do sujeito na história do português europeu, é interessante notar que eles mostram que a partir do século XVIII o sujeito deixa de ocupar uma posição pós-verbal e passa a ser mais pré-verbal. Em Sintaxe de posição do verbo e mudança gramatical na

história do português europeu (2011), por exemplo, Antonelli mostra que na gramática clássica do português o verbo ocupava uma posição alta na oração (em Fin, na camada CP), o que favorecia a maior frequência do aparecimento do sujeito após o verbo. No século XVIII, porém, houve uma mudança na posição do verbo, que passou a ocupar uma posição mais baixa na oração, e, conseqüentemente, também na posição do sujeito, que deixou de ser mais pós-verbal.

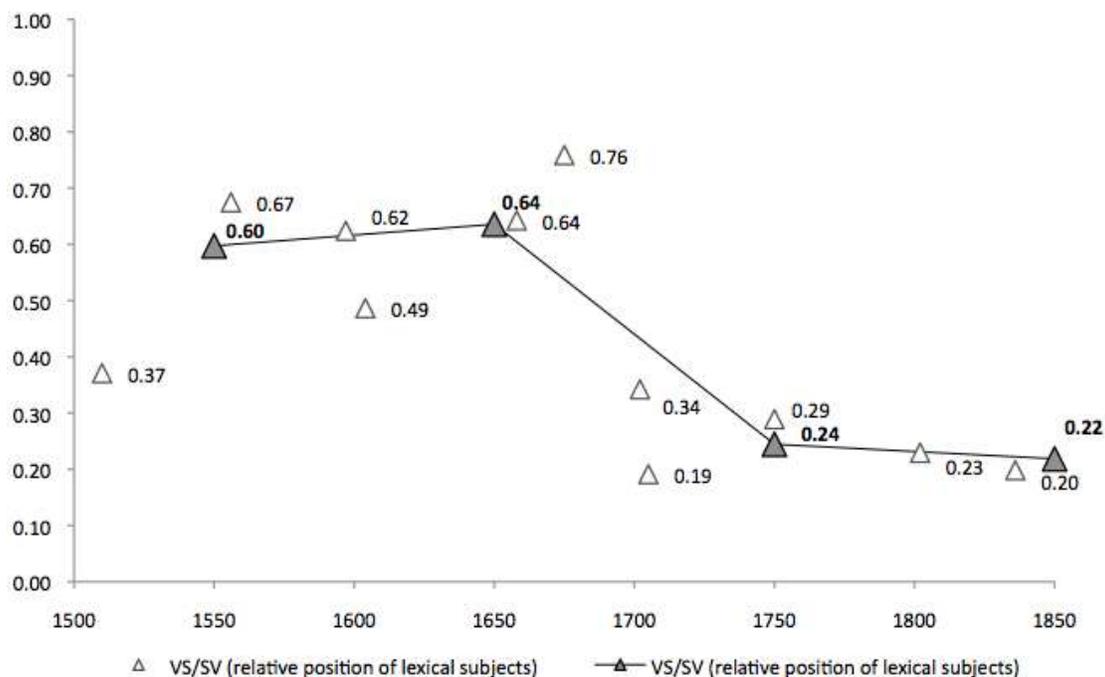


Gráfico 16 - A evolução da posição do sujeito em todos os contextos matrizes afirmativos (Galves & Paixão de Sousa 2011)³¹

Desse modo, tomando como base as duas análises apresentadas acima, a questão que se levanta aqui, como já mencionado acima, é se haveria alguma relação entre a mudança na colocação de vírgula antes de orações completivas e a mudança na sintaxe. A resposta, aparentemente, é que sim, uma vez que se observou nos dados dos séculos XVI e XVII que há uma maior frequência de uso de vírgula antes de oração completiva quando há um sujeito (ou outro elemento) interpolado e a análise de Antonelli (2011) de que na gramática clássica do português o verbo ocupava uma posição mais alta na oração parece mostrar que haveria um sentimento de distanciamento maior entre o verbo e a oração completiva, que favoreceria a colocação de vírgula antes da oração completiva. Tal análise, no entanto, necessita ainda de mais estudos para se comprovar de fato a relação entre os dois fenômenos.

³¹ GALVES, Charlotte & PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. *The loss of verb-second in the history of Portuguese: Subject position, Clitic placement and Prosody*. USP/Unicamp. 2011.

BIBLIOGRAFIA

1. GRAMÁTICAS ANTIGAS DO PORTUGUÊS

ARGOTE, Jeronimo Contador de. *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*. Lisboa: Officina da Musica. 1724. (purl.pt/10)

BARBOSA, Jeronimo S. *Grammatica philosophica da lingua portugueza; ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*. Lisboa: Typographia da Academia das Sciencias. 1822. (purl.pt/128)

BARRETO. João Franco. *Ortografia da lingua portugueza*. Lisboa: Officina de loam da Costa. 1671. (purl.pt/18)

BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa. Cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*. (ed. M.L.C. Buescu) Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 1971.
(www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/b_002)

FEIJÓ, João de Moraes Madureira. *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza*. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues. 1734. (purl.pt/13)

FIGUEIREDO, Manoel de Andrade. *Nova escola para aprender a ler, escrever, e contar*. Lisboa: Officina de Bernardo da Costa de Carvalho. 1722. (purl.pt/107)

GÂNDAVO, Pero Magalhães de. *Regras que ensinam a maneira de escrever e Orthographia da lingua Portuguesa, com hum Dialogo que a diante se segue em defensam da mesma lingua*. Lisboa: Officina de Antonio Gonsalvez. 1574. (purl.pt/12144)

MONTE CARMELO, Luís de. *Compendio de orthografia, com sufficientes catalogos, e novas regras, para que em todas as Provincias, e Dominios de Portugal, possam os curiosos comprehender facilmente a Orthologia, e Prosódia, isto he, a recta pronunciaçam, e accentos proprios, da Lingua*. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. 1767. (purl.pt/9)

VERA, Alvaro Ferreira. *Orthographia, ou modo para escrever certo na lingua portuguesa*. Lisboa: Mathias Rodriguez. 1631. (purl.pt/45)

2. SOBRE GRAMÁTICAS ANTIGAS - SÉCULO XVIII AO SÉCULO XX

GONÇALVES, Maria Filomena. *As idéias ortográficas em Portugal - de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2003.

3. GRAMÁTICA MODERNA DO PORTUGUÊS

MATEUS, Maria Helena Mira et al. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Editora Caminho. 2003.

4. DESCRIÇÃO E HISTÓRIA DA PONTUAÇÃO

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *As idéias ortográficas em Portugal - de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2003.

CATACH, Nina. *La ponctuation*. In: "Langue Française, vol. 45, n° 45". Paris: Armand Colin. 1980.

_____. *Rôle historique de la ponctuation: la virgule et les propositions incidentes au XVIII^e siècle*. In: "Langages, vol. 22, n° 88". Paris: Armand Colin. 1987.

_____. *La Ponctuation*. (Que sais-je? n° 2818) Paris: Presses Universitaires de France. 1994.

FERREIRA, José de Azevedo. *La ponctuation dans les textes médiévaux*. In: HEAD, Brian F.; MARQUES, Maria Aldina; SAMPAIO, Aida. (orgs.) "Estudos de história da língua portuguesa: obra dispersa." Minho: Universidade do Minho/Centro de Estudos Humanísticos. 2001.

MACHADO FILHO, Américo V. L. *A pontuação em manuscritos medievais portugueses*. Salvador: EDUFBA. 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O que nos diz sobre a sintaxe a pontuação de manuscritos medievais portugueses*. In: "REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 44. Boletim 14 da Associação Brasileira de Lingüística." São Paulo: ABRALIN. 1992.

NUNBERG, Geoffrey. *The Linguistics of Punctuation*. Menlo Park: CSLI. 1990.

PARKES, Malcolm Beckwith. *Pause and effect - an introduction to the history of punctuation in the West*. Aldershot: Scolar Press. 1992.

PERROT, Jean. *Ponctuation et fonctions linguistiques*. In: "Langue Française, vol. 45, n° 45". Paris:

Armand Colin. 1980.

ROCHA, Ílta Lerche Vieira. *O sistema de pontuação na escrita ocidental: uma retrospectiva*. In: D.E.L.T.A., vol. 13, n° 1. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1997.

ROSA, Maria Carlota. *Renascimento: a pontuação de impressos*. In: "REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 44. Boletim 14 da Associação Brasileira de Linguística." São Paulo: ABRALIN. 1992.

_____. *Sintaxe e pontuação em impressos portugueses renascentistas*. (Tese de doutorado) Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1994.

_____. *Pontuação em impressos renascentistas: o surgimento da sentença ortográfica*. In: "Revista de Estudos Linguísticos, vol. 4, n° 1". Belo Horizonte: Faculdade de Letras/Universidade Federal de Minas Gerais. 1995.

TOURNIER, Claude. *Histoire des idées sur la ponctuation - des débuts de l'imprimerie à nos jours*. In: "Langue Française, vol. 45, n° 45". Paris: Armand Colin. 1980.

5. SINTAXE DO PORTUGUÊS

ANTONELLI, André. *Sintaxe de posição do verbo e mudança gramatical na história do português europeu*. (Tese de doutorado) Campinas: Universidade de Campinas. 2011.

GALVES, Charlotte & PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. *Clitic placement and the position of subjects in the history of european portuguese*. In: "Romance Languages and Linguistic Theory 2003 - Selected papers from 'Going Romance' 2003". Amsterdã: John Benjamins. 2005.

_____. *The loss of verb-second in the history of Portuguese: Subject position, Clitic placement and Prosody*. USP/Unicamp. 2011.

GALVES, C., BRITTO, H. & PAIXÃO DE SOUSA, M. C. *The Change in clitic placement from Classical to Modern European Portuguese: Results from the Tycho Brahe Corpus*. In: "Journal of Portuguese Linguistics, vol. 4, n° 1, Special Issue on variation and change in the Iberian languages: the Peninsula and beyond". Lisboa: Edições Colibri. 2005.

6. SOBRE DISCURSO RELATADO

DÖMÖTÖR, Adrienne. *Tendencies in the development of late old Hungarian and early middle Hungarian main clauses of reported speech*. In: "Acta Linguistica Hungarica Vol.48 (4)". Budapeste: Akadémiai Kiadó. 2001.

DORAN, Christine D. *Punctuation in quoted speech*. In: "Proceedings of the SIGPARSE96". Santa Cruz, Califórnia. 1996.

_____. *Incorporating punctuation into the sentence grammar: a lexicalized tree adjoining grammar perspective*. (Tese de doutorado) Filadélfia: Universidade da Pensilvânia. 1998.

DUARTE, Isabel Margarida. *O relato de discurso na ficção narrativa: contributos para a análise da construção polifónica de Os Maias de Eça de Queirós*. (Tese de doutorado) Porto: Faculdade de Letras - Universidade do Porto. 1999.

_____. *O relato de discurso na Crónica de D. João I (I parte) de Fernão Lopes*. In: "Língua portuguesa: estruturas, usos e contrastes". Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2003.

KIEFER, Ferenc. *Some semantic aspects of indirect speech in Hungarian*. In: "Direct and indirect speech". Berlim, Nova Iorque, Amsterdã: Moutonde Gruyter. 1986.

MEDEIROS, Vanise Gomes de. *Trajeto histórico de dois tipos de discurso relatado o discurso direto e o discurso indireto*. In: "Revista Philologus Ano 9 n°27". Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. 2003.

7. TEXTOS ANTIGOS ANALISADOS

AIRES, Matias. *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens e Carta sobre a Fortuna (selecção, prefácio e notas por Jacinto do Prado Coelho e Violeta Crespo Figueiredo)*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. 1980. (www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/a_001)

ALORNA, Marquesa de. *Inéditos - Cartas e Outros Escritos. (selecção, prefácio e notas do prof. Hernani Cidade)*. Lisboa, Livraria Sá da Costa - Editora. 1941. (www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/a_004)

BARROS, André de. *Vida do Apostólico Padre António Vieira (transcrito por M. Soares)*. Lisboa:

Officina Sylviana. 1746. (www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/b_001)

CASTELO BRANCO, Camilo. *Maria Moisés (electronic edition - CD-ROM - Biblioteca Virtual de Autores Portugueses)*. Lisboa: Imprensa Nacional - Biblioteca Nacional. 1998. (www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/b_005)

CAVALEIRO DE OLIVEIRA (Francisco Xavier de Oliveira). *Cartas (selecção, prefácio e notas de Aquilino Ribeiro)*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora. 1982. (www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/c_001)

CÉU, Maria do. *Rellação da Vida e Morte da Serva de Deos a Venerável Madre Elenna da Crus (transcrição do Códice 87 da Biblioteca Nacional precedida de um estudo histórico, por Filomena Belo)*. Lisboa: Quimera. 1993. (www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/c_002)

COUTO, Diogo do. *Décadas (selecção, prefácio e notas de António Baião)*. Vol 1. Lisboa: Livraria Sá da Costa - Editora. 1947. (www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/c_007)

GALHEGOS, Manuel de. *Gazeta, em que se relatam as novas todas, que ouve nesta corte, e que vieram de varias partes no mês de novembro de 1641*. Lisboa: Officina de Lourenço de Anueres. 1641. (www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/g_001)

GÂNDAVO, Pero Magalhães de. *História da prouincia Sãcta Cruz que vulgarme[n]te chamamos Brasil / feita por Pero Magalhães de Gandauo*. Lisboa: officina de António Gonsaluez: vendense em casa de loão Lopez, 1576. (www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/g_008)

MARQUÊS DA FRONTEIRA E D'ALORNA. *Memórias do Marquês da Fronteira e d'Alorna (revisadas e coordenadas por Ernesto de Campos de Andrada)*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda. 1926. (www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/a_003)

MENDES PINTO, Fernão. *Perigração (transcrição de Adolfo Casais Monteiro)*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Gráfica Maiadouro - Vila da Maia. 1984. (www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/p_001)

ORTIGÃO, Ramalho. *Cartas a Emília. (Introdução, fixação do texto, comentários e notas de Beatriz Berrini)*. Lisboa: Lisóptima Edições - Biblioteca Nacional. 1993. (www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/o_001)

SOUSA, Frei Luís de. *A Vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires (introdução de Aníbal Pinto de*

Castro; *fixação do texto de Gladstone Chaves de Melo e Aníbal Pinto de Castro*). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. 1984. (www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/s_001)

VIEIRA, Padre Antônio. *Sermões (prefaciado e revisto pelo Rev. Padre Gonçalo Alves)*. Porto: Livraria Chardron - Lello & Irmão Editores. 1907. (www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/v_004)

5.8. WEBSITES

Corpus Histórico do Português Tycho Brahe
(www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/index.html)

Biblioteca Nacional Digital/Biblioteca Nacional de Portugal
(purl.pt)